

**INVESTIGAÇÕES (EM) LINGUÍSTICAS:
ATRAVESSAMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS**

MARUANA KÁSSIA TISCHER SERAGLIO
LUAN ALEX DE MATTOS
GABRIELA SERENA FAGUNDES
ALINE ALMIRA MORBACH
(Organizadores)



**INVESTIGAÇÕES (EM) LINGUÍSTICAS:
ATRAVSSAMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS**



MARUANA KÁSSIA TISCHER SERAGLIO
LUAN ALEX DE MATTOS
GABRIELA SERENA FAGUNDES
ALINE ALMIRA MORBACH

(Organizadores)

**INVESTIGAÇÕES (EM) LINGUÍSTICAS:
ATRAVESSAMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS**

1ª Edição

Quipá Editora
2022

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Revisão: dos autores e autoras.

Conselho Editorial:

Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora / Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri / Dra. Keyle Sâmara Ferreira de Souza, Secretaria de Educação do Ceará / Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Regional do Cariri (URCA) / Dr. Thiago Barbosa Soares, Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigações (em) linguísticas : atravessamentos teórico-analíticos / Organizado por Maruana Kássia Tischer Seraglio ... [et al.]. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2022.

98 p. : il.

ISBN 978-65-5376-047-9
DOI 10.36599/qped-ed1.157

1. Linguística. I. Seraglio, Maruana Kássia Tischer. II. Título.

CDD 410

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada em maio de 2022.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	06
--	-----------

PRIMEIRA PARTE – ARTIGOS CIENTÍFICOS

CAPÍTULO 1	10
-------------------------	-----------

O UNIVERSO DICOTÔMICO SAUSSURIANO: AS IMPLICAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS E O ELEMENTO EXTRALINGUÍSTICO

Aline Almira Morbach

CAPÍTULO 2	24
-------------------------	-----------

ACERCA DO ESTRANHO: ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE A IMIGRAÇÃO NA
CONTEMPORANEIDADE

Luan Alex de Mattos

CAPÍTULO 3	33
-------------------------	-----------

ANÁLISE DE DISCURSO E PSICOLOGIA: A FORMAÇÃO DISCURSIVA SOBRE A
SUBJETIVIDADE

Gabriela Serena Fagundes

CAPÍTULO 4	46
-------------------------	-----------

BREVE ARQUEOLOGIA DA IDEOLOGIA NA ANÁLISE DE DISCURSO
FRANCESA COM PÊCHEUX E FOUCAULT

Maruana Kássia Tischer Seraglio

Eric Duarte Ferreira

CAPÍTULO 5	58
-------------------------	-----------

ACONTECIMENTO E MEMÓRIA NO DISCURSO

Francine Mendes

CAPÍTULO 6	62
-------------------------	-----------

NAS INTERFACES DAS LÍNGUAS ADICIONAIS: A LÍNGUA ESTRANGEIRA

Darlise Vaccarin Fadanni

SEGUNDA PARTE – RESENHAS CRÍTICAS

CAPÍTULO 7	72
-------------------------	-----------

LER É SEMPRE UM PRAZER?

Carolina Aita Flores

CAPÍTULO 8	77
-------------------------	-----------

QUANDO AS PALAVRAS ALHEIAS SE TORNAM PALAVRAS PRÓPRIAS

Carolina Aita Flores

Caroline Signori Carneiro

SOBRE OS AUTORES	94
-------------------------------	-----------

ÍNDICE REMISSIVO	98
-------------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

“As fronteiras da minha linguagem são as fronteiras do meu universo”.

Ludwig Wittgenstein

O trabalho aqui proposto é uma tentativa de cristalização de diferentes processos de aprendizagem experienciados nos últimos anos pelos participantes, e que assumem neste espaço a expectativa das potencialidades que o não-acabado permite. Isto é, aqui o leitor encontra textos que buscam construir diversos diálogos com a discursividade, mas que não possuem a pretensão de oferecer respostas generalizantes ou fórmulas analíticas para o trabalho com o discurso.

Os textos dispostos nesta coletânea foram produzidos por mestrandos (as), mestres (as) e/ou doutorandos (as) vinculados (as) ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó (SC). As produções aconteceram no decorrer do curso de mestrado dos respectivos autores, sendo produzidos ao longo de componentes curriculares ou a partir de dissertações. Os estudos que compõem esse livro são organizados do seguinte modo: seis artigos científicos e duas resenhas críticas.

O primeiro capítulo deste livro é intitulado *O universo dicotômico saussuriano: as implicações contemporâneas e o elemento extralinguístico*. De autoria da doutoranda Aline Almira Morbach, o estudo busca realizar uma breve alusão às dicotomias saussurianas, que serviram e ainda servem como bases teóricas para a produção do conhecimento linguístico. A autora destaca a relevância dos estudos saussurianos para o reconhecimento da Linguística enquanto ciência e da influência das dicotomias para os demais campos que se dedicam aos estudos linguísticos. Uma vez que as correntes contemporâneas da linguística complementam o estudo estruturalista de Saussure com questões extralinguísticas, a partir de correntes como a Análise de Discurso, a Psicolinguística, a Pragmática, entre outras.

No segundo capítulo, encontrarão as provocações do doutorando Luan Alex de Mattos, *A cerca do estranho: análise dos discursos sobre a imigração na contemporaneidade*, que trata dos discursos atuais sobre a imigração. Ou seja, é aprofundada neste trabalho, uma análise sobre os ditos e não-ditos nas relações entre sujeitos e línguas no processo de deslocamento sócio espacial que as imigrações impõem. Para este feito, o autor analisa, a partir do conceito freudiano de *unheimlich*, uma charge sobre a morte do menino sírio Ayslan em setembro de 2015, publicada pelo jornal Charlie Hebdo, que resulta em considerações necessárias a respeito dos discursos *sobre* a imigração e

do imigrante. Além disso, o texto também costura construções teórico-metodológicas profícuas entre a Análise de Discurso e a Psicanálise, revisitando e vislumbrando outras possibilidades de articulações analíticas.

No terceiro capítulo *Análise de discurso e psicologia: A formação discursiva sobre a subjetividade* a autora, a doutoranda Gabriela Serena Fagundes, interlociona os saberes da psicologia e da Análise de Discurso, com foco em Pêcheux e em Foucault, para investigar como se dá, nesses distintos campos científicos de saber/fazer a produção de subjetividades.

Quanto ao quarto capítulo, a doutoranda Maruana Kássia Tischer Seraglio e o Dr. Eric Duarte Ferreira realizam uma investigação sobre a ideologia, analisando a relevância deste conceito no âmbito da Análise de Discurso Francesa. A discussão, que é pautada nas elaborações teóricas de Michel Pêcheux e de Michel Foucault, permite um apanhado dos principais argumentos trabalhados pelos autores e a compreensão das diferenças e recusas metodológicas no lide com a ideologia no campo discursivo. São considerações precisas, mas abertas, articuladas sob o título *Breve arqueologia da ideologia na Análise de Discurso Francesa com Pêcheux e Foucault*, que permitem avançar na compreensão teórico-crítica sobre as ferramentas de análise na AD, bem como na própria construção científica deste campo de saber-poder.

No quinto capítulo, denominado *Acontecimento e memória no discurso*, a mestranda Francine Mendes aborda os conceitos de acontecimento e de memória dentro dos estudos da Análise de Discurso. A partir de um gesto de leitura envolvendo as temáticas de acidentes aéreos, de cinema e do universo digital, a autora exemplifica ao leitor como os acontecimentos rompem com o ciclo da memória, produzindo novos significados e discursos.

O sexto capítulo, *Nas interfaces das línguas adicionais: a língua estrangeira*, a Ma. Darlise Vaccarin Fadanni aborda a temática da língua estrangeira compreendida aqui como língua adicional. Trabalhando com um referencial bastante amplo e diversificado, a autora transita entre distintas teorias provocando e convocando o leitor a refletir sobre o atravessamento e a inserção do falante em línguas outras.

No sétimo capítulo, intitulado *Ler é sempre um prazer?*, a mestranda Carolina Aita Flores tece uma resenha da obra *O prazer do texto*, escrita por Roland Barthes, publicada originalmente em 1973. Para a autora, a obra barthesiana apresenta uma coletânea de fragmentos que refletem ideias a respeito da relação entre o texto e o leitor, sendo este um agente ativo perante o texto.

O oitavo e último capítulo, *Quando as palavras alheias se tornam palavras próprias*, as mestradas Carolina Aita Flores e Caroline Signori Carneiro discorrem, em forma de resenha, sobre a obra *Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada*, de Rosângela Hammes Rodrigues e Rodrigo Acosta Pereira. Tendo sua segunda edição, publicada em 2019, o livro é

organizado em forma de coletânea de textos, originados de diversos autores, cujas ideias são fundamentadas pelo Círculo de Bakhtin. Para as autoras, a linha de pensamento abordada na obra pode ancorar reflexões, críticas, pensamentos e reorientações necessárias no âmbito da Linguística Aplicada na contemporaneidade, embasando as interações entre organização social, ideologia e linguagem, bem como suas repercussões.

Em nome dos organizadores, agradecemos aos autores e às autoras por confiarem em nosso trabalho para divulgarem suas pesquisas. Acreditamos que este momento, que se perpetua cada vez que um livro ganha forma, precisa servir de catapulta para a criação e a apresentação de novos trabalhos. Porém, entendemos que precisa ser mais que isso, é necessário que seja uma forma de manter vivo o desejo de aprender e fazer chegar ao mundo as pequenas transformações que somos capazes.

PRIMEIRA PARTE
ARTIGOS CIENTÍFICOS

CAPÍTULO 1

O UNIVERSO DICOTÔMICO SAUSSURIANO: AS IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E O ELEMENTO EXTRALINGUÍSTICO

Aline Almira Morbach

1 INTRODUÇÃO

É de tal imperiosidade estudar as premissas saussurianas sobre a língua, pois ainda em tempos contemporâneos se desenvolvem vertentes embasadas em suas dicotomias e em suas ideias estruturalistas sobre tal objeto. Da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, base fundamental que deu a partida inicial à Linguística como ciência, ainda são fornecidas novas interpretações teóricas e abordagens que dão ao objeto língua outros aspectos e lentes para estudo.

Revisitar a obra de Saussure, segundo Fiorin et al. (2013, p. 9), “é fundamental para compreender a Linguística moderna”, pois ainda nos dias atuais, é capaz de nos apontar caminhos a serem percorridos e de ampliar conhecimentos. Contando, não apenas com o *Cours de Linguistique Générale* (CLG), organizado por alunos de Saussure, mas também com uma gama de outros manuscritos, vindos para ampliar a obra inicial, criticá-la, ou mesmo complementá-la, dependendo da interpretação de seus estudiosos.

Alguns pressupostos, baseados na publicação inicial da obra de Saussure, apregoam que os fatores extralinguísticos não são levados em consideração na perspectiva estruturalista da Linguística saussuriana, posto que seu objeto de estudo é a língua em si mesma, em sua própria estruturação interna. Para utilizarmos de um exemplo desta exclusão de fatores extralinguísticos, podemos fazer referência ao CLG, obra na qual encontramos conceitos da língua em detrimento da fala, excluindo-a pelo fato de não ser objetiva, sistemática e homogênea. Tais preceitos são criticados por estudos linguísticos contemporâneos, muitos apontando que, após a sistematização da língua, entra-se no campo subjetivo da cultura e sociedade, e das mais distintas interações pragmáticas.

Com o intuito de perscrutar os alcances e limites do aporte teórico fornecido pelos manuscritos da Linguística de Saussure, faz-se imperioso revisitar a obra fundamental e realizar um levantamento de visões de estudiosos e de pesquisadores da área e subáreas da Linguística, buscando elucidar questões referentes à interpretação dos preceitos saussurianos, bem como tentar observar a

existência, ou não, da exclusão dos elementos extralinguísticos no cabedal teórico do mestre genebrino.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo fazer uma breve alusão às dicotomias saussurianas, bases teóricas de todo o patrimônio do conhecimento e elaboração dos estudos linguísticos, além de relacionar as principais discussões sobre o tópico, colocando em evidência a questão da exclusão dos elementos extralinguísticos, como assume-se frequentemente, das bases teóricas saussurianas. Assim, este capítulo aborda, inicialmente, a entrada da Linguística para o campo científico, passando para a existência dos manuscritos de Saussure e de seus alunos, as dicotomias saussurianas, e, por fim, a exclusão do elemento extralinguístico.

Para concluir, utilizamo-nos das palavras de Aresi (2012) para resumir as concepções e o ideal do presente capítulo em uma frase: “falar de Saussure é sempre fazer uma leitura de Saussure” (p. 487).

2 A ENTRADA DA LINGUÍSTICA PARA A CIÊNCIA

Não se faz ciência sem um objeto de estudo e um método para estudar tal objeto. Essa missão foi realizada por Ferdinand de Saussure, pesquisador suíço que tomou a língua por seu objeto de interesse e, no final do século XIX para o século XX, através do método estruturalista, fez reconhecer o caráter social e complexo da língua, então objeto central de estudo da Linguística como ciência (RODRIGUES, 2008; COSTA, 2009; ROCHA, 2017).

Saussure dedicou toda a sua vida à produção de uma obra que implantasse nos estudos linguísticos um modelo metodológico capaz de imprimir a tais estudos o rigor científico almejado. A precisão na delimitação do objeto dessa ciência é parte fundamental desse processo de constituição. É exatamente por isso que ele é considerado o linguista cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística científica e estabeleceram a base do pensamento sobre a linguagem no século XX (RODRIGUES, 2008, p. 5).

Isto posto, notamos que todo o conhecimento produzido no decorrer do século XX sobre o tópico ‘língua’ teve seu ponto de partida na obra póstuma de Ferdinand de Saussure, que veio a público em 1916 na França, através de alunos e de seguidores de Saussure que lhe compilaram as ideias, presentes em manuscritos, e materializaram seus postulados no livro *Cours de Linguistique Générale*. Como apontam Angenot (1984), Rodrigues (2008), Costa (2009) e Ilari (2009), esses discípulos foram Charles Bally e Albert Séchehaye, os quais recolheram diversos cadernos de colegas e demais manuscritos de Saussure para que, cuidadosamente, pudessem estruturar o material trazendo o pensamento do mestre de forma concreta. Com a publicação desta obra, nasce uma nova

ciência para estudo, a Linguística, agora com a definição do objeto - a língua - e bases metodológicas para seu estudo.

Com a obra de Saussure, o CLG, tem-se princípios fundadores sobre a língua, como sendo “um sistema que conhece apenas sua ordem própria” (p. 29); “um sistema no qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (p. 95); ainda “a língua é uma forma e não uma substância” (p. 131); e por fim, declara que a Linguística “tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (p. 247), tradução nossa. Assim:

Quando Saussure estabelece que o objeto da Linguística é a *langue* e mostra que esse objeto não se contamina da Física, da Fisiologia, da Psicologia, etc., ele inventa a Linguística moderna. [...] Foi o que fez Saussure: encontrou um objeto para a Linguística, colocando-a no patamar de outras ciências na primeira metade do século XX (FIORIN et al., 2013, p. 19, grifo do autor).

De acordo com o autor belga Angenot (1984), naquela época, Saussure procurava uma marca convencional de cientificidade, pois a pesquisa nos estudos da linguagem deveria apresentar um caráter mais científico, como o prestígio positivista requeria das ciências sociais.

Fiorin et al. (2013) apontam que, ao declarar o conteúdo desta, então nova, ciência, Saussure se opõe à visão transcendentalista da Linguística, a qual vê a linguagem como forma de compreender a sociedade, a psique humana e seus conceitos, uma vez afirmando que “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2005, p. 247, tradução nossa). Outra oposição trazida pelo CLG, como afirmam ainda os autores, faz-se em relação ao organicismo da Linguística histórica, que designava fundamentos biológicos à linguagem, bem como à construção de signos, remetendo a Linguística ao grupo das ciências naturais. Sabe-se, portanto, que a Linguística está classificada em nível das ciências sociais, posto que Saussure declara que a língua “é uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas, etc.” (SAUSSURE, 2005, p. 21, tradução nossa).

Saussure caracteriza a língua como sendo distinta da fala, da escrita ou mesmo de outros códigos de linguagem. Ao definir a língua como objeto próprio de sua pesquisa, e apenas a língua por si mesma, o linguista genebrino traz os estudos da linguagem ao patamar científico, através de uma nova abordagem metodológica de estudo, o estruturalismo. “Os estudos linguísticos, até então orientados pela subjetividade ou pela inadequação do método empregado nas ciências naturais” (RODRIGUES, 2008, p. 8), passam a ter um método adequado aos estudos sociais. A Linguística, portanto, tem como objetivo analisar a língua, capacidade presente nos seres humanos, e como esta se estrutura, sendo “homogênea, abstrata, sistemática, social” (ROCHA 2017, p. 44). O que fez Saussure, nenhum linguista antes ou depois dele fez, como Maniglier (2005, p. 28) afirma, foi

“procurar no objeto mesmo da Linguística, isto é, na língua, a fonte da singularidade desse saber” tradução nossa.

A edição da obra de Saussure, entretanto, passa por diversos momentos, não somente se dá através do trabalho de compilação feito por dois de seus alunos, mas posteriormente, passam a ser encontradas outras fontes manuscritas, trazendo assim uma ampliação e questionamento do CLG, como é abordado a seguir.

3 MANUSCRITOS SAUSSURIANOS E DISCUSSÕES

Saussure e toda a sua elaboração teórica vieram a público através de seus alunos, os quais reuniram os manuscritos de outros alunos e do próprio mestre genebrino, e os compilaram, formando o CLG. No entanto, para muitos estudiosos, como comenta Silveira (2013), a obra póstuma apresenta um caráter inacabado. Além dos manuscritos utilizados para a formulação do CLG, muitos outros foram encontrados posteriormente, como podemos observar no trecho abaixo:

Bally e Secheyne fizeram uma edição a partir das anotações dos alunos que frequentaram os cursos de Saussure e publicaram, em 1916, o CLG. Outras publicações relativas a esses cursos se fizeram: Godel publicou, em 1957, a transcrição de manuscritos de Saussure que teriam sido as suas anotações do segundo Curso de linguística geral, ministrado por ele entre novembro de 1908 e julho de 1909. Komatsu e Harris publicaram, em 1993, o Terceiro curso de linguística geral, a partir dos cadernos de Émile Constantin, que assistiu ao curso ministrado por Saussure entre outubro de 1910 e julho de 1911. Além dessas publicações somam-se a magistral edição crítica de Engler – que apresenta o CLG ao lado de anotações dos seus alunos durante os cursos, bem como a edição de alguns manuscritos de Saussure – e a clássica edição crítica de Tulio de Mauro, que contextualiza o CLG a partir do percurso teórico de Saussure, da circulação dos conceitos e das fontes dos mesmos (SILVEIRA, 2013, p. 51).

Segundo estudos de Normand (2011), os manuscritos de Émile Constantin eram os mais completos, mas somente em 1956 foram conhecidos. Estes manuscritos foram utilizados por Godel em seu *Sources manuscrites du Cours de linguistique générale*, e mais tarde por Engler na sua versão crítica do CLG. Entretanto, esses manuscritos continuaram a aparecer durante um tempo, sendo os últimos encontrados em 1996 e editados por Bouquet e Engler, em 2002, formando a obra *Ferdinand de Saussure: Ecrits de Linguistique générale*. De acordo com a autora, ainda restam muitos manuscritos, principalmente em *Légendes*, que foram publicados apenas parcialmente.

Normand (2011) afirma que as questões que envolvem os manuscritos saussurianos “constituem um terreno de desacordo entre seus estudiosos” (p. 100) tradução nossa. Silveira (2013) ainda afirma que essa gama de manuscritos e publicações desde o CLG destoa principalmente sobre o conceito de fala, sendo que a concepção de que Saussure teria excluído a fala do escopo da

Linguística é deveras recorrente. Por outro lado, existem posições distintas que reconhecem o esforço de Saussure em colocar em pauta a não coincidência entre a dicotomia língua/fala, e trazem a necessidade de uma discussão sobre esses aspectos na Linguística (SILVEIRA, 2013). E no que tange à organização do CLG, a autora relata ainda que há discrepância sobre a ordem dos capítulos em que foram dispostos os tópicos, sendo que as aulas de Ferdinand de Saussure, segundo seus alunos, não foram ministradas em tal ordem. Já com relação às dicotomias, a leitura de Cruz (2013) nos revela que estudos atuais relatam um “Saussure menos dicotômico, que teria concebido a relação entre sistema e história, língua e fala como uma relação dialética” (p. 35), corroborando com a ideia de que os manuscritos surgidos após o CLG observam Saussure e sua elaboração teórica a partir de novas lentes.

4 AS DICOTOMIAS NA OBRA SAUSSURIANA

A Linguística saussuriana é fundada sobre dicotomias (MUSSALIM, 2009). Essas dicotomias são o alicerce sobre o qual os estudos de Ferdinand de Saussure se desenvolveram. Pereira e Silva e Silva (2016) afirmam que “a visão dicotômica sobre a língua oferece ao estruturalismo uma ideia de causa e consequência, como se os estudos sobre a língua tivessem que versar sob a concepção de certo *versus* errado” (p. 13-14).

As dicotomias saussurianas que serão abordadas brevemente a seguir são: língua e fala, significado e significante, sincronia e diacronia bem como a dicotomia sintagma e paradigma. Para uma maior reflexão sobre as dicotomias, acessar os trabalhos de Rocha (2017); Pereira e Silva e Silva (2016); Fiorin et al. (2013); Rodrigues (2008); e claro, na obra do linguista genebrino, Saussure (2005).

4.1 LÍNGUA E FALA

Em seu CLG, Saussure faz a distinção entre *langue* e *parole*. A primeira – a língua – é classificada como forma, enquanto a segunda – a fala – é classificada como substância. Saussure traz a teorização da língua como centro do estudo científico da Linguística. Rocha (2017) refere-se aos estudos saussurianos onde a língua é vista como fator social, utilizada na comunicação comum a todos os seres humanos, não podendo ser modificável por um indivíduo apenas. De acordo ainda com o autor, a língua é a forma devido ao fato de ser uma estrutura organizada, no entanto abstrata e não palpável; enquanto a substância, a fala, trata-se daquilo que é palpável e alterável. Dessa forma,

as modificações na fala individual não alteram as regras gerais da língua, pois esta, em sua essência, é independente do indivíduo.

Rodrigues (2008) esclarece o conceito de sistema presente na obra saussuriana, onde o aspecto social da língua é declarado. Segundo o autor, o fato social da língua atende a certas características como generalidade, exterioridade e coercitividade; posto que as pessoas seguem o que se espera socialmente sobre seus sentimentos, pensamentos e ações.

Para Saussure, a língua não é nada mais que um sistema de valores puros. Descartando toda possibilidade de que a língua pudesse ser uma descrição do mundo, o linguista apresenta sua teoria, enfocando a língua como um *fato social*, produto da coletividade, que estabelece os valores desse sistema através da convenção social, sobre a qual o indivíduo não teria nenhum poder. Para perceber que a língua não é senão um sistema de valores, o linguista parte da análise de dois de seus aspectos básicos, as ideias e os sons. O que Saussure classifica como sistema de valores é o fato social que, estabelecido por via de acordo social, passa a representar grandezas e auxiliar na gestão de algum aspecto das interações de uma sociedade (RODRIGUES, 2008, p. 9, grifo do autor).

Para contrapor a ideia de dissociação de língua e fala, ou mesmo ausência do sujeito, Aresi (2012) observa na obra de Saussure a “indissociabilidade entre língua e fala”, ou seja, “o quanto a fala tem influência sobre a configuração sistêmica da língua, e o quanto o sujeito falante está aí implicado” (p. 498), talvez considerando os fatores extralinguísticos sim, mas de forma implícita. Rocha (2017) ainda assevera que apesar das distinções entre língua e fala, elas são interdependentes, pois é na fala que a língua se materializa. Ainda assim, a fala nunca pertence às massas, tem seu caráter individual, do qual o indivíduo lhe é mestre (NORMAND, 2011).

4.2 SIGNIFICADO E SIGNIFICANTE

Outros dois eixos que caracterizam o signo linguístico são: significado e significante. Saussure (2005) designa que o significado se trata do conceito, enquanto o significante é a imagem acústica; assim, o signo é atribuído à combinação dos dois. Dessa forma:

Para Saussure, o signo linguístico se constitui através da associação de um significado a um significante, logo, o signo seria a oposição de três noções: significante, significado e signo – este último designando a totalidade das suas relações constitutivas. Ambos os elementos de que se compõe o signo seriam de ordem linguística, unidos em nosso cérebro por um vínculo associativo. Tal vínculo se daria de forma arbitrária (RODRIGUES, 2008, p. 16).

Nesse sentido, no que diz respeito ao conceito de arbitrariedade, Saussure (2005) relaciona o fato de que não existe uma razão específica pela qual o significante seja associado ao significado, isto é, a sequência sonora é interligada ao conceito de forma arbitrária. Assim, Saussure não vê essa

união de significado e significante como um processo isolado de um signo a outro, pelo contrário, é necessário observar a língua como um conjunto, um sistema, para que exista a compreensão da associação feita. O significado, portanto, “ainda que seja a contraparte do significante no interior do signo, não lhe seria atribuído diretamente, mas pela oposição de um signo aos demais” (RODRIGUES, 2008, p. 10). Para Pereira e Silva e Silva (2016) a dicotomia significante e significado talvez seja a mais importante dos estudos do linguista genebrino, uma vez que trata do estudo dos signos linguísticos, abrindo margem à diversas vertentes e ramificações dentro da Linguística.

4.3 SINCRONIA E DIACRONIA

Nas considerações de Chamarelli Filho (2017), o conceito saussuriano de sincronia refere-se à um estágio da língua, em um certo momento; ao passo que a diacronia englobaria as mudanças sofridas pela língua ao longo do tempo. Posto isso, a conceptualização da Linguística do mestre genebrino considera necessária uma análise sincrônica da língua, para que se observem as leis que regem sua estrutura, porquanto tais leis não se verificariam em uma análise diacrônica, onde as mudanças têm caráter acidental.

Pelos postulados de Saussure (2005), vemos a ressalva de que por vezes o estudo da língua requer a observação pelo aspecto sincrônico, e por vezes diacrônico, evitando, entretanto, que esses dois métodos sejam confundidos. No contexto da análise sincrônica da língua, enquanto muitos estudiosos opõem-se à teorização saussuriana que, a princípio, excluiria o sujeito falante da análise, observemos a colocação a seguir:

Assim, fazer linguística sincrônica, ou seja, conceber a língua como um sistema de valores opositivos e descobrir suas unidades é, antes de tudo, *assumir o ponto de vista do sujeito falante*. O que se percebe disso é, portanto, que Saussure não exclui o sujeito falante de suas reflexões. Pelo contrário, ele o persegue a todo instante, movido pelas pistas deste que, apesar de desconhecer toda história de sua língua, ainda assim a usa. É esse “sentimento” ou “consciência” da língua que o falante possui que coincidirá com a noção de *sincronia* (ARESI, 2012, p. 496, grifos do autor).

E ainda, coloca o autor, “todos os princípios e conceitos que edificam a perspectiva saussuriana de língua dependem, em primeira instância, que se adote, sobre esta última, um ponto de vista sincrônico” (ARESI, 2012, p. 495).

4.4 SINTAGMA E PARADIGMA

No que tange à fala, Rodrigues (2008) esclarece que, mesmo se produzindo individualmente e de acordo com a liberdade do indivíduo, ao compor seu enunciado o mesmo segue uma estruturação, segue o aspecto sistemático da língua, para que tal enunciado esteja dotado de sentido. Isto é, no momento de realizar seu discurso o indivíduo organiza seus elementos linguísticos com vistas a formar sentenças e, conseqüentemente, sentido. São as relações sintagmáticas da língua.

As relações sintagmáticas, de ordem linear e temporal, formam todos os sintagmas, sempre pela oposição de um elemento a outro. Visto que o signo se realiza a partir de uma seqüência fônica temporal, todo conjunto de realizações da língua ocorre por meio de seqüências fônicas temporais. Para Saussure, na língua só existem diferenças, ou seja, a língua seria um sistema consistido na oposição de elementos, no qual a presença de um elemento exclui todos os outros. Assim, na língua se opõem os fonemas para formar morfemas, morfemas para formar vocábulos e, finalmente, vocábulos para formar frases (RODRIGUES, 2008, p. 17).

Ao tratar dos eixos sintagmático e paradigmático, Saussure (2005) refere-se ao primeiro como tendo ordem e número limitado de elementos, enquanto o segundo não vê ordem e número definido.

Enquanto um sintagma traz imediatamente a ideia de uma ordem de sucessão de um determinado número de elementos, os termos de uma família associativa não se apresentam nem em número nem em ordem definida. Se associarmos desej-oso, calor-oso, medr-oso, etc., não saberemos antecipadamente qual será o número de palavras sugeridas pela memória, nem mesmo em que ordem aparecerão. Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto onde convergem os outros termos coordenados cuja soma é indefinida (SAUSSURE, 2005, p. 135, tradução nossa).

Como bem observam Pereira e Silva e Silva (2016), a dicotomia saussuriana de sintagma e paradigma “propõe a língua como um sistema sustentado em uma linha vertical e um horizontal que se relacionam e constituem a estrutura linguística” (p. 16), que anos mais tarde com o desenrolar dos apontamentos linguísticos de Saussure, vieram a gerar novas abordagens científicas da língua, como a morfossintaxe, ou ainda sintaxe e morfologia, originadas na relação dos eixos sintagmáticos e paradigmáticos (PEREIRA; SILVA E SILVA, 2016; CHAMARELLI FILHO, 2017).

5 A EXCLUSÃO DOS ELEMENTOS EXTRALINGUÍSTICOS

Na Linguística saussuriana, tendo como ponto crucial o absolutismo da língua, onde a mesma é abordada como um sistema fechado, Saussure não considera os fatores extralinguísticos

(PEREIRA; SILVA E SILVA, 2016), o que leva diversos trabalhos e estudos contemporâneos a assumir uma postura crítica ao fato.

Certamente muito tem se modificado e aprimorado dentro dos estudos da Linguística, que atualmente não se mantém circunscritos ao CLG. Como pontuam Pereira e Silva e Silva (2016), através do alcance de seus postulados dicotômicos, Saussure estimulou o desenvolvimento de diversas vertentes da atualidade dentro dos estudos linguísticos; no entanto, mesmo contando com admiradores, algumas concepções ainda vem a ser consideradas insatisfatórias por alguns teóricos contemporâneos. Independentemente de concordar ou não com as concepções do linguista genebrino, observam os autores, “novas propostas para o estudo da língua e da linguagem têm ganhado uma concepção mais social, cultural e antropológica nos últimos anos” (p. 12). Assim, ao abrir o caminho para o estudo científico da linguagem, Saussure abriu o campo dos estudos linguísticos para diversas subáreas, como a “Linguística Textual, Análise da Conversação, Análise do Discurso, Sociolinguística, dentre outras áreas de investigação científica” (ROCHA, 2017, p. 55).

Entretanto, supor que tais ramificações linguísticas ainda se limitam ao estruturalismo saussuriano apenas é ter uma visão ingênua sobre as pesquisas sobre língua e linguagem que se desenham no contexto acadêmico contemporâneo. Em outras palavras, mesmo partindo da ideia estruturalista do Pai da Linguística, as correntes de estudos linguísticos atuais não se esgotam na ideia de língua como sistema. A essa noção, fatores extralinguísticos são levados em conta, a saber a psicologia, os estudos do letramento, a sociopragmáticas e as concepções de ideologia que se apresentam, hoje, como elementos basilares e transversais no estudo da língua (PEREIRA; SILVA E SILVA, 2016, p. 19-20).

No que concerne à discussão sobre os elementos externos da Linguística, Morato (2009) aponta que os campos de estudos que podem ser considerados interacionistas, como a Pragmática, Sociolinguística, Semântica Enunciativa, Psicolinguística, Análise do Discurso, Análise da Conversação e Linguística Textual; que, em mantendo uma postura externalista em relação à linguagem, são capazes de observar as relações da língua “com seus exteriores teóricos, com o mundo externo, com as condições múltiplas e heterogêneas de sua constituição e funcionamento” (p. 312).

Como exemplo disso, a Pragmática, “ciência do uso linguístico” (PINTO, 2009, p. 47-48), em seu contexto contemporâneo, mesmo tendo nascido no seio do postulado estruturalista, vê além do estruturalismo saussuriano, buscando a língua e suas relações com a produção social. Desse modo, Pinto (2009) considera que os estudos pragmáticos analisam a linguagem objetivando definir os conceitos de sociedade e comunicação através de seu uso. Portanto, críticas se fazem aos preceitos de um sistema linguístico limitado que não considera os fatores externos à língua, como parte de sua

constituição, “tendo em vista que a língua parte do princípio de sistema e ganha caráter mais cultural, o que a sujeita a diversas influências pragmáticas” (PEREIRA; SILVA E SILVA, 2016, p. 13).

Em referência à vertente teórica da Análise do Discurso (AD), Mussalim (2009) revela que essa corrente atual dentro do extenso campo da Linguística nasceu em seu momento ascendente, onde a ciência da linguagem se desenvolvia e o marxismo despontava. No entanto, dentro do estruturalismo, a língua não é relacionada às influências externas, sendo vista como um sistema fechado em função de sua própria estruturação interna.

Na conjuntura estruturalista, a autonomia relativa da linguagem é unanimemente reconhecida. Isso porque, devido ao recorte que as teorias estruturalistas da linguagem fazem seu objeto de estudo – a língua –, torna-se possível estudá-la a partir de regularidades e, portanto, apreendê-la na sua totalidade (pelo menos é nisso que crê o estruturalismo), já que as influências externas geradoras de irregularidades, não afetam o sistema por não serem consideradas como parte da estrutura (MUSSALIM, 2009, p. 102).

Assim, com a Linguística estendendo-se pelo campo da cientificidade, como explica Mussalim (2009), abre-se espaço para o projeto do filósofo Althusser, com suas teorias de ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Ele buscava analisar a ideologia em sua materialidade, a qual era proporcionada pela Linguística, ao passo que é através da linguagem que ele depreenderia a ideologia. Em suas bases estruturalistas, entretanto, a Linguística saussuriana parece não ser suficiente, “só uma teoria do discurso, concebida como lugar teórico para o qual convergem componentes linguísticos e socioideológicos, poderia acolher esse projeto” (p. 105).

Já com a leitura de Possenti (2009), podemos perceber que a presença da palavra “discurso” nos estudos das ciências humanas, inclusive da linguística, implica em “algo a mais” para compreender como a língua funciona. Esse “algo a mais” pode estar presente nos “aspectos históricos, antropológicos, sociológicos, cognitivos, etc., entrelaçados com a língua” (p. 353). Isso implica em exorbitar os limites de estudo da língua como sistema fechado, utilizando-se, sim, desse ponto de observação, mas considerando aspectos extralinguísticos em sua análise. Uma vez que a língua possui seus limites, em utilizando-se de suas regras e linearidade, o fato de uma mesma palavra apresentar sentidos completamente diferentes extrapola os domínios do sistema língua; portanto, é onde a AD toma corpo e age em sua especialidade, o “campo do sentido” (POSSENTI, 2009, p. 361).

A língua não é só signo, é ação, é trabalho coletivo dos falantes, não é simplesmente um intermediário entre nosso pensamento e o mundo. Há vários fatores que mobilizam esta relação, além dos concernentes ao sistema linguístico propriamente dito (a língua): as propriedades biológicas e psíquicas de que somos dotados, a qualidade das interações humanas, o valor intersubjetivo da linguagem, as contingências materiais da vida em sociedade, os diferentes universos discursivos através dos quais agimos e orientamos nossas

ações no mundo, as normas pragmáticas que presidem a utilização da linguagem, a polissemia existente entre língua e (inter)discurso (MORATO, 2009, p. 317-318).

A Análise do Discurso, por conseguinte, recusa a ideia de que a palavra possua um sentido óbvio, posto que a língua é clara, no sentido de possuir uma semântica universal. Em vista disso, a AD aceita sim que a língua apresente sua própria autonomia, no que diz respeito às suas regras de morfologia, fonologia e sintaxe; todavia, o sentido é dado pelas construções discursivas, que são em essência ideológicas (POSSENTI, 2009). Nesse sentido, Mussalim (2009) reitera que, a Linguística saussuriana, baseando-se em dicotomias, foi que possibilitou a estruturação dos ramos de estudo como a Morfologia, Fonologia e Sintaxe. Contudo, a autora faz alusão à Michel Pêcheux, pois para ele a Linguística restrita à língua não é suficiente para a constituição da Semântica, propondo, então, uma semântica do discurso, para onde os componentes socioideológicos e linguísticos convergem, uma vez que a semântica linguística não considera as condições sócio-históricas na produção das significações. Entretanto, como indica Possenti (2009), a AD não vai contra a Linguística, mas sim reconhece sua importância e, principalmente, sua especificidade e seu domínio.

Outra crítica a qual Mussalim (2009) faz referência é a de Bakhtin (1929/1988) à concepção saussuriana de língua, não vendo esta como um sistema monológico, mas sim dialógico, considerando a língua a partir de uma visão da socialização de um ser humano com o outro, no âmbito dos processos sociais e da interação verbal. O conceito de língua de Bakhtin se opõe ao conceito saussuriano, quando Saussure desvincula da língua o seu caráter ideológico, em desassociando a língua da fala; ao passo que Bakhtin não admite a fala excluída da língua, pois “não há discurso individual, no sentido em que todo discurso se constrói em função de um outro, todo discurso se constrói no processo de interação – real e imaginária” (MENDONÇA, 2009, p. 240).

Chegamos à conclusão, com Morato (2009), de que o desafio da Linguística nos tempos modernos está em olhar para além de suas dicotomias clássicas, e atentar seu olhar para os elementos considerados “heróclitos” que eram, então, abstraídos na Linguística de Saussure, como:

As práticas sociais nas quais a linguagem está imersa e que a constituem, as normas pragmáticas que presidem a utilização da linguagem, as múltiplas atividades psicossociais que desenvolvem os falantes, os aspectos subjetivos e variáveis da língua e seu funcionamento, as condições materiais, psíquicas e ideológicas de produção e interpretação da significação, o estatuto do “outro” no processo de aquisição da linguagem pela criança, etc. (MORATO, 2009, p. 313-314).

Mesmo com a maioria das discussões pertencendo ao campo da crítica em relação a sistematização da Linguística de Saussure, a qual considera-se excludente para com os elementos extralinguísticos, não podemos deixar de citar uma visão oposta, a de Cruz (2013, p. 33) ao

considerar que “não haveria ruptura entre Saussure e a Linguística contemporânea como Saussure seria mesmo o fundador de abordagens como a Análise do Discurso ou a Pragmática”, sustentando que o linguista genebrino não estaria excluindo outros elementos da composição da língua, como história, sentido ou sujeito, mas sim combatendo a Linguística que o fazia no século XIX, a naturalista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos inicialmente traçar um breve panorama da entrada da Linguística para o âmbito científico através da obra póstuma de Ferdinand de Saussure, o *Cours de Linguistique Générale*, originalmente em francês, obra tal que veio a delimitar o objeto de estudo e as teorizações da Linguística Moderna.

Passamos pela existência dos manuscritos de Saussure e de seus alunos, não apenas aqueles que vieram a ser compilados e transformados nessa obra que é um marco na história dos estudos da linguagem, mas incluindo os demais manuscritos que surgiram após tal publicação, vindo a complementar, indagar, e por vezes, dependendo da perspectiva de observação, criticar.

Abordamos, nesta discussão, algumas questões do cabedal teórico da Linguística saussuriana que, particularmente, destoam entre as vertentes contemporâneas desta ciência da linguagem. Além de uma breve contextualização das dicotomias saussurianas, que embasam grandemente os estudos atuais e suas vertentes, de uma forma ou de outra; pautamo-nos nas considerações de diversos autores, buscando relacionar-lhes a opinião nessa amálgama de visões e posturas frente aos postulados de Ferdinand de Saussure.

REFERÊNCIAS

- ANGENOT, M. Le Saussure des littéraires: avatars institutionnels et effets de mode. **Études Françaises**, v. 20, n. 2, p. 49-68, 1984.
- ARESI, F. A reflexão saussuriana e os distúrbios de linguagem: uma proposta de aproximação. **Travessias**, v. 6, n. 1, p. 485-504, 2012.
- CHAMARELLI FILHO, M. Saussure: uma obra, muitos legados. **Revista Communitas**, v. 1, n. 1, p. 9-20, 2017.
- COSTA, H. R. Saussure e os estudos linguísticos no século XX: Linguística Aplicada. **Anais do SILEL**. v.1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CRUZ, M. A. Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história. In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. (Orgs.). **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 33-44.

DIAS, L. S.; GOMES, M. L. C. **Estudos linguísticos: dos problemas estruturais aos novos campos de pesquisa**. Curitiba: Ibpex, 2008.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. Por que ainda ler Saussure? In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. (Orgs.). **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 8-20.

ILARI, R. O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 53-92.

LÉON, J. Historiographie du structuralisme généralisé: étude comparative. **SHESL**, n. 3, p. 1-23, 2013.

MANIGLIER, P. Les choses du language: de Saussure au structuralisme. **ERES**, n. 12, p. 27-44, 2005.

MENDONÇA, M. C. Língua e Ensino. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 233-264.

MORATO, E. M. O Interacionismo no Campo Linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 353-392.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 101-142.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NORMAND, C. Langue, parole, sujet chez Saussure et Benveniste. **D.E.L.T.A.**, v. 27, n. 1, p. 99-119, 2011.

PEREIRA, B. G.; SILVA E SILVA, J. Saussure e suas dicotomias: da concepção de língua à abertura para novas perspectivas de análise contemporânea. **II Congresso Internacional de Linguística e Filologia**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 47-68.

POSSENTI, S. A Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística 3: fundamentos epistemológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 353-392.

ROCHA, M. S. A linguística moderna e Ferdinand de Saussure: discutindo conceitos. **Feira de Santana**, v. 8, n. 11, p. 43-57, 2017.

RODRIGUES, R. S. V. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. **ReVEL**, edição especial, n. 2, p. 1-25, 2008.

SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. BALLY, C.; SÉCHEHAYE, A. (Orgs.) Genève: Arbre d'Or, 2005.

SILVEIRA, E. O lugar do conceito de fala na produção de Saussure. In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. (Orgs.). **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 45-57.

CAPÍTULO 2

ACERCA DO ESTRANHO: ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE A IMIGRAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Luan Alex de Mattos

1 INTRODUÇÃO

O presente texto, nasce como um desdobramento de uma pesquisa maior, essa sobre os processos de constituição de subjetividade no espaço entre línguas. Nessa pesquisa, trabalhamos com imigrantes mas nos interessava fundamentalmente o fato de serem esses sujeitos que transitam entre a necessidade de dizer-se e a (im)possibilidade de fazê-lo, em essência, sua relação com suas línguas. Neste texto, por outro lado, nos interessa o próprio processo de deslocamento (de posição sujeito e espacial) e os discursos que circulam sobre esses sujeitos.

Como problema de pesquisa, nos questionamos: Que discursos sobre imigração circulam na atualidade? Para responder a essa indagação primeira, optamos pela análise de uma charge, por entendermos que com ela encontramos uma confluência de discursos que convergem e se sobrepõem. Embora existam tramas que constituem o dizer da (e o dizer sobre [PAYER, 2016] a) charge, não objetivamos estabelecer uma separação estanque entre esses discursos e analisá-los separadamente. Esses dizeres-sobre nos interessam por comporem as condições de produção da charge, possibilitando assim uma maior compreensão do dito através do não dito.

É, em verdade, nosso objetivo discutir os discursos – presentes em uma charge sobre imigração publicada pelo jornal francês, autointitulado “satírico e laico” Charlie Hebdo, em setembro de 2015– sobre o sujeito na posição de imigrante a partir do conceito freudiano de *unheimlich*. Esse significante/conceito de significação não muito precisa se mostra bastante adequado para se pensar a relação entre sujeitos na posição de imigrante com sujeitos que não ocupam essa posição.

A charge analisada, representa, ou propõe um outro olhar, sobre a morte de Aylan Kurdi, menino sírio de três anos encontrado morto em uma praia de Bodrum, na Turquia, em setembro de 2015. Embora não vamos nos deter sobre esse episódio especificamente, ele foi de extrema relevância para a escolha da charge. Um episódio chocante que escancarou de forma crua e palpável a crise migratória na Europa, a morte de Aylan, especificamente sua foto na praia, tornou-se um

símbolo dessa crise e da necessidade de proatividade dos estados europeus com relação à situação dos imigrantes refugiados.

A escrita do texto se justifica pela necessidade de se pensar e convocar o outro a pensar sobre essa problemática que se dá desde a origem da civilização, mas que se reconfigura sem cessar. Justifica-se também, pela necessidade de compreender esses discursos *sobre* o imigrante para então podermos melhor compreender o discurso *do* imigrante, bem como pelo interesse teórico do autor.

2 SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Embora trabalhemos nossa análise a partir de um conceito da psicanálise, fundamental ao desenvolvimento do texto, propomos uma Análise de Discurso que se imiscuem entre a Análise de Discurso Francesa e a Psicanálise. A análise de Discurso Francesa (doravante AD) se caracteriza pela interlocução com outras áreas das ciências humanas, tendo como suas bases a linguística estruturalista, o Materialismo Histórico Dialético e a Psicanálise, notadamente a leitura de Freud proposta por Lacan (LEANDRO FERREIRA, 2010). Para Orlandi, (2012, p. 20) a AD:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Por não considerar a linguagem como transparente, nem buscar atravessar o texto à procura de um sentido, buscando na verdade pensar como o texto significa, a AD se alinha com os objetivos e propostas da pesquisa. Porque pensamos os discursos sobre a imigração na contemporaneidade a partir de uma charge, e, portanto, apresenta-se como método investigativo adequado ao desenvolvimento da mesma. Nesse sentido, Pêcheux (2006, p. 29) propõe que:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano [...] “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim”.

Para o desenvolvimento da análise, selecionamos como *corpus* uma charge específica do jornal francês Charlie Hebdo e decompomos seus enunciados em Sequências Discursivas (doravante SD) por entendermos que isso favoreça a organização e leitura do texto. A escolha da charge se dá em razão de um conjunto de fatores, a saber, sua circulação, seu conteúdo, a circulação de informações sobre o fato que provoca sua produção e a relevância mesma desse fato.

A charge escolhida retrata um homem sobre a água, mãos abertas, um sorriso no rosto e olhos semicerrados. Veste uma toga longa e na cabeça tem uma coroa de espinhos. Uma alusão a Jesus Cristo. Ao seu lado, sua esquerda, a representação da água é desenhada de modo a parecer que borbulha, como se ar subisse por ela, pernas são desenhadas como que saindo da água. Acima de toda a cena, pode-se ler (SD01): A prova de que a Europa é cristã (todas as traduções são nossas). Para a representação do homem, aponta uma seta cujo texto de seu balão de origem diz (SD02): “Os cristãos caminham sobre as águas”. Para as pernas, cuja identidade não é dada a priori, outra seta aponta e diz (SD03): “As crianças muçulmanas afundam”.



Fonte: extra.globo.com

Para Gonçalves (2015), a charge é uma subdivisão da caricatura, tendo potencialidade de caracterizar fisionomias, registrar gestos e acontecimentos. A autora ainda pontua que no séc. XVIII o conceito de caricatura (e, portanto, da charge?) se aproxima cada vez mais do cômico, porém, ainda “compondo-se como um meio para chegar a fins políticos e morais, mas também com um fim em si mesmo, como obra artística com potencial para caracterizar, de modo a, metafórica e metonimicamente denunciar, opinar, expressar valores diversos” (GONÇALVES, 2015, p. 43).

3 DAS REGULARIDADES DISCURSIVAS

Ao nos debruçarmos sobre os elementos imagéticos/textuais presentes na figura 01, percebemos alguns pontos de encontro entre texto e imagem que podem ser classificados como

regularidades discursivas. A primeira a ser apontada e talvez a mais aparente por haver referências a ela em duas das três SD e na construção da imagem, é a que faz referência ao Cristianismo.

Na SD01, temos a afirmação de que a Europa é cristã. Havendo aí um entrelaçamento entre a referência ao Cristianismo, e a referência ao nacionalismo, a ser abordada a posteriori. Essa “prova de que a Europa é cristã”, o fato de que “cristãos caminham sobre as águas”, em uma referência a passagem bíblica em que Jesus Cristo o faz, é relativamente ambígua. Essa inexactidão do dito ecoa em Pêcheux (2016), quando este pontua que o sujeito não pode – a partir do conceito de esquecimento nº 01, que se aproxima do recalque promovido pelo inconsciente, tal como postulado pela psicanálise – encontrar-se fora da formação discursiva que o constitui. Para o autor:

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante” com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX, 2016, p. 154, grifos do autor).

Se esse discurso constitui o sujeito e, portanto, lhe precede, tomamos ciência de que a clareza de sentidos é ilusória, embora essa ilusão seja constitutiva da produção discursiva. Na construção da charge isso não se dá de forma distinta. A ambiguidade de esse fazer-se cristão aparece assim como constitutiva do texto, ainda que de forma maleável. Esse “caminhar sobre as águas”, vem amparado, como elencado, em uma propriedade do ser cristão, no texto, atribuída à Europa. Essa asserção parece se ligar menos ao exposto na Bíblia, Cristo andando sobre as águas, do que vir como um complemento para a SD03, “As crianças muçulmanas afundam”. Essas duas construções não são desconexas, além da relação mesma entre afundar ou não sob as águas, ou o que possibilita essa relação, a distinção religiosa entre cristãos e muçulmanos é constitutiva do texto. O Cristianismo surge no texto, e reiteramos que com importância significativa devido sua repetição e reiteração, em razão desse afogar-se da criança muçulmana. Ele aparece como que para demarcar que, apesar de toda essa ideia de uma cristandade com todos os seus preceitos e mandamentos, alguém se afoga. Não de forma isolada.

Outro elemento discursivo muito presente na charge é o que faz referência a um nacionalismo. Esse aparece na SD03. Embora possa haver europeus muçulmanos, somos atravessados por uma memória discursiva e entendemos que a expressão “crianças muçulmanas”, não se refira a crianças muçulmanas nascidas na Europa. No mesmo sentido da sequência discursiva anterior, ela marca essa diferença de uma forma que também é muito próxima. Haja visto que igreja e território são bases fundamentais do funcionamento estatal, tal como postulado por Althusser (1985).

Ambas, Formação Discursiva Nacionalista e Formação Discursiva do Cristianismo inserem-se em formações Ideológicas que marcam de forma bastante específica a constituição do Estado, o instituindo de fato. A Igreja, por exemplo, vai ser apontada por Althusser como – antes da Escola assumir esse papel – o aparelho ideológico por excelência.

Marcamos a importância dessas duas formações discursivas que se fazem presentes em nosso *corpus*, na manutenção e instituição do estado, por entender que a constituição e manutenção deste Estado vão refletir nas políticas relativas aos processos de imigração na contemporaneidade.

4 ACERCA DO INFAMILIAR

Antes de nos debruçarmos sobre o conceito de *Unheimlich* ou um “equivalente” para a análise da charge de Charlie Hebdo, faz-se necessário, entendemos, discutir brevemente a escolha desse significante. *Unheimlich* é um conceito postulado por Freud no texto “O estranho” de 1919. Nesse texto, Freud discorre sobre uma série de representações literárias, eventos psíquicos e eventos de outras ordens na tentativa de dar conta desse conceito. Pontuamos que não é um conceito que se fecha, e entendemos que essa abertura lhe é constituinte. A obra consultada (FREUD, 1919 [2006]), traz a tradução de *Unheimlich* como “estranho”, e dependendo da versão com a qual o pesquisador trabalhe, ele poderá encontrar diferentes versões, como “Sinistro”, “Inquietante” e outros.

No texto prévio de “O infamiliar [Das *Unheimliche*] – Edição comemorativa bilíngue” (FREUD, 1919 [2019]), traduzida por Ernani Chaves, Rogério Freitas e Pedro Heliodoro Tavares, propõem-se uma discussão muito profícua acerca do significante utilizado na tradução de *Das Unheimliche* para o português. Em que é articulada a noção de “intradução”, uma propriedade do significante ou do texto que, a partir daí, não cessa de (não se) traduzir. Por fim, se utilizam do significante “infamiliar” como uma tradução para *unheimlich*. Para os tradutores (FREUD, 1919 [2019], p. 09):

[...] “infamiliar” é a palavra em português que melhor expressa, tanto do ponto de vista semântico quanto do morfológico, o que está em jogo na palavra-conceito *Unheimliche* em seus usos por Freud. Não porque “infamiliar” expresse o “mesmo” conteúdo semântico do original alemão ou porque se situe numa rede conceitual “equivalente”, mas justamente pela razão inversa. O “infamiliar” mostra que o muro entre as línguas não é intransponível, mas também que a passagem de uma língua a outra exige um certo forçamento. O “infamiliar” não é, nesse sentido, resultado da fidelidade à língua de partida, mas o vir à tona da infidelidade que tornou possível a transposição do hiato entre as línguas.

Unheimlich é para Freud o oposto de *heimlich* ou também *heimisch*. *Heimlich* como doméstico e *heimisch* como nativo. Nesse sentido, *Unheimlich* é oposto a ambas, o é também pelo seu prefixo negativo (*un* – *in*) que o autor aponta como sinal da repressão (FREUD, 1919 [2006], p.

262). Assim, há um desvio estrutural e uma proximidade semântica entre os significantes. Haja vista a aproximação entre as significações e a sua estruturação. Outro ponto a se observar é a desestruturação que uma tradução para o português traz para o significante. Quando nós pensamos sobre “o estranho”, e Freud fala, por exemplo, sobre a abertura dos olhos da Branca de Neve após o beijo do príncipe, pontuando que isso não é estranho de fato, essa frase perde um sentido que existe no alemão – do sinistro, do bizarro. “Infamiliar,” como propõem os tradutores, seria uma tradução mais pertinente, ainda assim, entendemos que algo lhe escapa – pela sua intradução. Assim optamos por manter o uso de *unheimlich*, mas nos reportaremos ao “infamiliar”, quando necessário.

Tendo esclarecido esses pontos principais acerca do conceito utilizado, podemos voltar a analisar a charge. De modo que, se temos diferenças marcadas entre os dois personagens representados, a mimese de um Jesus cristão, que se estrutura através de representações, sejam bíblicas ou midiáticas, e as pernas da criança cujo rosto não aparece; se se tem a marcação de uma diferença entre ambos, e essa diferença é apontada pela diferença de religião, por outro lado há semelhanças mesmas que fazem necessário um afastamento ou uma diferenciação entre os dois personagens.

Por que se dá a necessidade de um afastamento? Para que, talvez, a responsabilidade por essa criança que se afoga, não seja delegada à figura em pé sobre a água, pelo motivo mesmo de ignorar e se mostrar indiferente ao primeiro. Como supracitado, a figura é uma mimese de Jesus, mas seria mesmo um Jesus ali representado, ou seria antes uma Europa travestida de cristã? A marcação da diferença está posta, porém ela pouco nos interessa. Essa mesma aproximação angustiante com esse estranho que me é familiar, se dá quando refletimos sobre as próprias condições de produção dessa charge. Quando publicada pelo jornal francês, ela é muito criticada em toda a Europa, e os motivos alegados são a acidez da representação, a dureza e a frieza da charge com uma criança afogada de uma forma quase que cômica. Por outro lado, podemos pensar que a motivação para esse descontentamento com relação à charge se dê por ela escancarar essa proximidade, por ela escancarar o fato dessa indiferença, da comunidade europeia com relação às imigrações. Freud pontua que *unheimlich* é tudo aquilo que fora familiar, mas que agora é estranho. Esse enlace entre uma aproximação e um repelir promoveria, portanto, essa revolta com relação à charge.

Quando pensamos os processos de migração e os impedimentos estatais que lhe são impostos, voltamos a pensar sobre as ideologias e políticas nacionalistas. Um ser humano que tem determinado país como sua terra natal, normalmente não tem impeditivos legais de circular nesse espaço, com exceção é claro de situações em que haja alguma medida de restrição de liberdade, mas não é esse o ponto. Conquanto quando essa pessoa busca se deslocar para outro país quando na

situação de migrante, é atravessada por uma série de trâmites legais que, compreendemos se amparam nessas formações ideológicas nacionalistas.

Podemos entender, a partir da charge, esse “afundar” que aparece na SD03, como um processo metafórico para um impeditivo de deslocamento, no sentido corrente da palavra. De deslocar-se para outro país, independentemente do motivo. Essa impossibilidade de trânsito, muito embora haja políticas no sentido de um acolhimento de refugiados, aparece transfigurada. O mar é só o que aparece no quadro, uma vez que na terra não há lugar. Tal como em um sonho, a realidade aparece diluída, pois há algo que não pode ser visto. Algo danoso que tem sua crueza dissolvida pelos traços da charge.

Retomando nosso conceito de base, *unheimlich*, Flecha (2017), propõe como uma de suas traduções possíveis “estrangeiro”, o que é congruente com as discussões desenvolvidas acima acerca de sua (in)tradução. O estrangeiro (esse estrangeiro imigrante) *unheimlich* – que me é estranho, mas que me é familiar e por isso angustiante – vem nesse sentido me tirar de minha ilusória estabilidade enquanto sujeito – uma vez que o imigrante ocupa sem dúvidas, para Payer (2016) e para nós, um não lugar, um espaço de entre meios –, me remetendo a essa posição anteriormente ocupada, seja em um nível metafórico seja em um nível concreto, daquele que transita e que não tem um lugar totalmente assegurado, um lugar que é, institucionalmente, salvaguardado pelo Estado, a partir da demarcação territorial e perpetuação de um idioma, e pela religião, na figura do Cristo que incorpora a Europa.

5 PALAVRAS FINAIS

Em *Semântica e Discurso* (2016), aqui já citado, Michel Pêcheux, propõe que formações discursivas se inserem dentro de formações ideológicas, e que há ali uma ideia, ou uma prática, que situa e que assujeita. Que permite ao sujeito ser a partir daí. A ideologia, no singular, cerceadora do funcionamento social, tal como postulada por Althusser (1985), é inexorável. Não há, para esse autor, bem como para Pêcheux, possibilidade de se sair dela. Podemos sim, alterar nossa posição dentro de distintas formações ideológicas.

Nesse sentido, retomamos as regularidades discursivas discutidas acima, levando em consideração que se situam dentro de formações discursivas e de formações ideológicas – Regularidade Nacionalista e Regularidade Capitalista. Quando pensamos que essas formações de regularidades, apontam para a inserção em determinada posição de onde já se espera o dito, ou que a regularidade se mantenha.

Outro fato interessante de se observar é que os personagens envolvidos na representação não têm voz. A representação da criança é despossuída de voz, seu discurso ali não cabe, suas palavras não circulam, da mesma forma como não ouvimos os imigrantes a respeito dos processos de imigração. As vozes que circulam são vozes outras. Payer (2016) pontua que os discursos sobre o imigrante não deixam ouvir o discurso *do* imigrante, sendo o seu lugar por excelência, o lugar do silêncio. A figura representando Jesus também se mantém em silêncio, dessa vez com um sorriso nos lábios com uma expressão quase que satírica nos olhos, como de alguém que tenha algo para ser dito, mas que não o faz. Um silêncio de quem opta por assim se manter, um silêncio deliberado e que lhe é preferível.

Diante do desenvolvido, podemos compreender que, mais do que refletir posições discursivas e, portanto, ideológicas, a charge veiculada pelo Charlie Hebdo acaba por se inserir dentro dessas mesmas formações. Na medida em que aponta um (não) posicionamento dos estados com relação aos processos migratórios na contemporaneidade, acaba por repetir ou perpetuar essas práticas, fazendo com que circulem discursos que não são nem os do sujeito na posição de migrante, nem os do Estado. O primeiro, colocado em seu (não) lugar, relegado ao mar e a um espaço não estatal. O segundo, em silêncio pelo destino mesmo do primeiro, e a partir daí a não necessidade de um posicionamento.

Por outro lado, pensar as construções de sentido desenvolvidas a partir da charge e do afogamento de Aylan pela comunidade europeia e mundial mostram que esse Estrangeiro, esse Estranho, passa a ocupar essa posição de (In)familiar com todas as angústias que isso promove. De modo que, talvez, o que incomode na produção da imagem não seja a representação de uma criança afogada, mas sim a palpabilidade desse fato e a alteridade que a imagem provoca.

Reconhecemos que por se tratar de um episódio muito específico e muito veiculado (razão mesma da escolha da charge como nosso *corpus* de análise), os discursos presentes nela e sobre ela são também muito específicos e não nos parece que, em um primeiro momento, seja possível ampliar as reflexões promovidas a partir desse arquivo para “os discursos sobre a imigração” como um todo.

No mesmo sentido entendemos que, embora criticado o fato de o imigrante não ter voz no *corpus* de análise e a charge acabar sendo mais uma vez um *discurso sobre* a imigração, no presente texto, pelo uso da charge, essa falha acaba se perpetuando. Isto posto, ressaltamos a importância de se desenvolverem pesquisas dando voz a esse sujeito na posição de imigrante, para que efetivamente se possam desenvolver estratégias de inclusão do mesmo nos espaços sociais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

‘CHARLIE Hebdo’ é criticado por capa ironizando menino sírio morto. **Extra**. 14/07/2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/mundo/charlie-hebdo-criticado-por-capa-ironizando-menino-sirio-morto-17486242.html>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FLECHA, R. Esse estranho/estrangeiro conhecido que nos habita. **Sapere Aude**, 8(15), 116-127. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/15136/0>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FREUD, S. (1919). O “estranho”. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 2006. p. 235-273.

IANNINI, G; TAVARES, P. H. “Prefácio”. In: FREUD, S. (1919). **O infamiliar [Das Unheimliche]**. Autêntica. 2019. p. 07-25.

GONÇALVES, T. M. **Vozes sociais em confronto**: Sentidos polêmicos construídos discursivamente na produção e recepção de charges. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LEANDRO FERREIRA, M. C. Análise de discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, 24 (48), p. 17-34. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PAYER, M. O. A condição humana de imigrantes à deriva: Corpos, línguas e diluição do sujeito. In: GRIGOLETTO, E. DE NARDI, F. S. (Orgs.). **A análise de discurso e sua história**: Avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes, 2016. p. 343-358.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora Unicamp. 5. ed. 2014.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DE DISCURSO E PSICOLOGIA: A FORMAÇÃO DISCURSIVA SOBRE A SUBJETIVIDADE

Gabriela Serena Fagundes

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o propósito de perceber como o estabelecimento do contexto científico da psicologia se organiza e produz alguns saberes, especialmente articulados sobre a noção de subjetividade. Por se tratar de uma leitura que parte da demarcação da disciplina de análise de discurso, serão colocados ao longo do texto também alguns postulados teóricos em suspensão, para que o próprio método discursivo sirva de contraponto as conceituações de subjetividade. Conseqüentemente o trabalho que segue trata das discussões produzidas na análise de discurso (AD)¹ sobre a produção da psicologia como disciplina científica quanto seus pressupostos acerca da subjetividade. Para pensar com isso, como se constituem e que espaço ocupam os enunciados emergentes das relações entre a AD e a psicologia.

O debate proposto sobre o caráter científico da psicologia demonstra que há atribuições e delimitações conferidas tanto para a análise de discurso como para a psicologia com relação ao sujeito. A localização histórica permite que observemos uma série de indícios como as guerras, a industrialização e os deslocamentos políticos, etc. que auxiliaram a consolidação das práticas científicas do modo como conhecemos. Na psicologia com o estudo do sujeito e do comportamento humano nas suas relações com o mundo. E, para a análise de discurso, de outro modo, como o estudo dos efeitos de sentido que move o mundo através dos sujeitos. São campos de estudo e pesquisa diferentes que geram formulações psicológicas e linguísticas/analíticas divergentes quanto a subjetividade. Mas, esses embates mostram que há uma reafirmação cada qual em si mesmo de seus preceitos teóricos, apontando para a forma como se produz conhecimento nessa delimitação, com faces avessas.

Responsabilizando-nos analiticamente entendemos que é o local que a pesquisa se posiciona é imbuído pelo desejo que parear conceitos e colocar em jogo as regularidades discursivas de ambos. Todavia, ressaltamos que o fazemos sem pretensas de descoberta ou verdade, já que se trata de uma

¹ Trataremos apenas das discussões propostas por Michel Foucault e Michel Pêcheux, inscrevendo-nos nas principais linhas de abordagem discursivas trabalhadas pela linguística aplicada no Brasil.

discussão teórica inicial sobre um tema extenso e em constante transformação. O que nos move é que entendemos que pelo espaço das fronteiras teóricas poderemos compreender melhor como se sustentam as relações teóricas metodológicas de saberes que sempre se mantiveram em contato. Nos permitindo assim, colocar a discussão sobre a poder-saber da cientificidade mais próxima da realidade de diferentes áreas de saber, expondo como seus limites e possibilidades direcionam a vida humana na modernidade.

Este trabalho se desenvolve então, dentro de uma perspectiva de análise de discurso, criando condições para propor futuros questionamentos, tanto teórico como de prática analítica. Por isso, poderá interessar a quem ingressa no campo de questionamento sobre o que é subjetividade. Mas, está mais alinhado com quem pretende fazer AD para além das temáticas já consolidadas e se depara com a dificuldade de lidar com esse objeto que ora parece fruto, ora parece gerador das relações humanas. É, de certa forma, para quem deseja escandir seu olhar sobre a própria percepção da realidade. Logo não há um único destino, há um perfil crítico curioso a ser tocado pela AD, seja dentro ou fora dela. Como a tarefa crítica metodológica acerca dos saberes psicológicos obviamente não é empreendida pela primeira vez, alertamos a necessidade de, não só considerar o que já foi dito a respeito, mas de tentar perceber em que espaços teóricos se constroem essas afirmações.

Traçamos assim um caminho de amarrações discursivas que iremos percorrer. Em que são imprescindíveis alguns cuidados iniciais, como a necessidade de deixar explícito o que tange a compreensão de análise de discurso que fazemos. Ou seja, apesar de considerarmos a AD como uma disciplina instituída por mais que um teórico e de trazer no decorrer do trabalho várias proposições e contribuições pecheuxtianas, nos aproximamos mais da análise de discurso proposta por Foucault. Isso devida a sua característica de sistematicidade e historicidade que nos proporcionará olhar a interdisciplinaridade sem embaraços. Em outras palavras, negamos que haja apenas a justaposição e coexistência de enunciados considerando indiscutivelmente a relação entre eles (FOUCAULT, 2013). Também alertamos neste sentido, que a AD não pode ser confundida como uma simples ferramenta de análise, mas sempre como para além do método, a construção de um saber.

Sobre a estrutura do texto, buscamos organizá-lo iniciando por uma breve contextualização da psicologia como instituição científica e na sequência trazemos os apontamentos da AD sobre as ciências humanas, sobretudo a psicologia. Na sessão seguinte organizamos alguns dos principais conceitos a serem mobilizados e as relações teóricas entre os autores Michel Foucault e Michel Pêcheux, a saber a relação entre formação discursiva e as possibilidades de constituição subjetiva. Para, por fim, contrapor algumas considerações sobre a subjetividade a partir de alguns enunciados da psicologia social contrapostos com a análise de discurso.

2 O ESTATUTO DE CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS

Para propor um enfoque sobre as discussões produzidas pela análise de discurso sobre a psicologia é preciso pensar primeiro como se entende o estatuto científico da psicologia.

O livro *Psicologias* (2003) é considerado um cânone introdutório das ciências psicológicas no Brasil e o tomaremos como um ponto de partida para pensar na construção deste campo. Seus autores, Ana Maria Bahia Bock, Odair Furtado e Aria de Lourdes Trassi Teixeira, buscam fazer um apanhado das teorias e práticas acerca da psicologia, respaldando a metodologia de ensino em suas vertentes de pesquisa, retomando suas raízes europeias e americanas. É devido ao caráter aglutinador que o utilizaremos para expor um princípio integrador da multiplicidade de abordagens psicológicas. Isso porque a obra alinhava histórica e conceitualmente o signo em comum da compreensão de sujeito psicológico no mundo, o que nos interessa de sobremaneira.

Não é uma tarefa simples extrair essa noção, já que podemos observá-la por diferentes enfoques e tecer caminhos paralelos e até antagônicos sobre qual é, afinal, o objeto de pesquisa da psicologia. Quer dizer: podemos questionar o que compõe essa dimensão psicológica, mas também em que mundo esse sujeito está inserido, e, ainda, de qual sujeito estamos falando. Por isso, deixamos explícito que a noção de investigação da psique que nos interessa está mais distante da proposta filosófica grega de alma, ainda que se reconheça a presença desta discussão nos interstícios do pensamento moderno. O que se sobressai, para este estudo, é o estatuto que filia a psicologia a uma noção corrente e bem determinada do que é ou não considerado saber científico.

Vemos, neste ponto, que Bock, Furtado e Teixeira (2003, p. 38-40) narram uma psicologia como

[...] a ciência que avança tanto, que se torna uma referencia para a visão de mundo [...] (d)o mundo como uma máquina; um relógio [...] (em que) para se conhecer o psiquismo humano passa a ser necessário compreender os mecanismos e funcionamento da máquina de pensar do homem – seu cérebro. [...] Embora a psicologia científica tenha nascido na Alemanha, é nos Estados Unidos que ela encontra campo para um rápido crescimento, resultado do grande avanço econômico que colocou EUA na vanguarda do sistema capitalista.

É essa datação histórica que faz reverberar, tanto nas abordagens como nos temas que elaboram as práticas profissionais, a instauração de medidas dos fenômenos psicológicos, consequentemente permitindo a construção de uma noção de identidade humana. Uma dimensão de identidade ocidental e universal, porque é replicável ao redor do mundo, mas específica, pois interessa a unicidade de cada sujeito. É a apresentação de modos específicos e globais para a condução dos sujeitos, guiadas pela abertura da dimensão de necessidade de condução de si mesmo. Uma perspectiva elaborada a partir de diferentes âmbitos e direcionada a uma espécie de centro

localizado na identificação do sujeito. Das práticas sociais, afetivas, grupais e de uma autocondução/controlado de si, que devem ou permitem atingir a saúde em uma perspectiva individual, porém refletindo o estado social desejado para a era moderna.

O que é trabalhado no desenvolvimento desse livro, seja ao postular os princípios de uma ciência da razão comportamental que opera respostas a estímulos programáveis (Behaviorismo), ou na análise de catalizadores dos processos de percepção e interpretação (Gestalt), ou em como analisar padrões de comportamento da vida psíquica na vida social (herança da Psicanálise), é uma noção em comum: a subjetividade. Isto é, dos dois lados do cone: do social para o psíquico e do psíquico para o social, culmina-se em uma peça, que é também uma ferramenta de trabalho da psicologia.

Entendemos que aqui estamos no ponto nodal de nosso trabalho.

A psicologia colabora com o estudo da subjetividade: é essa a sua forma particular, específica de contribuição para a compreensão da totalidade humana [...] – é o homem-corpo, homem-pensamento, homem-afeto, homem-ação e tudo isso está sintetizado no termo subjetividade [...] É o mundo de ideias, significados e emoções construídos internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica, é também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2003, p. 22-23).

Analiticamente, encontramos uma fronteira entre o modo científico da psicologia de compreender a formulação subjetiva com a forma pela qual a análise de discurso trabalha com a constituição das subjetividades. De um lado, como postulado na obra *Psicologias* (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2003) e detalhado ao tratar da psicologia social como atualização, a subjetividade é auto moldável e centra neste aspecto as possibilidades do saber psicológico. Do outro lado, nos estudos discursivos, este aspecto não é capaz de ultrapassar a necessidade de compreender como funcionam os modos de formulação da subjetividade.

Agora, é importante ressaltar que essas formulações basilares para a psicologia não parecem ter estabilizado definitivamente os seus trabalhos com relação ao sujeito, como demonstra Maheirie (2002, p. 32) “Quando estamos trabalhando com a Psicologia em uma perspectiva crítica e precisamos falar do homem singularmente, muitas vezes não sabemos qual conceito utilizar para descrever o processo de constituição daquilo que o faz este sujeito e não outro.” Se olharmos para o enunciado de Maheirie na guisa que viemos traçando, é nítido que a dificuldade terminológica representa as lacunas sobre o que é esse “ser singular” que para a psicologia é um pressuposto primário. Um problema também para a Análise de Discurso (AD), ainda que essa percepção de singularidade não receba o mesmo tratamento, dado que subjetividade e singularidade não ocupam espaço de sinonímia (FOUCAULT, 2013), como veremos adiante.

Se usamos há pouco a ideia de fronteira entre as abordagens de análise da constituição de sujeitos, é porque encontramos após as contribuições da psicanálise um traço em comum em ambas. Quer dizer, nas Análises de Discurso (FOUCAULT, 2013, PÊCHEUX, 2011), há certa convergência no sentido de que não é possível dizer tudo de todo modo e o tempo todo. Há aquilo que o cada sujeito pode dizer, e o conteúdo daquilo que pode ser dito que está diretamente relacionado ao contexto em que vive e ao papel que específico desempenha ali. A diferença é que para a AD se trata muito mais de um processo constitutivo no sujeito, portanto que o atravessa, do que uma capacidade de intervenção e reflexão de si, já que o inconsciente participa disso de forma menos localizável e apreensível, mensurado por aquilo que falha a esta posição de cada sujeito. Já para a psicologia (especialmente a social), ainda que também dependa substancialmente da psicanálise, o foco se volta para a subjetividade como a constituição da consciência (SAWAIA, 1996). Isso porque, deve se dedicar as possibilidades de resignificação e intervenção na constituição de si como sujeito, que neste comboio científico de sentidos somente se constrói individualmente.

A seguir, levaremos em consideração esse imbróglie entre, digamos, o individual e consciente e o coletivo e inconsciente na constituição subjetiva, para observar como dois dos principais autores trabalhados na AD lidam com essa questão. A saber, trataremos considerações de Michel Pêcheux e Michel Foucault.

3 A ANÁLISE DE DISCURSO E A PSICOLOGIA: TECENDO CRÍTICAS

A discussão voltada para o embate teórico não é fortuita, e sim em decorrência do recorte epistemológico em que será discutido a temática. Tal recorte emergiu das críticas contundentes tanto de Foucault quanto de Pêcheux a respeito do estatuto das ciências humanas pelo pressuposto da subjetividade. Contudo, os trajetos analíticos são diferenciados, e como não poderíamos esgotá-los, apresentamos brevemente suas contribuições.

Na história das ideias ou das ciências humanas como propôs Foucault, a possibilidade subjetiva passou ao campo das análises com este status quando foi posta com relação à loucura (FOUCAULT, 1978; 1998; 1999; 1997). Desde antes do Renascimento os loucos, ou seja, os indesejados socialmente passaram a ocupar os manicômios, um lugar na sociedade passou a existir para eles e para o discurso psicológico. Foucault (1978) aponta para o discurso do louco como aquilo que é desregrado e cheio de falhas de discernimento para com o tido como real. Por isso, ao analisar longamente o percurso da construção da noção de sujeito, o autor vai afirmar que é nos processos de internação, de concepção de loucura e de patologização dos modos de vida que a psicologia vai ganhando espaço de ciência e o louco um outro espaço na sociedade. De modo que os espaços da

clínica psiquiátrica e da psicanalítica também simbolizam o deslocamento discursivo da loucura, para o surgimento da multiplicidade das ciências psicológicas pela inauguração da percepção do que é sensível para cada sujeito em relação a um outro objeto, como o trabalho, a saúde, etc.

Ou seja, da preocupação tradicionalmente Ocidental de perguntar-se sobre a origem de si, enquanto sujeito, aparece, por meio da linguagem entre a razão e a desrazão dada pela psicanálise, uma ciência que identifica limites entre a razão da consciência moderna e os papéis sociais que evoca. Mesmo que na modernidade os conceitos de loucura e subjetividade pareçam afastar-se, é imprescindível para nossa análise percebê-los dentro de um mesmo campo histórico discursivo. Uma vez que, apesar de estarmos suprimindo as diferenças significativas entre o sujeito psicanalítico e o sujeito das ciências psicológicas, é na psicanálise que se permite que o que é tido como loucura tenha voz. Enquanto isso, é nas ciências psicológicas que se definem dentro de quais construções socioculturais essa voz poderá produzir verdade e como será ouvida e de como essas construções de escandirão para outros espaços. Portanto, se fazemos essa redução é devido ao objeto que queremos ressaltar aqui: a subjetividade.

Assim, resumimos grosseiramente que a crítica foucaultiana se dá em diferentes níveis: no da psicanálise como um modo de fazer ciência como uma razão do inconsciente (1978; 1998); como de associar uma obra-autor como potência humana exclusivamente, afastando-se a identificação de uma nova discursividade das relações de poder e saber que constituem uma posição-sujeito datada historicamente (1999); de como esses fatores participam da constituição de uma formação discursiva insubstituível para o funcionamento de dispositivos que organizam a relevância do estudo do sujeito ocidental moderno (1997). Neste último ponto, destacamos que é essa importância que o estatuto das ciências psicológicas sobressai de modo singular, ao estudar a constituição de si como objeto científico – as ciências humanas se debruçam sobre a subjetividade. A análise crítica do sujeito como produto, meio de análise e objeto, apresentada como ponto de convergência no longo trabalho sobre a psicologia, a psicanálise e a psiquiatria².

Quando Foucault analisa o discurso científico das ciências humanas, em seu objeto-sujeito, está analisando as condições de aparecimento desta mentalidade. Busca descrever, comparar e compreender o jogo de regras que o faz se estabelecer como verdade – A Verdade, que não pode ser qualquer outra racionalidade sobre o ser sujeito. Com isso, o método arqueogenealógico de Foucault desestabiliza a ideia de sujeito transcendental e perene. Isto é, que não se constitui historicamente, como se fosse um sempre lá na continuidade histórica.

² A análise feita por Foucault não se restringe aos aspectos abordados neste trabalho, em toda sua produção intelectual escrita em mais de 30 anos, há aspectos que abordam essa temática, o que buscamos fazer foi uma síntese dos momentos em que o tema foi encontrado por nós de forma mais explícita.

Subjetividade deixa então de ser um traço único e primário da existência humana, mesmo o da escuta da loucura porque observa o dito louco e interpreta as observações como o dito não-louco. Não é possível vê-la como primária porque é contraposta, e precisa dar conta de significar ao mesmo tempo, com como é a sua transformação empírica que lhe imprime características contextuais. Abre-se neste jogo a possibilidade de compreender a subjetividade, não como um ponto de referência para estudar a sua relação com uma capacidade humana ou com espaço político-social, mas como o próprio domínio de saber que é articulado como uma verdade historicamente estabilizada. A proposta faz uma inversão crítica, tomando a constituição subjetiva a partir de um conjunto de instituições, práticas e estratégias de governo que a contrastam com a consciência.

Ainda, neste movimento de recortar da realidade empírica um *corpus* analítico, passamos para a incidência da teoria social sobre a ciência psicológica, para conduzir a análise para mais próximo do que temos hoje instituído como saber psicológico acerca da subjetividade. Para essa condução convocamos a AD tradicionalmente linguística no capítulo *Reflexão sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social*, de autoria de Pêcheux (2011) em livro compilado por Orlandi (2011). Que trata do imbricamento entre o fazer científico da psicologia com a possibilidade de olhar para o sujeito entendendo que nele há percepções sensíveis que não são iguais em todos. Entretanto, a linguística também questiona esse fazer científico: O que fez com que a psicologia tivesse condições de se tornar ciência e se colocar no local de discussão de diversos conceitos da constituição humana? Ou ainda, é possível prová-la como uma prática ideológica? Todas essas provocações servem para a guia pecheuxtiana, de modo bem teórico, dizer que a prática técnica é efetuada tendo em vista uma demanda que é social.

De modo que, se há psicologia é porque há uma demanda que exige isso. Já a demanda social, por sua vez, surge das relações políticas que se sustentam no discurso. Pêcheux escancara a demanda política neste caso, pela ideologia da correção do comportamento humano, guardando aproximações com Foucault, mas se afastando quanto a profundidade da noção de governo. O que vale aqui é que, mesmo que os sujeitos possam ter consciência de seu fim, não têm dos meios de realizá-lo, porque é exatamente aí que está a cisão da ciência nas ideologias. Desta forma, para Pêcheux as ciências psicológicas e sociais não têm estatuto de prática científica. Trata-se da aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais, que tem por fim responder a demanda social, realizando o real psico-sociológico.

Pêcheux denuncia ainda nessa análise, a necessidade da psicologia em aprender a se servir das técnicas, para romper limites ideológicos enquanto ciência, superando a resistência a mudança que faz parte do jogo político que está inserida. Ou, em outras palavras, seu texto aponta para a lacuna que há entre o que concebe por ideologia do sujeito psicológico moderno e a necessidade de

critérios e técnicas científicas para o estudo que produz esses saberes. Questiona a existência de um método científico próprio da psicologia, sobretudo a psicologia social, uma vez que da relação das ciências humanas com as sociais há um vazio teórico que instabiliza o saber científico.

Até aqui trouxemos um pequeno apanhado conceitual que dialoga com as aproximações e afastamentos entre a psicologia como ciência com a AD, dada a marcação da subjetividade. E, por termos feito isso a partir de dois teóricos divergentes, entendemos que é necessário aprofundar teoricamente a construção da AD sobre a subjetividade. Por isso, na próxima sessão trataremos sobre as noções de formação discursiva, caras para Pêcheux e Foucault, e que permitem visualizar melhor as relações com a subjetividade.

4 PÊCHEUX E FOUCAULT JUNTOS? FORMAÇÃO DISCURSIVA E SUBJETIVIDADE

Para dimensionar como funcionam as análises de discurso feitas por Pêcheux e Foucault é preciso primeiro dizer que há muito de que compartilham, mesmo que poderíamos descrever muitos aspectos pelos quais são identificáveis as diferenças. Anunciamos então, que o conceito de formação discursiva (FD) tão caro a ambos nos surge ao *corpus* como um ponto de partida, por constituir os saberes que garantem o discurso, pelas práticas e pela emergência do acontecimento discursivo. (FOUCAULT, 2013). Neste ponto há entre ambos os autores, a concordância quanto ao caráter heterogêneo das formações discursivas como aponta Indursky (2003). Todavia, como a leitura desta pesquisadora indica, as conceituações diferem dentro da noção de formação discursiva quanto ao seu caráter de heterogeneidade. Pois, para Pêcheux não há discurso sem ideologia, assim postula as três vias pela qual o sujeito pode inscrever-se discursivamente no posicionamento ideológico. São elas; a identificação total com o discurso, a contra identificação pela discordância com o discurso e a dessidentificação em que o sujeito se identifica com outra formação discursiva. Em Pêcheux é possível que a ideologia se apresente em diferentes enunciados que podem estar em contradição extrinsecamente, mas é impossível pensar para fora da ideologia. Ou seja,

[...] a ideologia é o critério primeiro a partir do qual pode-se pensar no pertencimento de um enunciado a uma FD bem como na individuação de uma FD. Este é, aliás, o único critério de repartição: trata-se de saber o que pode e deve ser dito no âmbito de uma FD e, por conseguinte, o que aí não pode e não deve ser dito.” (INDURSKY, 2003, p.4)

Visto que na concepção teórica pecheuxtiana a afirmação se dá pelo viés marxista da formação discursiva, num movimento heterogêneo de contradição dentro de uma ideologia, é definindo como um processo de relações de contradição-desigualdade-subordinação. (INDURSKY, 2003)

Contudo, para Foucault o conceito de ideologia defendido por Pêcheux é impositivo para a formação discursiva, que tem sua regularidade no sistema e não em um tempo estagnado de coisas homogêneas ou heterogêneas (FOUCAULT, 2013). Se a semelhança entre ambos se dá em primeira instância pela noção de regularidade e repetição dentro das formações discursivas o que os difere está na relação com o sistema a normatizá-las. Quando se fala em repetição ou regularidade, para Foucault (2013), tem-se em mente que não se trata da coexistência ou justaposição de enunciados, trata-se também e principalmente das relações entre eles. Na concepção foucaultiana para que uma formação discursiva se mantenha funcionado deve dispor de estratégias entre esse feixe de relações que as sustentem. Deve ainda ser realizada a análise do jogo de aparecimentos e dispersões destes enunciados e não uma estrutura de conceitos para explicá-los. Para assim, descrever seus encadeamentos e as formas unitárias que sustentam as formações discursivas, nos temas e nas estratégias que as movem.

Observamos então, que é necessário, para a perspectiva foucaultiana observar o que o autor denomina de sistemas de dispersão, em que “[...] se pudermos definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção que se trata de uma formação discursiva [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 47). Podemos entender a partir dessa contraposição teórica que a abordagem foucaultiana é mais abrangente e menos especificista sobre a análise das formações discursivas. E, conseqüentemente também o é sobre o processo que move e é movido pela constituição subjetiva de seres humanos em sujeitos de uma formação discursiva, seja ela qual for. Isso porque se dedica às construções histórico político, por voltar seu olhar para as sistematizações e para as instituições de poder e saber. Enfim, por considerá-los e analisá-los em sua sistematicidade e historicidade. Assim, fica evidente no percurso do filósofo que as formações discursivas se tensionam formando redes das quais emergem sujeitos que são objetivados, mas também são direcionados a se subjetivarem constantemente. Isto é, resumidamente, há um exercício direto - objetivo que os obriga a orientar-se através de identidades, mas há também um poder mais sutil - biopoder que os sujeitos de certa forma buscam para caracterizar suas identidades (FOUCAULT, 1997).

Há em cada um deles um complexo teórico organizado e orientado para a análise de discurso equivalente em método, argumentos e finalidades. Exatamente por isso, a opção em mantê-los dialogando em uma análise que é mais um lançar luzes para o objeto (a noção de subjetividade para a psicologia) do que uma formulação acabada. Haja vista que a compreensão que circunda o século XXI sobre esta temática que analisamos é carregada de repetições, mas também de contradições. E para tal afirmação nos sustentamos em Foucault quando diz que “a história das ideias trata o campo dos discursos como um domínio de dois valores; todo elemento que aí é demarcado pode ser

caracterizado como antigo ou novo; inédito ou repetido; tradicional ou original” (FOUCAULT, 1972, p.174).

Por isso, para nos mantermos na guisa analítica retomemos qual é o viés da psicologia olhando para a conceituação de subjetividade, retomando o início deste trabalho, quando apontamos para o enunciado de Maheirie (2002). Em que a professora falava da dificuldade de achar termos que representassem a aplicação da psicologia com relação ao sujeito percebido como singular. Agora já podemos revisitá-lo e contrapô-lo ao que Pêcheux considerou como um vazio teórico no assentamento da ciência da psicologia com as formulações sociais. O objeto psicológico social coloca quem se dispõe a pesquisá-lo na função de primeiro identificá-lo. Inclusive é o que esta autora faz, negando uma série de definições sobre o processo entre subjetividade e consciência, assentando-se numa perspectiva fenomenológica na tentativa de assegurar a consciência como uma capacidade de algo e não como um conhecimento (MAHEIRIE, 2002, p.2).

Falamos anteriormente também, sobre a dependência da instituição da loucura para o aparecimento da psicologia como ciência. Parece óbvio então, que o objeto da psicologia não poderia vir de outro lugar que não em função daquela mesma psicologia, ainda que hoje não seja mais a mesma dos manicômios. Dado que poderíamos falar sobre as recentes considerações mundiais sobre o que é saúde, ou sobre a luta antimanicomial, ou até mesmo sobre a industrialização, mas ainda assim falaríamos de alguma forma sobre uma mesma formação discursiva.

Todavia, se analisarmos o deslizamento que os discursos modernos desempenharam em alinhar a ciências humanas e sociais poderemos pensar ao menos numa dispersão discursiva na concepção foucaultiana. Ou reafirmar as palavras de Pêcheux (2011) quando convoca que as ciências sociais e psicológicas assumam uma posição de aprender a descobrir e utilizar seus métodos enquanto ciência, superando a resistência a crítica. Como o Pêcheux pressupõe “[...] a matéria a transformar tem aqui a forma específica de um discurso em fragmentos” (PÊCHEUX, 2011, p. 45). Daí a falta de técnicas e métodos próprios que a certifiquem. Ainda assim, há está preocupação na proposição explicativa que sai de dentro da psicologia social, ao menos na forma como busca se estabelecer comparando teorias e conceitos. Vejamos,

Consciência, para-si e subjetividade são conceitos que se referem a uma mesma coisa: a dimensão do sujeito que é capaz de *negar* a objetividade (em-si) como uma dimensão absoluta. Neste sentido, consciência é sinônimo de para-si, que é sinônimo de subjetividade. (MAHEIRIE, 2002, p. 3)

Porém, é perceptível como neste recorte encontramos uma contradição entre a subjetividade para a psicologia e para a AD, da qual, podemos interpretar a caracterização de uma fronteira teórico epistemológica intransponível diante da subjetividade. Já que para a AD, não há como negar a

objetividade que não é por si só absoluta, ao mesmo passo que não há como o processo da consciência ser considerado uma escolha de constituições subjetivas. Uma vez que, no que tange a AD e as construções acerca da subjetividade, as postulações tanto de Foucault como de Pêcheux são incompatíveis quanto à sustentação do discurso centralizado na perspectiva subjetivista como capacidade de negar a objetividade. Aliás, para a AD não só não há como negar a objetividade com que as formações discursivas constituem os sujeitos, como essa ideia de objetividade é insuficiente para que se compreendam os processos de subjetivação. Sobretudo para Foucault (2013; 1999; 1997; 1998), que nega as ideologias como super estruturas permanentes e considera as estratégias que organizam poderes e saberes como modulações na construção de identidades subjetivas.

Além disso, do ponto de vista das formações discursivas das ciências, esse sujeito subjetivo só passa a existir para ser negado ou procurado na própria emergência teórica dos discursos modernos, momento em que simultaneamente aparece tanto a psicologia quanto a AD.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse trabalho levar em consideração aspectos importantes daquilo que há de construído e tido como propriamente científico atualmente com relação à subjetividade. O que representa, por fim, mais um esforço em olhar para a teoria da AD, em que minimamente se tem as proposições discursivas sobre a ciência do sujeito psicológico. Para além disso, observar como se construiu um trajeto de encontro à diluição do sujeito do discurso psicológico. Pois é preciso ter noção de que, seja por seu método ou teoria, a AD está tencionando as fronteiras e verdades produzidas pelas ciências e pela sociedade. Claro que essa tensão precisa sempre ser vista como algo ascendente, que faz ruir, mas que possibilita um processo de retomada que fundamenta como se produz sentido.

É essa mesma linha de raciocínio que nos leva as relações estabelecidas dentro da própria AD, quanto a discursividade e o sujeito discursivo, que tenta, desde sua origem, se desvencilhar desse sujeito visto como sinônimo entre subjetivo e consciente de si. Mas, que passa as voltas com um conceito cheio de lacunas que a própria heterogeneidade da língua e da sociedade evidencia. O que demonstra que algumas fronteiras disciplinares se mantêm em constante relação, seja de atrito ou mediação teórica, mas é o que assegura até mesmo a ideia de ciência. Processo que as atualizações na ciência psicológica nos parecem ter deixado, em grande medida, às escuras.

Assim, entendamos o que Pêcheux fala a partir das leituras de Indursky (2003) sobre a apropriação, como tornar seu um conceito proveniente de outro lugar e isto só pode ocorrer pelo processo de teorização. Processo que constituiu a maior crítica de Pêcheux a psicologia, pois a

apropriação aponta para a reprodução/transformação/reinscrição, ou seja, para a resignificação sem reorganizar suas próprias mediações teóricas de forma interconectada com outras áreas de saber. No mesmo sentido, ainda que de forma bem mais diluída e profunda são os apontamentos feitos por Foucault, que traçam as linhas históricas que possibilitaram a emergência da psicologia como um aparato/dispositivo de conduta humana, os quais é necessário maior aprofundamento.

Não se trata de estabelecer qual é A Verdade acerca da subjetividade, pois isso seria contrário tanto ao que trouxemos das falas Pêcheux, por Indursky (2003) sobre a distinção do caráter da ciência e da ideologia por ações políticas. Bem como, seria quanto a Foucault (1978; 2013), quando fala sobre a contradição no interior da formação discursiva como um pressuposto para a existência pela dispersão.

O objetivo alcançado é se posicionar perante o que toca ambos os saberes, ao que faz a função de muro que ao mesmo tempo divide, identifica e interliga locais discursivos. Pois, após o movimento feito em torno das propostas pecheuxtianas e foucaultianas do ponto de vista crítico quando subjetividade para a psicologia, consideramos que a condição heterogênea das formações discursivas as põe em um mesmo campo discursivo. Já que é essa mesma a característica das formações discursivas: formulações que mesmo opostas, versam acerca das delimitações das possibilidades de emergência de um discurso, neste caso o da subjetividade. Condição do objeto de análise que nos levou a olhar de frente as facetas do sujeito. Em outras palavras, daquele sujeito que é pelo atravessamento de diversas formações discursivas, inclusive a do que é ser sujeito moderno, com aquela formação discursiva interna do discurso psicológico (MAHEIRIE, 2002). Este último que o torna dotado ao menos de potencialidades, que em graus variados podem colocá-lo em algum momento como protagonista da sua realidade.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, A. L. T. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13 ed. São Paulo: Saraiva 2003. Disponível em: https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock_psicologias-umaintroduc3a7c3a3o-p.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

FOUCAULT, M. (1926-1984) **A Arqueologia do saber**, tradução Luiz Felipe Baeta Neves. - 8 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 5. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FOUCAULT M. **As palavras e as coisas**. 8. ed. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 14. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

INDURSKY, F. **Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto**. In SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 2003, Porto Alegre, *Anais do SEAD, painéis*. Porto Alegre, UFRG, 2003. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.efrg.br/anaisdosead/1SEAD/Paineis/FredaIndursky.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MAHEIRIE, K. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade**. Revista Interações, VII (13), 31-44, 2002.

PÊCHEUX, M (1938 – 1983) **Análise do discurso: Michel Pêcheux** textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP Pontes Editora, 2011.

PÊCHEUX, M. Reflexão sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados por: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas-SP: Pontes Editores, 2011.

SAWAIA, B. B. (1999). **Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade**. *Psykhé*. 8 (1): 19-25.

CAPÍTULO 4

BREVE ARQUEOLOGIA DA IDEOLOGIA NA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA COM PÊCHEUX E FOUCAULT

Maruana Kássia Tischer Seraglio

Eric Duarte Ferreira

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos este estudo³ esclarecendo que não buscamos fazer uma arqueologia profunda e fechada sobre ideologia no campo da Análise de Discurso – doravante AD – francesa, mas escrevemos na tentativa de adentrar – e por isso o uso de “por uma” – e de contribuir nas discussões sobre o tema. Assim, está aberto para outros pesquisadores seguirem por esse caminho – e por outros –, almejando uma maior compreensão sobre o universo ideológico.

O campo da ideologia é sinônimo de heterogeneidade. As concepções que rodeiam o termo são inúmeras, assim como a história e a memória conectadas quando utilizada a palavra ideologia. Destacamos que uma história concisa e linear sobre a ideologia é inexistente e impraticável, pois um termo tão plural não poderia ser limitado à uma narrativa sequencial. Contudo, é possível apresentarmos recortes de algumas concepções que constituem o campo ideológico. Como dito, quando o termo ideologia é utilizado diversos autores e conceitos são mobilizados e, em muitos casos, sem que o próprio sujeito que enuncia saiba desses movimentos. A partir disso, propomos uma caminhada teórica buscando investigar a noção de ideologia para os principais representantes da corrente francesa da AD – Michel Pêcheux e Michel Foucault –, na tentativa de mostrar a impossibilidade de restrição de conceitos, visto que ambos possuem visões diferentes sobre a noção de ideologia.

Para isso, utilizamos de uma abordagem teórico-metodológica ancorada na AD, mas a partir de uma pesquisa bibliográfica e de um movimento pendular, este último a partir da definição de Petri (2013, p. 42), pois é “no movimento de ir e vir (da teoria para análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o corpus, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise”. Com relação a organização do

³ Este artigo tem origem em uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFFS, intitulada “O discurso político do viés ideológico na transição para o governo Bolsonaro (2018-2019)”, defendida em julho de 2021.

estudo, primeiramente direcionamos nosso olhar para a perspectiva de Pêcheux e, em seguida para Foucault.

2 A INTERPELAÇÃO DO SUJEITO PELA IDEOLOGIA: ESTUDOS DE PÊCHEUX

Ao adentrarmos nos estudos pêcheuxianos, observamos que o Pêcheux construiu seus pressupostos teóricos sob três pilares: materialismo histórico, linguística e psicanálise. Para discutir, principalmente, sobre o materialismo histórico, o autor faz uma releitura e se apropria de diversos conceitos trazidos por Althusser (1985), buscando compreender as condições ideológicas de reprodução e de transformação de produção e entendendo que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2014, p. 82). A partir disso, é possível perceber que ambos caracterizam a ideologia enquanto instância que possui existência material e que se articula com o campo econômico.

Dentro do materialismo histórico, Pêcheux e Fuchs (1997), na obra *Por uma análise automática do discurso*, afirmam que há uma compreensão do que eles chamam de teoria das ideologias. Assim, desenvolvem análises mobilizando a formação social, a ideologia e o discurso, abordando uma superestrutura ideológica ligada aos modos de produção que dominam determinada formação social. A reprodução das relações de produção consiste na denominada interpelação, “de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Essa reprodução estará ligada aos Aparelhos Ideológicos de Estado – doravante AIE – formulados por Althusser (1985).

Em consequência disso, Pêcheux e Fuchs (1997) elaboram o conceito de formação ideológica – doravante FI –, pois em suas perspectivas, ao longo da história, ocorrem conflitos ideológicos e políticos dentro das relações de reprodução das classes nos AIE. Nesse sentido, FI “constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Nessa perspectiva, os AIE não expressam a ideologia dominante, mas são o local e o meio para que ocorra a realização da dominação. Nas palavras de Pêcheux (2014, p. 131, grifos no original),

Os aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante [...], mas sim que eles são seu lugar e meio de realização: “é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante...”.

A partir disso, será discutida a relação entre ideologia e discurso. Pêcheux e Fuchs (1997) enfatizam que não é possível identificar ambos, mas o aspecto discursivo é material do que é intitulado como materialidade ideológica. Assim, o discursivo pertence ao que foi intitulado como “gênero” ideológico, ou seja, as FI comportam várias formações discursivas - FD. Uma FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). Nesse sentido, não é possível haver discursos que não sejam ideológicos, e além disso, “só há prática através de e sob uma ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 2014, p. 135). Em vista disso, as FDs determinam o dizer a partir de certa relação interior aos AIE e inscritas em relações de classe. Como consequência, é entendido que a interpelação dos indivíduos em sujeitos não acontece de modo geral, mas por meio de um completo conjunto “determinado de *formações ideológicas* que desempenham no interior deste conjunto, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente desigual na reprodução e na transformação das relações de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 167, grifos no original).

Ainda sobre definições de ideologia, Pêcheux (2014), ao ler Althusser (1985), também faz uma distinção entre Ideologia e ideologias – ou uma ideologia. Ideologia em geral não tem história, pois sua estrutura e funcionamento se mostram imutáveis na história e é lugar de pensar o homem enquanto “animal ideológico” (PÊCHEUX, 2014, p. 138), portanto, a Ideologia é eterna dentro do processo natural do humano na história. Já as ideologias possuem uma existência histórica particular e concreta, que se dá dentro dos AIE. Transpondo isso ao discurso, o autor ressalta que o sentido da palavra não está em si mesma e sim nas posições ideológicas mobilizadas no processo sócio histórico em que a palavra é pronunciada. Deste modo, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 147, grifos no original). Logo, o autor entende que uma mesma palavra ou expressão não possui sentido próprio, pois pode receber sentidos diferentes de acordo com a FD que ocupa.

Em 1967, dois anos antes de escrever a obra *Por uma análise automática do discurso*, Pêcheux produziu um ensaio sob o pseudônimo de Thomas Herbert, intitulado *Observações para uma teoria geral das ideologias* (1967). Neste ensaio, o autor tem como proposição principal que “toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca” (HERBERT, 1995, p. 64), entendendo que, enquanto base material do discurso, é na e pela língua que ilusões são produzidas, colocando o sujeito enquanto ser da consciência individual e ator social. Pêcheux (HERBERT, 1995) distingue duas formas de ideologia, que funcionam por ilusões e esquecimentos. A Ideologia A – empírica – corresponde a relação entre significação e realidade. Enquanto que a Ideologia B – especulativa – diz respeito à articulação existente entre as significações, nas quais o esquecimento

ocorre pelo desconhecimento entre efeito de linguagem e efeito de sociedade. Sintetizando, “diremos que a forma empírica da ideologia coloca em jogo uma função semântica – a coincidência do significante com o significado –, enquanto que sua forma especulativa coloca em jogo uma *função* sintática – a conexão de significantes entre si (HERBERT, 1995, p. 71, grifos no original). Essa diferença entre os dois tipos de ideologia se traduz na existência dos dois modos de produção, as forças produtivas e as relações de produção.

Entendemos que Pêcheux (HERBERT, 1995) busca abranger o estado das ciências, as quais consideram a vida humana como natural, e se abstém do materialismo histórico. O pensador sinaliza que uma teoria geral das ideologias é possível e necessária por alguns motivos, os quais se constroem sob as ciências naturais e sociais. As ciências naturais estariam rodeadas da forma empírica da ideologia, reproduzindo a ilusão da possibilidade em acessar a natureza de modo direto, ao descobrir e formalizar os dados observados. Já as sociais reproduziriam as ideologias especulativas, considerando as relações sociais como necessidades naturais e biológicas de indivíduos que se reconhecem parte de uma comunidade. Além disso, o processo ideológico pode ser entendido enquanto combinação de efeitos metafóricos e metonímicos. O metafórico “consiste em um deslocamento de significações que desempenham um papel no ‘sistema de base’” (HERBERT, 1995, p. 83), ou seja, as significações são produzidas, deslocando-as. E o efeito metonímico, “produz uma racionalização-autonomização de cada nível estrutural considerado, que aparece então como dotado de ‘coerência interna’” (HERBERT, 1995, p. 83).

3 A ANÁLISE IDEOLÓGICA E O POSICIONAMENTO FOUCAULTIANO

Durante sua trajetória acadêmica, Foucault rejeita análises no campo da ideologia e promove o desenvolvimento de um dispositivo que também proporciona estudo, mas a partir de outras perspectivas. A rejeição foucaultiana ao trabalhar com o conceito de ideologia, bem como o conjunto de noções geralmente associadas a ela – como alienação, falsa consciência, mistificação –, caracteriza um dos mais famosos recortes políticos nas pesquisas do autor francês, que trabalha com ferramentas relacionadas a um pensamento operante com a verdade. Dito de outro modo, esta recusa tem relação com uma maneira de perspectivar a verdade, ou seja, não se trata de renomear a ideologia, mas de analisá-la a partir de outro ângulo. Baseados nisso, traçamos uma linha de pensamento que explora os esquivos de Foucault ao uso da ideologia e quais as alternativas apresentadas para esse tipo de análise. Observamos que essa recusa tem relação com o modo com que a verdade é entendida por Foucault e também pela sua visão particular sobre a ideologia.

Em *A sociedade punitiva* (FOUCAULT, 2015), na aula final do curso ministrado, Foucault (2015) se questiona sobre o sistema de poder em que a prisão funciona. A partir disso, investiga o poder de modo geral e o poder disciplinar. Sobre o primeiro, estabelece quatro esquemas teóricos relacionados com análises sobre o poder, dos quais o autor busca se afastar, entre eles, a ideologia.

Primeiramente, recusa a noção de que o poder é algo que se possui e de que algumas pessoas o detém e outras não. Foucault (2015) afirma que o poder é exercido e se faz presente em todas as superfícies sociais, e, portanto, não se localiza em um lado, não existem sujeitos com poder que o exercem sobre sujeitos sem poder. Em seguida, rejeita o esquema de localização do poder, principalmente de que o poder está essencialmente nas instituições do Estado. Para o autor francês, o aparato estatal é um espaço de apoio para o poder, o qual vai muito mais além do Estado, pois abrange a família, o emprego, a moradia, as relações sexuais, entre outros focos de poder. Depois, rejeita o esquema de subordinação, no qual o poder reproduziria ou manteria modos de produção. Foucault (2015) afirma que o poder é um elemento constitutivo, mas não o que garante os modos de produção. E por fim, o quarto esquema teórico que o autor recusa diz respeito à ideologia, “o esquema da ideologia segundo a qual, na ordem do conhecimento, o poder só pode produzir efeitos ideológicos, ou seja, o poder ou funciona mudo na violência ou discursivo e falador na ideologia” (FOUCAULT, 2015, p. 206). Para Foucault (2015), o poder não deve ser reduzido a essa dicotomia, ser puramente operado pela violência ou escondido no discurso ideológico. Assim, defende que o exercício do poder ocorre num lugar de formação de saber, sendo que esse saber garante e possibilita o funcionamento do poder. Nesse sentido, “*o exercício do poder não é lugar de formação de ideologia, mas de saber; todo saber possibilita o exercício de um poder [...]*” (FOUCAULT, 2015, p. 206, grifos no original).

Visando a elucidação dessa concepção, Foucault (2015) discute sobre a vigilância administrativa. A partir da Revolução Francesa, o agente do poder passa a ser um agente da constituição do saber, pois todo agente – como governadores, agentes policiais, procuradores, etc. – deve fornecer informações dos efeitos produzidos por aquela ordem por meio de relatórios, os quais relacionam poder e saber. Além disso, o autor francês também analisa um fenômeno inverso ao citado, o qual seria a abertura do poder a núcleos de saber autônomos. Desse modo, o saber deveria funcionar com certa quantidade de poder. Refletindo sobre o campo acadêmico, o autor observa como os graus do saber são definidos e calculados, conferindo poder ao saber do sujeito que transita por esse espaço. Foucault (2015) conclui que, por exemplo, o sistema penal nos termos ideológicos é opaco e confuso com temas ideológicos diversos. Já na formulação do poder, o sistema penal parece mais claro para o autor, não no sentido de que o campo social é transparente, mas é preciso nos desvencilhar de “opacidades fáceis” (FOUCAULT, 2015, p. 215).

Ao longo das obras foucaultianas mencionadas no início desta seção, identificamos que o autor francês esclarece com certa frequência os motivos pelos quais não se interessa e se recusa a utilizar o que envolve ideologia em suas análises. Essa constante recusa, encontrada de modo claro em algumas de suas obras, com o decorrer do tempo, também demonstra a busca pela atualização de suas críticas e análises para com a ideologia, desenvolvendo conceitos e dispositivos diferentes com o decorrer de seu “amadurecimento” teórico. O autor não repousa em seus conceitos, mas ao retomar constantemente a recusa, afirma: “espero ter efetuado cada vez um ligeiro e pequenino deslocamento” (FOUCAULT, 2014b, p. 70).

No primeiro capítulo de *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2018b) são elencados três motivos pelos quais o autor considera improvável a utilização da noção de ideologia em suas pesquisas.

A primeira é que queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros, nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material, etc. (FOUCAULT, 2018b, p. 44).

A partir do primeiro motivo, Foucault (2018b) deixa claro sua visão sobre o que é ideologia, ou seja, algo que está em oposição à verdade e, portanto, não é útil, visto que busca entender como são produzidos os efeitos de verdade dentro dos discursos. O autor aponta que o interesse não é em definir num discurso o que há de científico e de verdadeiro e revelar algo outro, mas entender como, historicamente, os efeitos de verdade se articulam dentro dos discursos. O segundo motivo seria a vinculação da ideologia com alguma coisa que represente o sujeito, mas não o sujeito em si. E o terceiro motivo diz respeito à condição secundária da ideologia com relação a alguma realidade, estrutura, mundo material, ou seja, a ideologia precisa de uma infraestrutura para funcionar.

O autor francês retoma novamente a recusa do campo da ideologia na obra *Do governo dos vivos*, na qual declara que “mais uma vez, torno ao que não parei de tornar, isto é, a recusa da análise em termos de ideologia, a recusa de analisar em termos de ideologia do pensamento o comportamento e o saber dos homens” (FOUCAULT, 2014b, p. 70). Assim, a rejeição em realizar análises em termos de ideologia envolve pesquisas com relação ao saber e ao comportamento dos sujeitos. Ao tratar a ideologia como algo que está em oposição à verdade, o autor tem como base a concepção negativa de ideologia definida por Thompson (2011), ou seja, as que possuem certo sentido negativo, ilusório e enganador. Essa concepção o leva à construção de três objeções sobre análise no campo da ideologia, ao mesmo tempo em que a entende a partir dessas perspectivas.

Em primeiro lugar, ela [ideologia] postulava uma teoria malfeita, ou uma teoria nada feita, da representação. Em segundo lugar, essa noção era indexada, pelo menos explicitamente, a uma oposição entre o verdadeiro e o falso, entre a realidade e a ilusão, entre o científico e o não-científico, entre o racional e o irracional – e aliás sem poder se livrar dela de forma clara. Enfim, em terceiro lugar, com a palavra “dominante” a noção de ideologia dominante driblava todos os mecanismos reais de sujeição e se livrava da bola, passava a bola, dizendo-se: afinal cabe aos historiadores saber como e por que numa sociedade uns dominam os outros (FOUCAULT, 2014b, p. 12-13).

Assim, para Foucault (2014b), a ideologia é entendida como uma representação, ou seja, a ideologia não é em si uma realidade, ela apenas representa uma realidade. Ela também é posicionada entre o verdadeiro e o falso, o real e o imaginário, dificultando o saber sobre se libertar dela, logo, é uma representação falsa. E por fim, ao se nomear uma ideologia como dominante, não se produz questionamentos sobre isso, cabe a outros entendê-la, como por exemplo, historiadores, assim como cita o autor. A ideologia é reproduzida por estruturas de dominação. No entendimento de Foucault (2014b), seria um erro eleger a ideologia como mecanismo que iniciou a promoção de relações de barbárie e de dominação.

Com base nesses argumentos, o autor propõe a análise da relação entre verdade e poder, visto que “é preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de ‘ciência/ideologia’, mas em termos de ‘verdade/poder’” (FOUCAULT, 2018b, p. 53). Logo, a própria verdade não existe fora ou sem o poder, ela é o próprio poder. Ademais, o poder não ocorre exatamente no plano da consciência – como em Marx –, mas sobre o corpo das pessoas, isso porque, o domínio por parte da sociedade para com os indivíduos não ocorre apenas pela ideologia ou pela consciência, mas se inicia no corpo e com o corpo. Para Althusser (1985), o poder se mostra sutilmente através da ideologia, enquanto que em Foucault (2018b), a sutileza proporciona ao poder o seu sucesso e a sua efetivação, produzindo sujeitos cada vez mais dóceis, os quais não percebem esse processo em suas vidas.

A partir de seus estudos, Foucault (2014a) identifica um fortalecimento na sociedade por uma vontade de verdade, a começar no século VII, produzindo uma dicotomia entre discursos verdadeiros e discursos falsos. Essa vontade passa por campos como o sistema penal, a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a sociologia, fazendo com que a própria lei só pudesse ser autorizada se embasada em um discurso de verdade. Desse modo, a ruptura que o autor produz, ao se afastar da noção de ideologia e eleger a verdade e o poder, gera o desenvolvimento e a análise do funcionamento de um dispositivo, o dispositivo da verdade. Isso porque, a ilusão, a alienação ou a ideologia não dizem respeito à questão política que interessa Foucault (2018b), mas a própria verdade. Assim, não se investiga o discurso para ultrapassá-lo buscando a verdade, mas se analisa os procedimentos de produção de verdade no interior do discurso.

Para compreender o dispositivo da verdade, é preciso, primeiramente, entender o que é verdade para Foucault. Segundo o autor, é necessário entender o conceito de verdade como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados” (FOUCAULT, 2018b, p. 54). Por exemplo, os mecanismos jurídicos constroem a verdade sobre o crime ou o criminoso. Ademais, a verdade está ligada ao poder, a determinados sistemas que criam e suportam a verdade e também a efeitos de poder que ela motiva e faz com que se reproduzam. Nesse sentido, o poder e a verdade se relacionam, pois não é possível que haja o primeiro sem o outro. Nas palavras de Foucault (2014b, p. 10),

Onde há poder, onde é preciso que haja poder, onde se quer mostrar efetivamente que é lá que reside o poder, é preciso haver o verdadeiro. E onde não houvesse verdadeiro, onde não houvesse manifestação de verdadeiro, é que o poder não estaria ali, ou seria fraco demais, ou seria incapaz de ser poder. A força do poder não é independente de algo como a manifestação do verdadeiro, e muito além do que é simplesmente útil ou necessário para bem governar.

À vista disso, Foucault (2014b) investigará o governo e como se compreende a ideologia dentro dele. O autor reflete que muito se acredita que o exercício do poder, a verdade em sua forma subjetiva e a salvação para cada um são os efeitos da ideologia e isso significaria que enquanto as pessoas estivessem preocupadas com a sua salvação, permaneceriam em silêncio e seriam mais facilmente manipuladas e governadas. Contudo, o autor se nega a aceitar isso, pois ocorreram determinados eventos ao longo da história que provam o contrário e, “por conseguinte, o problema não é talvez tão simples e não é talvez do lado dessas análises em termos de ideologia que se deveria conduzir a análise” (FOUCAULT, 2014b, p. 70). Desse modo, a verdade não é independente, tomada em si própria, mas é aquilo que se caracteriza dentro da política e do regime da verdade. Regime de verdade é entendido como “o que determina as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação do verdadeiro”, ou seja, o que constrange e obriga os indivíduos a atos de verdade (FOUCAULT, 2014b, p. 85).

Percebemos que Foucault (2014b) entende a história humana como práticas e discursos condizentes com a realidade, nos quais as práticas determinam aquilo que o objeto é de fato, suas transformações e significações. Logo, seria equivocado atribuir à ideologia o entendimento dos eventos históricos, pois a ideologia promove o entendimento vago de objetos que determinam os discursos e as práticas, e não o contrário, como proposto pelo autor. Assim, propõe que não há sociedade sem relações de poder, as quais funcionam como jogos estratégicos na busca por guiar a conduta dos sujeitos.

A partir do curso transcrito na obra *Do governo dos vivos* é desenvolvida a noção de anarqueologia como sendo oposta a uma análise no campo da ideologia. A citação retirada de Foucault (2014b, p. 91-92, grifos nossos) é longa, mas esclarece sobre essa perspectiva:

O problema seria estudar os regimes de verdade, isto é, os tipos de relações que vinculam as manifestações de verdade, com seus eventualmente, objetos. O que implica, por conseguinte, que não se faça uma divisão binária entre o que seria a ciência, de um lado, em que reinaria a autonomia triunfante do verdadeiro e de seus poderes intrínsecos e, de outro, todas as ideologias em que o falso, ou o não-verdadeiro, deveria se armar ou ser armado de um poder suplementar e externo para tomar força, valor e efeito de verdade, e [isso] abusivamente. *Tal perspectiva arqueológica exclui absolutamente portanto a divisão entre o científico e o ideológico. [Ela] implica, ao contrário, que se leve em consideração a multiplicidade dos regimes de verdade [e] o fato de que todo regime de verdade, seja ele científico ou não, comporta formas específicas de vincular, de [maneira] mais ou menos constrangente, a manifestação do verdadeiro e o sujeito que a opera. E, enfim, em terceiro lugar, essa perspectiva implica que a especificidade da ciência não seja definida em oposição a todo o resto ou a toda ideologia, mas seja simplesmente definida entre muitos outros regimes de verdade ao mesmo tempo possíveis e existentes.*

Logo, não é considerado o que pode ser dito do poder a partir do vínculo voluntário que se tem com a verdade, mas “dada a minha vontade, a decisão e o esforço de desfazer o vínculo que me liga ao poder, como ficam o sujeito de conhecimento e a verdade” (FOUCAULT, 2014b, p. 71). Portanto, é preciso realizar o movimento de se desprender do poder para que isso sirva como um ato de revelação e transformação do sujeito além da sua relação com a verdade. Ademais, Foucault (2018a) entende que o poder é onipresente, ou seja, surge de diversos locais. Logo, não é possível se desvencilhar do poder como um todo, mas de uma relação de poder.

Como dito anteriormente, essa atitude anarqueológica consiste no movimento de analisar o sujeito e a verdade afastado do poder. Na obra *Arqueologia do Saber*, Foucault (2017, p. 224) enfatiza que “deveremos mostrar, então, como a prática discursiva que deu lugar a tal positividade funcionou entre outras práticas que podiam ser de ordem discursiva, mas também de ordem política e econômica”. Deste modo, é necessário analisar a FD que deu origem a tal relação ideológica.

Ainda na obra em que Foucault (2014b) inicia essa perspectiva de análise, especificamente na aula de 30 de janeiro de 1980, o autor descreve de modo oposicional, atitudes, propósitos e teses do polo da crítica à ideologia e da anarqueologia. Este contraste ocorre a partir da retomada de algumas análises, elaboradas por ele, sobre a loucura. A citação é extensa, mas elucida sobre ambas.

Enquanto uma análise em termos de ideologia consistiria em se perguntar: dado o que é a loucura – posição universalista –, dado o que é a natureza humana, a essência do homem, o homem não alienado, a liberdade fundamental do homem – posição humanista –, indagar-se a partir dessas posições, universalista e humanista, a que motivo e a que condições obedece o sistema de representação que levou a uma prática do encerramento que sabemos quão alienante é, em que medida se deve reformá-la. É isso que teria constituído um estudo, digamos, de tipo ideológico. O estudo de tipo anarqueológico consistiu, em vez disso, em considerar a prática do encerramento em sua singularidade histórica, isto é, em sua

contingência [...] E era a partir daí que se tratava de procurar que tipo de relações de conhecimento se achava, por essa prática mesma, fundado, com seus efeitos estruturantes e determinantes, no campo do saber, da teoria, da medicina, da psiquiatria, mas também com seus efeitos na experiência do próprio sujeito considerado doente ou não (FOUCAULT, 2014b, p. 73-74).

Desse modo, entendemos que uma análise no campo da ideologia é facilmente confundível como uma crítica à ideologia, visto que dizer que algo é ideológico geralmente condiz com uma crítica a esse objeto. Como consequência desse contraste entre análise ideológica e análise anarqueológica, o autor elenca etapas que representam o primeiro modo de análise – ideológica – e a partir delas, outros passos que caracterizam a análise anarqueológica.

Em outras palavras, à série categoria universal-posição humanista-análise ideológica e programação de reforma, se opõem uma série que seria a série recusa dos universais [...], logo, recusa dos universais-posição anti-humanista-análise tecnológica dos mecanismos de poder e, em vez do programa de reforma, remeter para mais longe os pontos de não-aceitação (FOUCAULT, 2014b, p. 74).

Sintetizando, a análise em termos de ideologia delimita um grupo universal, assume um posicionamento humanista, analisa o funcionamento do poder por um viés ideológico e propõe mudanças sobre o assunto analisado. Contudo, Foucault (2014b) elenca oposições a cada uma dessas etapas: recusar a delimitação de grupos universais, ou seja, não tomar a loucura, por exemplo, como algo já dado, mas vê-la como algo que não explica nada e portanto é necessário explicá-la, entendê-la novamente; não assumir um posicionamento humanista, pois não há natureza ou essência humana, não há nada invariável nos indivíduos; analisar os mecanismos de poder de modo tecnológico, e nesse sentido, analisar as estratégias do poder que são utilizadas para fazer com que se produza aquilo que é essencial aos indivíduos; e formar agenciamentos de resistência, logo, recusar a manutenção de procedimentos de poder que criam as identidades e as relações dos indivíduos.

Assim, o dispositivo de análise proposto por Foucault (2014b) permite estudar as diferentes formas de dominação e de assujeitamento de modo distinto, não tanto como uma distorção da verdade imposta pela ideologia, mas no sentido de dominação por intermédio de um poder da verdade. Logo, a tarefa do pesquisador é a de ocupar um lugar no dispositivo da verdade, não enquanto sujeito que conscientiza os outros em nome da verdade, mas como aquele que resiste ao poder da verdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este estudo destacando a importância e a necessidade de refletirmos sobre o universo da ideologia – neste caso, dentro da AD. Reforçamos que, na busca por auxiliar na construção de uma arqueologia da ideologia, não objetivamos definir um conceito único ou ideal de ideologia, até porque entendemos não haver um. Ao longo do tempo, concepções são estudadas, rearranjadas e transformadas a partir da influência das mudanças ocorridas nas sociedades. O campo ideológico comporta conceitos que são discutidos, criticados, reformulados e adaptados, seja para tentativas de compreensão do funcionamento da sociedade ou para discussões e mecanismos de ataque no campo político.

Sintetizando as discussões, Pêcheux entende que os processos discursivos se inscrevem em relações ideológicas de classe. Ao entender que em uma FI, o que pode e deve ser dito é determinado por uma FD, Pêcheux compreende que os discursos são ideológicos. Já com relação ao posicionamento de Foucault, a partir da leitura de algumas obras dele, verificamos que o autor rejeita análises no campo da ideologia, desenvolvendo outro dispositivo de análise operante com a verdade. Assim, a diversidade da noção de ideologia pode ser observada em diversos espaços, como por exemplo, quando refletimos sobre os dois principais autores da AD, Pêcheux e Foucault, os quais têm posicionamentos diferentes sobre o sentido e o uso da ideologia.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014b.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber (1926-1984). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Curso no Collège de France (1978). 8. ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

HERBERT, T. [Michel PÊCHEUX]. **Observações para uma teoria geral das ideologias**. Rua, Campinas, p. 63-89, 1995.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do ‘dispositivo experimental’ da análise de discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs.). **Análise de Discurso em Perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, p. 39-48, 2013.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAPÍTULO 5

ACONTECIMENTO E MEMÓRIA NO DISCURSO

Francine Mendes

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2015, um *Airbus A320* da *Germanwings* caiu nos Alpes franceses, nenhuma das 150 pessoas a bordo sobreviveu. Acidentes com aviões sempre ganham grande repercussão, gerando comoção, às vezes, no mundo todo⁴. Mas neste caso, em específico, algo chamou mais a atenção, depois das investigações e da caixa-preta, parte do avião responsável por gravar o que acontece na cabine, ser encontrada, concluiu-se que a aeronave havia sido derrubada deliberadamente. O copiloto, um profissional de 28 anos e com licença ativa para exercer a função, aproveitou o momento em que o piloto foi ao banheiro e trancou a cabine, impedindo que o colega voltasse ao posto, depois disso, jogou o avião contra os montes rochosos dos Alpes, matando todos a bordo.

No fim de 2014, um filme hispano-argentino chamado *Relatos Selvagens*, estrelado pelo ator veterano Ricardo Darín, foi lançado no Brasil. A obra, que teve uma proposta inovadora, conta através de quatro histórias diferentes, como acontecimentos do cotidiano podem separar a civilização da barbárie, e que a linha entre vingança e justiça é mais tênue do que imaginamos. A primeira das quatro histórias, fala sobre um piloto de avião que reúne seus desafetos durante a vida, sem que estes saibam desse aspecto em comum, dentro de uma aeronave pilotada por ele, e a joga contra o solo, matando todos a bordo. O filme teve sua exibição suspensa nos cinemas franceses após o episódio do *Airbus A320*.

Mas afinal, qual foi a motivação para que ocorresse tal suspensão? A motivação foi a memória.

⁴ A análise feita por Foucault não se restringe aos aspectos abordados neste trabalho, em toda sua produção intelectual escrita em mais de 30 anos, há aspectos que abordam essa temática, o que buscamos fazer foi uma síntese dos momentos em que o tema foi encontrado por nós de forma mais explícita.

2 MEMÓRIA E DISCURSO

A memória, na perspectiva discursiva, constitui-se de maneira diferente do sentido atribuído a ela pelo senso comum, ou seja, não se refere a uma lembrança individual de um acontecimento ou experiência vivenciada por uma única pessoa. A memória, para a Análise do Discurso, configura-se como um aspecto coletivo, social.

Para Pêcheux (1999) a memória não se trata de um mecanismo particular de cada sujeito, como é visto pelo viés da psicologia, mas sim, um aspecto coletivo. Um piloto jogando sua aeronave, cheia de passageiros, deliberadamente contra montanhas rochosas, era, até então, apenas uma representação cinematográfica da capacidade que o ser humano tem de alimentar rancores e mágoas, e até onde vai a obstinação em ser vingativo. Por mais que uma situação dessas pudesse ser relacionada a algum comportamento humano, não havia, até o episódio do *Airbus A320*, na memória coletiva, algo que desse a esse discurso o sentido que ele passou a ter após a tragédia.

A lista de produções cinematográficas que relatam desastres aéreos é extensa, sendo baseadas em fatos reais – como *Vivos* (1993) – ou pura ficção – como *Con Air* (1997). A formação discursiva sob a qual o filme *Relatos Selvagens* estava inscrito já era pré-estabelecida, com suas regularidades e condições de produção. A repetição desse discurso deve-se à memória discursiva, que atua mesmo que de forma inconsciente, o sujeito pode pensar que seu discurso é original, quando na verdade, trata-se de um processo cíclico. A regularidade desta memória, no entanto, foi interrompida pelo acontecimento histórico do *Airbus A320*, resignificando, portanto, o sentido do discurso de *Relatos Selvagens*. Segundo Achard (1999, p. 52):

[...] a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa 'regularização' e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

Havia nos discursos acerca desse tema – queda de aviões – uma regularidade, regularidade essa que foi interrompida pelo acontecimento histórico do co-piloto que jogou a aeronave deliberadamente contra os alpes. O discurso é produzido, entre outras coisas, pela memória. O discurso não é criado pelo sujeito, ele vem de um processo de repetição. A partir desta afirmação, pensemos o que é acontecimento discursivo e o que é acontecimento histórico para a análise do discurso.

Quando um acontecimento discursivo sucede, instaura-se uma relação tensa tanto com a memória (que tenta inscrevê-lo na ordem da repetibilidade, tal como vimos nos parágrafos que precedem) quanto com o discurso novo, inaugural, que rompe com a ordem da repetibilidade, construindo um novo sentido possível para o enunciado. Ou seja: um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro. Dito de outra forma: um acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o “esquecimento” do sentido-outro, que o precede (INDURSKY, 2003, p.107).

3 O MOVIMENTO *ME TOO* E COMO OS ESCÂNDALOS EM HOLLYWOOD RESSIGNIFICARAM A MEMÓRIA COLETIVA

A expressão “*me too*”, normalmente, significaria uma afirmação de que o interlocutor também havia experienciado algo que o locutor mencionara. Em outubro de 2017, o produtor de filmes Harvey Weinstein foi denunciado por abuso sexual. Semanas depois da primeira denúncia, mais de 80 mulheres contataram à polícia para relatar assédios de Weinstein, Tratavam-se de atrizes mundialmente conhecidas, entre elas: Salma Hayek, Gwyneth Paltrow e Ashley Judd. Os relatos iam desde assédios verbais, ameaça, assédio sexual e boicote aos filmes estrelados por aquelas que não tinham o comportamento desejado pelo produtor. O criador da produtora Miramax, responsável por produzir filmes como *PulpFiction* (1994) e *Shakespeare Apaixonado* (1998), foi demitido da empresa que fundou e expulso da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas.

O acontecimento desencadeou uma série de denúncias de atrizes, não só contra Weinstein, mas também contra outros atores, diretores e produtores de Hollywood, como Kevin Space, James Franco, Casey Affleck e ShiaLabeouf. Além dos abusadores, o escândalo também respingou em quem sabia, mas não fazia nada a respeito por medo de comprometer a carreira. Os nomes mais citados foram do diretor Quentin Tarantino – que trabalhou com Weinstein em *PulpFiction* – e do ator Matt Damon – que foi avisado pela ex-namorada, mas preferiu não tomar nenhuma providência.

O movimento encabeçado por atrizes veteranas, como Geena Davis, adotou o “*me too*” como lema, fazendo referência ao fato de que todas as mulheres que já sofreram abusos sexuais, morais ou verbais em Hollywood usassem a hashtag “*#metoo*”. A ação tomou proporções gigantescas, que se espalharam pelo país. Casey Affleck, que já havia sido denunciado, ganhou o Oscar de melhor ator por *Manchester à Beira-Mar*, mas a maioria das mulheres na plateia não se levantou para aplaudi-lo, algo impensado antes do movimento.

A partir do acontecimento histórico da descoberta dos abusos sistemáticos ocorridos em Hollywood e da formação de um coletivo que ampara as mulheres vítimas de abusos, o significado de “*me too*” entrou em choque com a memória discursiva ligada a este enunciado, resignificando deste modo o discurso, mas sem apagar o sentido que já existia. Atualmente, se tivermos contato com

o enunciado *metoo*, a inferência será diferente do que era antes de 2017, porque o movimento liderado por mulheres alterou a memória coletiva acerca do enunciado. O acontecimento discursivo ocorre, portanto, quando memória e acontecimento histórico se encontram, ressignificando um discurso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo sistematizar através de exemplos recentes ligados a cultura popular alguns aspectos sobre as noções de acontecimento e de memória, sendo que ambas são partes constitutivas do discurso, assim como o sujeito, a ideologia e tantas outras.

O acontecimento histórico é composto por fatos que, por intermédio do acontecimento discursivo, entra em choque com a memória, ressignificando assim discursos. A queda de um avião, uma abordagem policial violenta, casos de abuso sexual, uma frase pronunciada por um chefe de estado, não sabemos qual acontecimento irá romper esse ciclo da memória e produzirá um novo significado.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

DA REDAÇÃO. Copiloto do Airbus agiu deliberadamente para derrubar o avião. **Veja**, São Paulo. Publicado em 26 de março de 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/copiloto-do-airbus-agiu-deliberadamente-para-derrubar-o-aviao/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, out. 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

DONNA. 10 fatos para entender o escândalo que levou à condenação de Harvey Weinstein. **Grupo RBS**, Porto Alegre. Publicado em 11 de março de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2020/03/10-fatos-para-entender-o-escandalo-que-levou-a-condenacao-de-harvey-weinstein-ck7nk781100s801p8y57z0t99.html>. Acesso em: 06 nov. 2021.

CAPÍTULO 6

NAS INTERFACES DAS LÍNGUAS ADICIONAIS: A LÍNGUA ESTRANGEIRA

Darlise Vaccarin Fadanni

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos uma discussão sobre a língua estrangeira na caracterização de língua adicional. Nossa construção se dá em um movimento pendular, em que teoria e análise se confundem. De acordo com Petri (2013, p. 42), idealizadora dessa metodologia, “no movimento de ir e vir (da teoria para análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise”. Assim, lançando um gesto interpretativo sobre a denominação de línguas estrangeiras vistas como adicionais, redigimos este texto.

Nessa discussão, em que a língua estrangeira é caracterizada de língua adicional, contamos, principalmente, com os pressupostos teóricos de Revuz (1998) e de Leffa (2014). Ao abordarmos a língua estrangeira em sua definição, contamos com a compreensão de Revuz (1998) e ao demonstrarmos que uma língua estrangeira, quando aditada à língua materna, é também conhecida por língua adicional, consideramos a tese Leffa (2014). Para tanto, a pesquisa se desenvolve pela análise descritivo-interpretativa a partir do respaldo de um referencial bibliográfico.

Frente ao exposto, se faz necessário registrar que a presente pesquisa é um recorte de minha dissertação de mestrado⁵, onde abordo as interfaces da língua quando compreendidas a partir de uma comunidade de fala, em que, além da língua materna, o sujeito também se apropria de outras línguas, seja por interesse cultural, escolar e/ou profissional. De todo modo, este recorte, aqui constituído como um artigo, discorre sobre a designação de línguas adicionais, com o intuito de esclarecer quando considerar uma língua como estrangeira e de que maneira classificá-la junto à língua materna de um sujeito.

⁵ A dissertação supracitada discorre sobre a política linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul. Em vista disso, com o intuito de compreender o lugar das línguas na implementação de sua política linguística, eu desenvolvo uma análise descritivo-interpretativa sobre a Resolução nº 11/CONSUNI/UFGS/2018, documento que delibera sobre as ações da universidade sobre as línguas. Essa investigação está disponível para consulta em: <https://rd.ufes.edu.br/handle/prefix/4604>. Acesso em: 28 abr. 2022.

2 A LÍNGUA ESTRANGEIRA NA DESCRIÇÃO DE LÍNGUA ADICIONAL

O termo adicional nos proporciona a compreensão de que, a partir da língua materna, o sujeito pode somar diferentes línguas em seu repertório e pode aprendê-las de acordo com suas necessidades ou interesses, considerando-as como adicionais. Corroborando com o exposto sobre línguas adicionais, Leffa (2014) assevera que a língua adicional se constitui pela língua já conhecida pelo sujeito e é assim denominada sempre que a compreender e por ela também interagir, podendo somá-la à língua materna⁶, ou seja à primeira língua de contato do ser humano, também identificada por L1.

Essa maneira de entender as línguas como adicionais é também percebida por Revuz (1998), quando classifica as línguas aditadas à língua materna, como segunda língua (L2), terceira língua (L3), sucessivamente. Porque, de acordo com a autora (1998), são línguas que ocupam uma colocação no conjunto de línguas adicionais, as quais decorrem das expectativas socioculturais, educacionais, econômicas e/ou políticas do sujeito.

Um dos motivos que leva o sujeito a incluir outras línguas em sua fala é o avanço tecnológico que, junto à evolução científica e industrial do século XXI, motiva o sujeito a buscar o aprimoramento em outras línguas. Nesse caso, percebendo a necessidade de comunicar por línguas diferentes da sua, o sujeito adiciona à sua língua materna (L1) uma L2 e, de acordo com sua realidade, possivelmente uma L3 ou mais, caso se faça necessário. Essas línguas podem ser caracterizadas como estrangeiras ou de herança, dependendo dos movimentos e/ou dos interesses do sujeito em relação ao saber linguístico. Isso posto, para Corder (1992), o aprendizado da L1 é inevitável, ao contrário acontece com a L2 e a L3 que dependem de um fator motivacional.

A escola, movida pelo currículo educacional, oportuniza aos discentes o aprendizado de uma língua diferente da língua materna, adicional à sua. Nesse contexto escolar, a língua, no currículo identificada de estrangeira, é reconhecida pelo estudante pelo seu escopo linguístico. Para Leffa (2014, p. 33), “[...] a língua adicional é construída a partir da língua ou das línguas que o aluno já conhece”, reafirmando a ideia de que a estrutura de língua, já internalizada pelo sujeito, permite a

⁶ Segundo Revuz (1998), a primeira língua (L1) de contato assume a função de língua materna, ou seja, é a principal língua de uso comunicativo de um sujeito em sua comunidade de fala. Exemplo: A língua portuguesa para o sujeito que mora no Brasil e convive diariamente com ela ao se comunicar pela fala com seus familiares, amigos e demais pessoas de suas relações. A segunda língua (L2) de fala de um sujeito é assim caracterizada, quando esse sujeito convive com outro idioma além de sua língua materna. Desse modo, a L2 é adicionada à L1. Exemplo: Uma língua estrangeira, quando falada, naturalmente, pelo sujeito, sem problemas de compreensão, e adicionada à L1, é assinalada como L2. Dessa forma, percebida na fala de um sujeito brasileiro, cuja língua materna é o português, porém, no trabalho, precisa fazer uso do inglês, como na condição de professor de línguas. A terceira língua de fala de um sujeito é percebida como L3 sempre que for adquirida como segunda língua adicionada à L1. Assim, sucessivamente, classificam-se as demais línguas adicionadas à L1. Exemplo: O professor de línguas, um poliglota, fala a sua língua materna (L1) e pela demanda de trabalho adquire diferentes línguas, todas na ordem de necessidade, adicionadas sequencialmente, à L1.

construção de diferentes formas linguísticas no ato de fala, incluindo a capacidade de uso de diferentes línguas.

Considerando sua proposição sobre o aprender outras línguas a partir daquela que já existe na memória⁷, compreendemos que a complexidade linguística depende da capacidade de assimilação e desenvolvimento do sujeito. Possenti (2012, p. 34) assevera que “[...] todas as línguas são estruturas de igual complexidade. Isso significa que não há línguas simples e línguas complexas, primitivas e desenvolvidas”. Nesse caso, o aprendizado de uma, duas ou mais línguas a partir da apropriação da primeira língua, que também é chamada de língua materna, depende da familiarização do sujeito com as línguas em contato.

Sendo assim, com a estruturação da primeira língua, o aprendizado de outras línguas torna-se, possivelmente, mais fácil, assim ressalta Revuz (1998, p. 15) ao explicar que se pode “[...] aprender uma língua estrangeira porque já se teve acesso à linguagem através de outra língua”. De todo modo, a primeira língua de contato do sujeito, desde o seu nascimento, firma-se como arcabouço linguístico na sua memória⁸, bem como nos demais campos cognitivos da mente, oferecendo-lhe segurança na emissão do seu pensamento.

Pela abordagem discorrida, sequenciamos o texto com uma proposição de que a língua estrangeira pode ser aditada ao repertório de línguas de um sujeito e, desse modo, ser reconhecida por língua adicional. Isso acontece quando o sujeito se apropria de várias línguas, formando um conjunto plurilíngue com línguas adicionadas a sua língua materna.

2.1 LÍNGUA ADICIONAL: UMA LÍNGUA ADITADA

O avanço tecnológico, junto à evolução científica e industrial do século XXI, motiva o sujeito a buscar o aprendizado de outras línguas. Nesse caso, percebendo a necessidade de comunicar por línguas diferentes da sua, o sujeito adiciona à sua língua materna uma segunda língua e, de acordo com sua realidade, possivelmente uma terceira língua ou mais, caso se faça necessário. Essas línguas podem ser caracterizadas como estrangeiras ou de herança, dependendo dos movimentos e/ou dos interesses do sujeito em relação ao saber linguístico.

⁷ Ressaltamos que a memória é uma das funções da cognição responsável pela formação discursiva. Além da memória, atenção, linguagem e funções executivas também fazem parte da construção da mensagem na língua de contato, assim explica a neociência cognitiva. Segundo Pinho (2018, p. 80) “[...] a aprendizagem ocorre porque há, no cérebro, mecanismos que permitem a realização de processos relacionados à cognição, como as funções cognitivas, responsáveis pela atenção, pela memória, pelo processamento das informações e pelo uso da linguagem”. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.1.28663>. Acesso em: 28 abr. 2022.

⁸ Citamos o termo “memória” como elemento elucidativo ao propósito do texto, porém, por não ser o escopo deste trabalho, não estendemos a discussão sobre a forma de aquisição das línguas pelas diferentes esferas da mente humana.

É importante ressaltarmos, que neste texto as línguas estrangeiras são também definidas como línguas adicionais e, ao serem assimiladas pelo sujeito, são aditadas à língua principal, neste artigo, tratada como sinônimo de língua materna. Por conseguinte, a língua adquirida na sequência à língua materna é uma segunda língua, podendo ser uma língua estrangeira ou uma língua de herança. Assim, explica Leffa (2014):

Quando propomos ensinar uma língua para quem já conhece pelo menos uma, surge, portanto, a questão inicial de nomear essa outra língua. À medida que se reflete sobre o problema, configura-se aos poucos a ideia de que essa língua vem por acréscimo, de algo que é dado a mais (LEFFA, 2014, p. 32).

A proposição de que, já falando uma língua, Leffa (2014) confirma que o sujeito pode somar ao seu falar outras línguas diferentes. Diz ainda que o termo *adicional* não exige que a caracterização da língua em adição seja nomeada como estrangeira, como de herança ou de outra forma, facilitando a compreensão de que o sujeito fala mais uma língua. Sendo assim, compreendemos que a língua estrangeira, quando incluída no discursivo do sujeito, é respaldada como língua adicional, como também ocorre com as línguas de herança. Portanto, de acordo com Leffa (2014), reafirmamos nossa premissa de que as línguas acrescidas à língua materna firmam-se como línguas adicionais.

Isso posto, podemos considerar que o aprendizado de outras línguas é uma demanda dos tempos modernos e, conseqüentemente, visto como um direito do sujeito dessa época. No Brasil, por exemplo, o direito de aprender outra língua está garantido pela LDB (1996). Assim, o aluno, sujeito brasileiro, tem ofertada, no seu currículo escolar, uma língua adicional, também chamada de língua estrangeira.

2.2 QUANDO CONSIDERAR A LÍNGUA COMO ESTRANGEIRA

Sobre a definição de língua estrangeira, Revuz (1998) a identifica no estranhamento linguístico pelo sujeito num contexto em que a língua não é compreendida pelo grupo social em questão. Desse modo, é considerada como estrangeira, a língua estranha à interlocução dos indivíduos de mesma comunidade de fala.

Diante disso, ressaltamos que a língua é o sistema comunicativo que nos insere numa sociedade como participantes do seu processo de vida. No entanto, precisamos dialogar com a mesma língua para que de fato ocorra a interação discursiva e a compreensão das intenções comunicativas, é nesse contexto que, normalmente, a língua materna se fixa como língua oficial. Então, pensando nessa organização linguística da nação, os países adotam uma ou mais línguas como oficiais, de acordo com suas realidades linguísticas, para fins de ordenação discursiva de seus

habitantes. Quando há movimentação de pessoas de uma nação à outra, existe o estranhamento linguístico, que gera conflitos e a falta de comunicação pelo fato de que, segundo Revuz (1998, p. 217), “[...] antes de ser objeto de conhecimento, a língua é o material fundador de nosso psiquismo e de nossa vida relacional”. Desse modo, a língua, quando estranha ao contexto de fala, nem sempre consegue exercer a sua função de comunicar. Isso acontece pelo fato de que as ações identitárias dos sujeitos envolvidos na relação dialógica não são congruentes.

Sobre as relações dialógicas, Bakhtin (2002) considera que:

As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas. [...] As relações dialógicas são absolutamente impossíveis sem as relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irredutíveis a estas e têm especificidade própria. Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado e ganhar *autor*, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa (BAKHTIN, 2002, p.184, grifo do autor).

As relações dialógicas existem quando as relações lógicas e concreto-semânticas acontecem naturalmente no discurso dos sujeitos em comunicação. Numa tentativa dialógica com línguas distintas, muito provavelmente, a comunicação torna-se nula ou inexistente. Isso, possivelmente, ocorre com sujeitos em contato com uma língua estrangeira, desconhecida ou raramente ouvida. O contato com as línguas estrangeiras se dá principalmente pelo fenômeno da imigração ou então pelo ensino educacional, quando o sujeito se depara com uma língua estranha à sua língua materna. Revuz (1988, p. 225, grifo da autora) afirma que “[...] o *eu* da língua estrangeira não é, jamais, completamente o da língua materna” e corrobora a premissa de Bakhtin (2002), quando aborda o dialogismo como materialização discursiva entre falantes de mesma língua materna. Revuz (1988), em sua abordagem, caracteriza a identidade do sujeito pela língua materna, diferente da construção do eu na aquisição da língua estrangeira, que tem outra configuração, bem menos íntima.

Sobre as relações do sujeito com línguas distintas de sua língua materna, Revuz (1998) manifesta:

Aquilo que é verdadeiro na relação de um nível de língua ao outro, no interior da língua materna, o é ainda na relação desta como uma língua estrangeira. E aquilo que é verdadeiro nas palavras obscenas, também tem validade para todas as palavras: aprender a falar uma língua estrangeira é, efetivamente, utilizar uma língua estranha na qual as palavras são apenas muito parcialmente “contaminadas” pelos valores da língua materna na medida, precisamente, em que não há correspondência termo a termo (REVUZ, 1998, p. 224, aspas no original).

A migração de pessoas de um país a outro ocorre por diferentes motivos, como pela formação escolar, por exemplo. Porém, um dos principais motivos é o fator econômico e quase sempre por

sobrevivência, como no caso dos refugiados que pretendem melhores condições de vida. Outro fator considerável é a globalização, um sistema de comercialização externa que movimenta diferentes línguas.

Entrando em um país estrangeiro, a língua do sujeito em movimento, normalmente, não comunga com a língua do espaço de acolhimento, pois também é caracterizada como estrangeira, divergente da língua materna da nação em questão. Assim, a língua de acolhimento, para o imigrante, é vista como estrangeira, já que se difere da língua materna, e a língua do imigrante é estrangeira ao sujeito que acolhe.

A língua é, segundo Revuz (1998, p. 215), “[...] objeto de saber, objeto de uma aprendizagem racionada é, ao mesmo tempo, próxima e radicalmente heterogênea em relação à primeira língua”, díspar da língua materna. Essa é facilmente identificada, quando numa comunidade não é fluentemente falada pelo grupo de pessoas como um todo, nem por uma parcela desse mesmo grupo, nem é usada esporadicamente para fins científicos, comerciais ou políticos. Revuz (1998) classifica a língua como estrangeira sempre que for estranha ao contexto familiar e comunitário do sujeito que ali está inserido.

A performatividade⁹ da língua dos migrantes ou dos aprendizes de uma língua estrangeira é, normalmente, mais subjetiva e, no entanto, mais complexa do que no caso do aprendizado com crianças. Isso ocorre pelo fato de que os signos linguísticos empregados na língua materna dominam a forma de pensar do seu falante, provocando uma relação de confronto com a combinação linguística da língua estranha. A subjetividade da língua estrangeira contrasta ao que já existe internalizado na memória do sujeito. Logo, Revuz (1998, p. 15) ressalta, que “[...] toda tentativa de tentar aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua”. Por conseguinte, deduzimos que o estranhamento da memória do sujeito adulto no contraste das diferentes línguas (materna e estrangeira) dificulta no processo de aquisição de uma segunda língua (L2).

Diferentemente das dificuldades de aquisição da linguagem que ocorre no aprendizado de um sujeito adulto, o aprendizado de um bebê ou de uma criança na tenra idade, na aquisição de uma ou mais línguas, segundo Revuz (1998), acontece naturalmente e, portanto, sem conflitos conceituais que retardam o saber. Nesse caso, para essas crianças, a aquisição de duas línguas maternas é mais tranquila, não diferente se apresentadas a uma língua estrangeira. Em sua perspectiva,

⁹ O conceito de performatividade, antes de estar associado ao teatro ou à performance, emerge nos estudos literários e de análise do discurso a partir de trabalhos seminais como “*How do to things with words* de Austin”, e da “Teoria dos atos da fala de Searle”. Ali, na análise da capacidade das palavras, em determinados discursos, estabelecerem ações concretas e propiciarem consequências sérias, ou seja, de seu potencial performativo, é que emerge o sentido mais consagrado do termo (AUSTIN, 1971). Sobre o assunto, ver Ana Bernstein. *Of the Body/of the text: desire, affect, performance*. Tese de doutorado defendida na New York University, 2005.

[...] fascinados pela facilidade com que o bebê ou a criança muito nova assimila qualquer língua por “imersão”, os especialistas procuraram principalmente aproximar a aprendizagem da segunda língua às condições da aprendizagem primitiva da primeira língua. Seguramente trata-se de um retorno às origens, absolutamente imaginário (REVUZ, 1998, p. 215).

É importante ressaltarmos que, na concepção de Revuz (1998), língua estrangeira também pode ser definida como segunda língua, aquela aprendida a partir da língua materna. Essa última, considerada como primeira língua de contato discursivo do sujeito, é a língua de sua infância. A língua estrangeira é a segunda língua aprendida por alguém tendo como base a L1. *A priori*, a pessoa pode ser bilíngue na posição de duas línguas maternas e pode ser trilíngue com o falar de línguas maternas e/ou línguas estrangeiras, L1, L2, L3, sucessivamente. Dessa forma, é possível retomarmos a ideia de que a primeira língua é o arcabouço das demais línguas que eventualmente são adquiridas pelo ser humano, pois, de acordo com Laiño (2014, p. 41), “[...] todos os sujeitos que utilizam a língua o fazem a partir de um conhecimento já estabelecido de esquemas gramaticais e, ao se manifestar, há regras de ordem de uso das palavras, ou seja, não há liberdade para inventar”, como seria o caso de uma construção do tipo: “Maria vi a eu”.

Inserindo essa discussão no âmbito educativo e no currículo da instituição, a língua estrangeira é uma língua desconhecida pelos estudantes, não falada ou ouvida por eles na comunidade em que vivem. O português na China para alunos chineses, por exemplo, é uma língua estrangeira por não fazer parte de suas realidades de fala. Na escolarização do português, a língua é também classificada como segunda ou terceira língua de aprendizado, dependendo da realidade linguística de cada sujeito em particular.

Para Leffa (2014), a língua é denominada como estrangeira de acordo a realidade temporal e espacial em que está inserida, fazendo parte de certa convivência familiar, a outra língua não se caracteriza como estrangeira. De acordo com o autor, no Brasil, por exemplo, o inglês e o espanhol já não se configuram como estrangeiras devido a sua familiarização com o meio.

A nomenclatura *estrangeira* para uma língua é apropriada sempre que o falante não tenha tido nenhum contato anterior com tal língua. Por conseguinte, o ensino de uma língua considerada como estrangeira depende muito da realidade da comunidade de fala. Num país multilíngue, o termo em questão gera discussões pela incoerência conceitual que possui, por isso é necessário considerarmos a realidade linguística de cada comunidade.

O ensino de uma língua estabelecida como estrangeira é muito relativo, pois a realidade de letramento do aluno em particular sobre a língua é específica a ele, ao seu desenvolvimento cognitivo sobre o objeto de ensino. Segundo Laiño (2014, p. 40), “[...] o aprendizado de uma língua, seja esta materna ou estrangeira, a partir da apresentação e análise de seus diferentes usos, que são

reais, apenas irá contribuir para esse letramento”. Sendo assim, na apropriação da língua aprendida como estrangeira, o aluno passa a pensar e a interagir normalmente nessa outra língua, dando-lhe o *status* de familiar, não mais de estrangeira.

Assim, ressaltamos que, para o sujeito, na apropriação de uma língua estrangeira no seu processo de aprendizagem, tendo o conhecimento linguístico da outra língua no seu pensar e no seu falar com naturalidade, sem estranhamento ou desconforto, a língua deixa de ser estrangeira e passa a ser adicional. De acordo com Mellman (1992), existe uma grande diferença entre saber uma língua e conhecê-la. A autora considera o saber como um processo de reprodução do dizer falado por ela e o conhecer está na ação de traduzi-la mentalmente a partir da língua que se sabe.

Logo, a partir de Mellman (1992), para que a língua se constitua de fato como adicional, é preciso que o indivíduo a utilize com certa frequência, pois não basta aprender o sistema linguístico de outra língua, é necessário mantê-lo e traduzi-lo, mentalmente, como um sistema comunicativo. Sobre a posição da língua adicional na capacidade de fala do sujeito, acompanhemos a discussão que segue, relativa ao número de línguas adquiridas pelo falante no decorrer de sua vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ante o exposto, compreendemos que o processo de aquisição linguística decorre da necessidade do sujeito frente aos desafios de comunicação discursiva. Por esse motivo, adiciona à sua língua materna outras línguas que lhe proporcionem o desenvolvimento de fala imprescindível ao seu propósito de vida, seja escolar, profissional e/ou sociocultural. Portanto, cada língua, aditada pelo sujeito à sua língua materna, pode ser caracterizada como língua adicional, de modo que a língua estrangeira, quando de fato compreendida pelo sujeito, assim é denominada.

Finalmente, no estranhamento linguístico entre o sujeito e sua língua materna, encontramos a língua estrangeira, uma língua que, no contexto de sua apropriação, pode ser adicionada ao conjunto de línguas faladas pelo sujeito e ser caracterizada de língua adicional. Visto que, esse repertório de línguas pode compor duas ou mais línguas, a ordem de classificação dessas línguas, nesse conjunto, parte da língua materna, como primeira língua, e, sequencialmente, as demais línguas a ela adicionadas, bem como a(s) língua(s) estrangeira(s), são listadas, na fala do sujeito, pelo tempo de aprendizado de cada uma. Logo, em vista disso, podemos dizer que a língua estrangeira, quando reconhecida naturalmente na fala do sujeito, se personaliza como língua adicional.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORDER, S. P. La importancia de los errores del que aprende una lengua segunda. In: MUÑOZ LICERAS, J. **La Adquisición de Lenguas Extranjeras**. Madrid: Visor, 1992.

LAIÑO, M. J. **A tradução pedagógica como estratégia à produção escrita em LE a partir do gênero publicidade**. Orientadora Marta Elisabeth Zipser. Florianópolis, SC, 2014.

LEFFA, V. J. (Orgs.). **Uma Espiadinha na Sala de Aula: Ensinando línguas adicionais no Brasil**. Pelotas: EDUCAT, 2014.

MELMAN, C. Imigrantes – **Incidências subjetivas das mudanças de língua e país**. Trad. Rosane Pereira. São Paulo: Escuta, 1992.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do ‘dispositivo experimental’ da análise de discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). **Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: UFSM, p. 39-48, 2013.

PINHO, L. S. do. Neurociência cognitiva na sala de aula: estratégias de ensino de Língua Espanhola. Let. Universidade Federal do Pampa, Bagé, RS, Brasil, **Hoje**, v. 53, n. 1, p. 80-88, jan. mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.1.28663>. Acesso em: 28 abr. 2022.

POSSENTI, S. Sobre o ensino de português na escola. In: GERALDI, J. W. (Orgs.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Anglo, 2012. 136p. p. 32-38.

REVUZ, C. A língua Estrangeira entre o desejo de um outro lugar e risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Orgs.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras: São Paulo: Papesp, 1998. (Letramento, Educação e Sociedade).

SEGUNDA PARTE
RESENHAS CRÍTICAS

CAPÍTULO 7

LER É SEMPRE UM PRAZER?

Carolina Aita Flores

OBRA RESENHADA:

BARTHES, R. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

A obra resenhada trata-se de um livro escrito por Roland Barthes, publicado originalmente em 1973. O livro se apresenta como uma coletânea de fragmentos que refletem ideias do autor a respeito da relação entre o texto e o leitor, este não entendido como ente passivo diante do texto, mas como ser ativo, em relação com o texto. E essa relação pode ser de prazer, de fruição, de gozo, de desejo. Mas antes do “mãos à obra”, começarei com um gesto de desafio a Barthes, mencionando alguns aspectos de sua vida, apesar de ele satirizar a importância atribuída à biografia do autor (LOPES; RATTO, 2018).

Roland Gérard Barthes nasceu em 12 de novembro de 1915 em Cherbourg, na França. “Nunca teve direito a uma existência fácil” (GOVERN, 2015, n.p.). Em seu primeiro ano de vida, quando tinha 11 meses, perdeu o pai, que trabalhava como marinheiro em um navio afundado pela marinha alemã durante a Primeira Guerra. Foi criado pela mãe, influência marcante ao longo de sua vida e obra. Por sofrer de tuberculose desde a infância, doença que exigia longas e múltiplas internações, a leitura tornou-se sua companheira. Porém, se por um lado foi direcionado à leitura pela doença, por outro, a doença acabou interferindo em seu trajeto acadêmico e profissional, tendo que interromper os estudos em alguns momentos e até mesmo parar de lecionar, em outros (GOVERN, 2015).

Barthes, por se engajar em diferentes áreas do conhecimento, é reconhecido como escritor, crítico literário, semiólogo e filósofo (LIVRARIA DA FOLHA, 2011). Alguns fatos sobre sua carreira merecem menção, apesar de o foco aqui não ser sua biografia. Na década de 1960, trabalhou em Paris, na *École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales*, onde atuou como orientador de pesquisas e se tornou um dos representantes do estruturalismo. Já nos anos 1970, afastou-se da semiologia e lançou obras como *O prazer do texto*, *Roland Barthes por Roland Barthes* e *S/Z*, inaugurando “uma fase e escrita vincadamente pessoal, caracterizada pela aliança da inteligência crítica com a sensualidade verbal” (PERRONE-MOISÉS, 2010, n.p).

Durante essa fase de escrita “crítico-sensual”, seu livro *Fragments de um discurso amoroso*, publicado em 1977, tornou-se um best-seller e, neste mesmo ano, Barthes passou a lecionar no *Collège de France*, onde ministrou quatro cursos anuais (PERRONE-MOISÉS, 2010). No ápice de sua carreira e fama, quando retornava de um almoço com intelectuais em torno da candidatura de François Mitterrand à presidência, foi atropelado por uma camionete de lavanderia, indo parar no hospital, onde permaneceu internado durante um mês, até morrer em decorrência de sequelas do acidente, em março de 1980 (GOVERN, 2015).

Retornando à obra resenhada, ao longo d’*O prazer do texto*, Barthes reflete sobre as sensações de prazer e fruição¹⁰ que podem ser provocadas no leitor por um texto. Não há uma distinção clara, uma separação irreduzível e estanque entre essas experiências regozijantes. O próprio autor reconhece que “terminologicamente isso ainda vacila”. Ainda assim, Barthes comenta que o texto de prazer se associa a uma prática confortável de leitura; enquanto o texto de fruição desconforta, faz tremer, arrebatá. Nesse vai-e-vem de semelhanças e diferenças entre o texto de prazer e o texto de fruição, Barthes afirma: “não há palavra francesa para cobrir ao mesmo tempo o prazer (o contentamento) e a fruição (o desvanecimento). O ‘prazer’ é, portanto, aqui (e sem poder prevenir), ora extensivo à fruição, ora a ela oposto”.

As ideias apresentadas por Barthes na obra são consideradas irreverentes e ousadas. A maneira inovadora como o autor descreve a relação corporal envolvida na leitura fez com que a autora Kempinska (2015, p.153-154) se referisse ao livro como “escandaloso e indispensável” e afirmasse que se trata do “mais belo texto escrito sobre a experiência do ler”. Outra resenha sobre a obra, tão entusiástica e exultante quanto o próprio texto barthesiano, assim descreveu o livro:

Ele não nega nada. Tudo é permitido. O prazer do texto vai além da logomaquia cerebral, do maniqueísmo conjugal texto/leitor. É uma sensação fremente, um desejo peremptório de arder eternamente no fogo do inferno. Vital! (PORTELLA, 2009, n.p.).

Apesar do entusiasmo que a obra provoca até hoje em alguns leitores, cabe fazer uma ressalva tipicamente barthesiana: “o prazer do texto não é seguro”. E com isso quero dizer que, “assim como nunca atravessamos o mesmo rio, também nunca lemos o mesmo texto” (LIMA, 1998, p. 22). O prazer do texto é suscetível a variáveis, como o nosso estado de humor, as circunstâncias em que lemos... Ou seja, não há garantias de que um texto que nos estimula hoje provoque o mesmo prazer amanhã. Também não há garantias de que um texto que nos deleita profundamente será palatável a outro leitor.

¹⁰ Fruição é a tradução tradicionalmente adotada para se referir à palavra francesa *jouissance*, que explicita um prazer físico no termo original, por vezes substituída também por gozo, na língua portuguesa. Esta nota é embasada na nota do tradutor da obra resenhada.

Por falar em deleite, trago Lima (1998, p. 19) quando, inspirado em Barthes, comenta que o texto tem sabor: “A prova disso é o leitor estar sempre a utilizar metáforas culinárias para revelar seu prazer gustativo diante da escritura. São comuns verbos como digerir, devorar, ruminar, degustar, deglutir, engolir etc. utilizados por leitores ávidos, sedentos”.

Lima (1998, p. 19) também afirma que o texto precisa unir o autor ao leitor de modo que se tornem um elemento único, “que os dois façam do texto, um teto para coabitação harmônica”. A visão de Lima sobre o “te(x)to”, associada à analogia estabelecida por Barthes de uma relação sensual, de prazer e gozo, provocada pela leitura, me faz pensar no método de crítica de arte descrito por Thierry de Duve (2005) em *Reflexões críticas: na cama com Madonna*. No artigo, o crítico de arte revela que estabelece uma relação íntima com as obras que analisa, uma relação sensual:

E, como em uma relação, trata-se principalmente de tocar e ser tocado. [...] Se a obra mexe com você, toca-o, então toda questão teórica que você dirija a ela é como uma carícia, sob a qual ela treme ou se arrepia, revela ou retrai, e logo se aprende quais questões tocam o ponto G, quais machucam ou são meramente irritantes (DUVE, 2005, p. 39).

Voltando a Barthes, segundo o autor, parece existir uma primazia do Desejo em relação ao Prazer: “falamos sem cessar do Desejo, nunca do Prazer; o Desejo teria uma dignidade epistêmica, o Prazer não”. Infiro que quem “nos fala” sobre o Desejo e o dignifica seja a Psicanálise, especialmente a vertente lacaniana, influência forte nas análises barthesianas e para quem o Desejo é força motriz, é falta que não pode ser preenchida, é necessidade jamais satisfeita (SALES, 2009). Daí uma possível explicação para a predileção de Barthes por *prazer* em vez de *desejo*: o prazer é desfrutável, atingível, pode ser alcançado por uma leitura excitante, o desejo é inalcançável.

Em outro ensaio sobre a experiência de ler, *Da leitura*, Barthes (2012a) afirma: “há um erotismo da leitura” e “toda a leitura é penetrada de Desejo (ou de Repulsa)”. Nessa perspectiva, reflito que não há como passar incólume de uma leitura, ler um texto irá provocar algum tipo de reação, nem que seja enfado e, nas palavras do próprio autor: “não há enfado sincero. [...] o enfado não está longe da fruição: é a fruição vista das margens do prazer”. Assim, até mesmo o enfado é reação, é demonstração de que o texto está constantemente querendo nos provocar.

Outro trecho interessante em *Da leitura*, que se relaciona ao *Prazer do texto*, são os tipos de prazer que uma leitura pode provocar:

Parece-me haver, em todo caso e pelo menos, três tipos de prazer de ler ou, para ser mais preciso, três vias pelas quais a Imagem de leitura pode captar o sujeito-leitor. Segundo o primeiro modo, o leitor tem, com o texto lido, uma relação fetichista: tira prazer das palavras, de certas palavras, de certos arranjos de palavras. [...] Conforme o segundo modo, que está no extremo oposto, o leitor é, por assim dizer, puxado para frente ao longo do livro por uma força que é sempre mais ou menos disfarçada, da ordem do suspense: o livro vai abolindo pouco a pouco, e é nesse desgaste impaciente, arrebatado, que reside o gozo. [...]

Há, finalmente, uma terceira aventura da leitura (chamo de aventura a maneira como o prazer vem ao leitor): é, se assim se pode dizer, a da Escritura; a leitura é condutora do Desejo de escrever (estamos certos agora de que há um gozo da escritura, se bem que ainda nos seja muito enigmático)” (BARTHES, 2012, p. 38).

Complementando a ideia do prazer fetichista elicitado por certos arranjos de palavras me lembro novamente de Lima (1998, p. 19), ao dizer que “a língua é palco de todos os prazeres da linguagem”. Aqui arrisco outra reflexão, pois em língua portuguesa, a palavra “língua” também se refere ao “órgão recoberto de mucosa, responsável pelo paladar”¹¹ e palco/agente de outros prazeres físicos. Assim, se o texto também pode ser palatável, devorado, saboreado, é porque sua leitura é uma ação corporal – o prazer de ler transborda de nossa mente e se derrama sobre nosso corpo.

Pulando despudoradamente a descrição do segundo prazer, ou como diria Barthes, “sobrevoando certas passagens” (nesse caso, empurrando o leitor para frente), e antes de chegar ao terceiro e derradeiro prazer, concordo com o autor quando diz que é quando está com quem ama que tem suas melhores ideias e que o mesmo ocorre quando ele lê: se um texto consegue fazê-lo levantar a cabeça várias vezes e pensar em outra coisa, é um texto de prazer. Identifico-me com essa sensação ao experimentar prazer na escrita desta resenha: chegamos (enfim) ao terceiro prazer.

Passando do prazer da leitura, ao prazer da escrita, me aproximo do final com a seguinte ideia: “a fruição ocorre quando há gozo, isto é, quando tomamos posse das palavras, como se fossem parte de nossa fala, fazendo delas usufruto. Tal feito ocorre também na escrita. Mas então escrever com prazer assegura a fruição do leitor? Não!” (LOPES; RATTNER, p. 33). Mesmo assim, me rendo ao prazer da escrita (ou da escritura, se me sinto otimista ou autoindulgente), sabendo que este prazer é fugaz e não traz garantias de que o leitor compartilhará comigo essa excitação. Mesmo assim, me entrego a “escrever” – verbo intransitivo, como diria Barthes (2012b), *pretexto* (olha que palavra curiosa) para transcender do prazer da leitura e me permitir esse outro prazer corporal que é a escritura, na tentativa amadora de ser uma escritora. Mesmo sabendo que, para Barthes, o escritor é apenas alguém que combina citações, eliminando as aspas (BARTHES *apud* GOVERN, 2015).

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. Da leitura. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a. p. 30-42.

BARTHES, R. Escrever, verbo intransitivo? In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b. p. 13-25.

¹¹ Fruição é a tradução tradicionalmente adotada para se referir à palavra francesa *jouissance*, que explicita um prazer físico no termo original, por vezes substituída também por gozo, na língua portuguesa. Esta nota é embasada na nota do tradutor da obra resenhada.

DUVE, T. de. Reflexões críticas: na cama com Madonna. **Concinnitas**, v. 1, n. 7, 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/55250/35393>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GOVERN, J. O centenário de Roland Barthes: fragmentos de uma vida dolorosa. **Diário de Notícias**, Lisboa, 12 nov. 2015. Disponível em: <https://www.dn.pt/artes/o-centenario-de-roland-barthes-fragmentos-de-uma-vida-dolorosa-4881034.html#media-1>. Acesso em: 25 mar. 2022.

KEMPINSKA, O. G. Prazeres da leitura de Roland Barthes. **Revista Língua & Literatura**, v. 17, n. 29, p. 153-165, dez. 2015. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/viewFile/1800/2090>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LIMA, B. de. Do sabor do texto ao prazer da leitura. **Revista de Letras**, v. 1, n. 20, p. 19-22, jan./dez. 1998. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2108>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LIVRARIA DA FOLHA. Importante pensador, Roland Barthes, ganha biografia intelectual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1010205-importante-pensador-roland-barthes-ganha-biografia-intelectual.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LOPES, E. V.; RATTO, C. G. Leituras outras: um ensaio para (re)pensar a escrita e a leitura à luz de Roland Barthes. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, a. 10, v. 1, p. 27-38, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v1i0.1321>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1321>. Acesso em: 25 mar. 2022.

OXFORD. **Dicionário Oxford Languages and Google**. 2021. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PERRONE-MOISÉS, L. Roland Barthes e o prazer da palavra. **Revista Cult**, São Paulo, 14 mar. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/roland-barthes-e-o-prazer-da-palavra/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PORTELLA, C. O prazer do texto. **Germina: Revista de Literatura & Arte**, v. 5, n. 5, 2009. Disponível em: https://www.germinaliteratura.com.br/2009/anotacoesdoresenhista_dez2009_1.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

SALES, L. S. Psicanálise lacaniana e estruturalismo: a condução do desejo como função pura a um plano transcendental. **Psicologia USP [online]**, v. 20, n. 4, p. 539-554, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642009000400004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/sVJbQpKMJyMwpqxB7K8pnn/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CAPÍTULO 8

QUANDO AS PALAVRAS ALHEIAS SE TORNAM PALAVRAS PRÓPRIAS

Carolina Aita Flores

Caroline Signori Carneiro

OBRA RESENHADA:

RODRIGUES, R. H.; PEREIRA, R. A. (Orgs.). **Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada**. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

A primeira edição da obra resenhada foi publicada no ano de 2016, mas optamos por resenhar a segunda edição, publicada em 2019. O livro é organizado como uma coletânea de textos produzidos por diferentes autores, que se fundamentam nas ideias produzidas pelo Círculo de Bakhtin. Conforme destacado no site da editora, o livro não esgota os sentidos possíveis das propostas bakhtinianas e do caminho para novos trabalhos, e sim visa proporcionar reflexões e provocar o leitor a construir sua própria compreensão, ampliando as possibilidades dialógicas (PEDRO & JOÃO EDITORES, 2016). Os organizadores do livro serão apresentados a seguir.

Rosângela Hammes Rodrigues é graduada em Letras – Português pela UFSC, possui Mestrado em Linguística também pela UFSC, doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP e pós-doutorado pela UMinho e pela UNICAMP. Atua como professora titular em nível de graduação e pós-graduação na UFSC, nas áreas de Letras e Linguística. Ocupou diversos cargos de gestão e pesquisa no meio acadêmico. Trabalha primordialmente com os temas: ensino e aprendizagem de língua materna portuguesa, produção textual, prática de análise linguística, gêneros do discurso, formação de professores, perspectiva dialógica da linguagem, Círculo de Bakhtin (RODRIGUES, 2020).

Rodrigo Acosta Pereira é graduado em Letras – Português/Inglês pela UFSM, possui Mestrado e Doutorado em Linguística pela UFSC e cursou pós-doutorado em Linguística Aplicada na PUC-SP. Trabalha como professor adjunto na UFSC, em nível de graduação e pós-graduação. Pereira atua principalmente com os temas: ensino e aprendizagem de língua materna na esfera escolar, formação de professores, análise de gêneros do discurso, análise dialógica do(s) discurso(s), escritos do Círculo de Bakhtin (PEREIRA, 2021).

A obra se distribui em 338 páginas e é composta por treze capítulos, divididos em duas partes. Os capítulos são precedidos por uma seção de apresentação, em que os organizadores situam o leitor quanto à organização do livro, apresentam as temáticas e os autores de cada capítulo e esclarecem a divisão em dois segmentos. A primeira parte do livro reúne textos a respeito dos conceitos teóricos desenvolvidos pelo Círculo. A segunda parte apresenta artigos desenvolvidos de modo a relacionar os aspectos teóricos com a prática inserida na vida, em contextos como a escola, o trabalho com o texto, a clínica fonoaudiológica, entre outros. Na última seção do livro encontram-se mini currículos dos autores de cada capítulo. Convém mencionar que nesta resenha focalizaremos exclusivamente na primeira parte da obra.

No primeiro capítulo, *As ciências humanas e sua especificidade discursiva*, Marília Amorim reflete sobre a pesquisa em ciências humanas, especialmente a organização do discurso, a situação de campo e a escrita em ciências humanas, a partir do referencial da linguística enunciativa de Benveniste e da análise dialógica do discurso, de Bakhtin. O capítulo se divide em três partes: a formulação do conceito *dupla inversão*; a situação de campo e a comparação da investigação feita pelo pesquisador e pelo detetive de romances policiais; e a transição entre o campo e a escrita em pesquisa.

Antes de definir o conceito *dupla inversão*, a autora retoma a ideia de aparelho formal da enunciação, da linguística enunciativa de Benveniste, e afirma: “Tudo o que é dito coloca em cena um *locutor (eu)* que designa a quem se dirige o enunciado, um *interlocutor (tu ou você)*, para falar a respeito de algo ou de alguém (*ele*) e que constitui o *objeto* do discurso” (p. 18, marcações no original). Nessa perspectiva, a pessoa da enunciação não é necessariamente a mesma que a pessoa gramatical, assim como o objeto do qual se fala é um objeto mudo, não é um lugar de fala.

Na pesquisa e na teoria, entretanto, é preciso fazer afirmações e “deixar o objeto falar”, considerando que a objetividade em pesquisa não é dada, mas sim se trata de uma construção teórico-conceitual. Somente fazendo o objeto falar de um lugar de *não pessoa* se torna possível ao interlocutor contradizê-lo, tornando-se um enunciado do discurso científico, se não, se tratará apenas de uma afirmação pessoal.

A partir dessas reflexões sobre os lugares enunciativos, Amorim propõe o conceito *dupla inversão*, argumentando que o texto das ciências humanas inverte as relações de lugar na cena enunciativa. Desse modo, a primeira inversão seria àquela do discurso científico, em que no lugar do interlocutor *tu*, encontra-se um *ele*, uma *não pessoa*. A segunda inversão se dá no lugar do objeto, pois em vez de um *ele*, há um *tu*. Essas inversões caracterizariam a especificidade das ciências humanas por se tratar de ciências do discurso.

Após abordar a inversão nos lugares da cena enunciativa, a autora aborda o processo de escrita em pesquisa, afirmando que “a singularidade do encontro entre o pesquisador e seu *outro* pode ser ouvida no lugar da voz do autor [...] ponto em que é possível acontecer uma poética do texto de pesquisa” (p. 23, grifo no original). Embasada em Bakhtin, Amorim comenta que o autor se torna responsável por seu texto, dentro de seu lugar e participação na cultura, produzindo o *pensamento não indiferente*: uma articulação ética, estética e epistemológica de sua teoria.

Seguindo no texto do primeiro capítulo, a autora compara o encontro do pesquisador com seu *outro* na situação de campo com o detetive dos romances policiais. O objetivo aqui é apresentar pontos em comum entre essas duas atividades de investigação e busca da verdade, de modo ampliar a compreensão sobre o *dialogismo de campo*. Amorim cita trechos de quatro romances policiais de autores renomados neste gênero: Edgar Allan Poe, Sir Arthur Conan Doyle, Gaston Leroux e Raymond Chandler. Ao descrever o método de cada detetive dos romances, a autora compara as “habilidades necessárias para desvendar o mistério” e as situações dialógicas que ocorrem durante a busca da verdade à situação do pesquisador em seu trabalho de campo.

Dentre os quatro detetives apresentados, Amorim faz um paralelo entre o detetive M. Evans (do autor Raymond Chandler) e o pesquisador de ciências humanas:

O pesquisador ocupa diferentes lugares enunciativos e o que ele procura só pode se dar como efeito de sua presença no jogo enunciativo. Seu papel está definido *a priori* e é claro para todos, inclusive para ele: ele é aquele que investiga, aquele que quer saber. Mas de que lugares ele poderá saber? Ele é locutor, posto que fala e o que fala interfere necessariamente no sentido e na sequência do que diz o *outro*. Ele é destinatário, posto que sua presença é necessariamente levada em conta por aquele que fala, o que o torna, portanto, co-autor do que é dito. Finalmente, o pesquisador é também objeto do discurso do *outro*, o que faz com que ninguém possa saber o que sealaria caso ele ali não estivesse (AMORIM, 2019, p. 36, grifo no original).

Outro aspecto da pesquisa em ciências humanas, enfatizado pela autora, é que o que o *outro* diz nunca pode ser restituído ao seu suposto sentido original, no texto da pesquisa. Afinal, em uma perspectiva dialógica do discurso, “não existe sentido original uma vez que tudo que é dito é dito a alguém e este, quando escuta e quando transmite, intervém na construção do sentido” (p. 36). Um efeito disso é considerar o dizer do pesquisador e sua presença como parte do que está sendo analisado na pesquisa.

Um apontamento da autora que chamou nossa atenção referiu-se às técnicas de pesquisa usadas em ciências humanas, como os questionários, as escalas de atitude e os espelhos unidirecionais. Amorim aponta que esses instrumentos tratam a palavra do *outro* como comportamento, como algo observável independentemente da influência do pesquisador na busca pelo sentido. A autora destaca o viés que o uso desses métodos pode provocar:

Basta fazer falar o sujeito e se tem acesso ao que ele quer dizer. Na verdade, por esses meios, o pesquisador acede apenas àquilo que ele mesmo já queria dizer. A estranha impressão de tautologia ou de círculo vicioso que nos dá esse tipo de pesquisa vem exatamente desta recusa da *alteridade*: a pesquisa serve apenas para confirmar o que já havia sido construído antes de encontrar o *outro* (AMORIM, 2019, p. 37, grifo no original).

Essa forma de se fazer pesquisa, segundo Bakhtin, acarreta a perda da tensão constitutiva das ciências humanas, que pairam entre os pólos da explicação e da interpretação. Retomando a analogia pesquisador-detetive, a autora diz ludicamente: “enquanto ciência, a pesquisa não pode renunciar à dedução e aos esquemas mentais; todo pesquisador é necessariamente Sherlock Holmes” (p. 38).

Chegando à última seção do capítulo, a autora traz reflexões sobre o texto em pesquisa, a partir de considerações a respeito da obra *Ensaio sobre o dom* (1950), do sociólogo e antropólogo Marcel Mauss e de um caso clínico atendido por Freud primordialmente através de cartas escritas pelo pai do paciente (O pequeno Hans). Articulando essas referências, Amorim nos fala sobre o objeto de pesquisa, um objeto sempre já falado, pois outros já o abordaram e diferentes discursos a respeito dele o integram. Ao construir seu objeto, o pesquisador dialoga com discursos já formulados sobre seu objeto, delimita seu recorte e precisa reconhecer que “trata-se de um *objeto falante*, que é ele mesmo um *discurso*” (p. 40, grifo no original). O capítulo se encerra com a afirmação de que a psicanálise foi a primeira disciplina a se utilizar de algo que viria a ser definido por Bakhtin como especificidade das ciências humanas: *o trabalho com e sobre o discurso*.

O segundo capítulo, intitulado *A linguística aplicada, o círculo de Bakhtin e o ato de conhecer: afinidades eletivas são possíveis?*, de Maria Bernadete Fátima de Oliveira, relaciona ideias dos autores do Círculo sobre o ato de conhecer, buscando afinidades com a área de Linguística Aplicada (LA). A autora defende a LA como área de produção do conhecimento, cujo objeto de estudo são as “práticas discursivas situadas, produzidas e circulantes na sociedade, espreado-se suas fronteiras e temáticas para as diversas esferas da atividade humana” (p. 50).

De acordo com a autora, a natureza múltipla e variada inerente ao objeto da LA torna qualquer investigação da área um projeto inter/trans/indisciplinar. Além disso, o interesse em compreender narrativas e práticas discursivas que se contrapõem às práticas dominantes faz com que a pesquisa em LA se transforme em um modo de reinventar a vida social, de reinventar formas de produzir conhecimento.

O capítulo concentra-se, primordialmente, em procurar nos escritos do Círculo, orientações teórico-metodológicas para o ato de conhecer, de modo a subsidiar a forma de se fazer pesquisa em LA. Nessa empreitada, a autora cita ideias contidas na obra *Para uma filosofia do ato responsável*, de 1921, em que Bakhtin se posiciona “na defesa de uma produção de conhecimento que dialogue com a vida, que seja questionadora da arrogância da verdade única, ao mesmo tempo em que se

constitua como uma ciência interessada, ou seja, atravessada por valores” (p. 52). A partir das ideias de Bakhtin, é formulada uma distinção entre o *mundo da vida*, onde habitam sujeitos com singularidades, sem álibi para a existência, responsivos e responsáveis por seus atos, e o *mundo da cultura*, onde conhecimentos e artes são produzidos, teorizando sobre o mundo da vida.

Oliveira segue comentando que o mundo da vida é construído a partir das relações entre o eu e o outro e que essas relações com a alteridade são a matéria-prima para a construção de valores. Parafraçando Bakhtin (1924 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 53-54), a autora destaca que

O ato de conhecer encontra uma realidade organizada e valorada diante da qual cabe ao sujeito do processo de conhecimento adotar uma posição avaliativa e sistematicamente fundamentada nos elementos pertinentes a essa esfera da atividade humana, qual seja, o domínio do conhecimento científico.

Transportando as ideias de Bakhtin para a pesquisa em LA, torna-se indispensável, para a parte empírica do trabalho, que os dados coletados partam de interações verbais entre “sujeitos concretos e historicamente situados, sobre determinada temática, entre pelo menos duas consciências, em situações concretas e definidas” (p. 54). Além disso, o pesquisador, ao partir da análise do mundo da vida, deve assumir a responsabilidade pelo conhecimento produzido e se comprometer com seu objeto de estudo em duas dimensões: uma *ética da responsabilidade* pelo conhecimento que produz e uma *ética da alteridade*, sendo responsável pelo sujeito a ser conhecido.

A linguagem também recebe destaque, pois é através dela que se compreende e interpreta o ato ético, resultante das relações humanas e fonte dos dados de pesquisa. Oliveira, embasada em Bakhtin (1921 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 56), menciona que a “palavra nasce a serviço do pensamento participativo, tornando-se a expressão plena do ato”. Diferentemente do objeto das ciências matemáticas, o objeto das ciências humanas não é mudo, ele fala, através da linguagem. O modo dialógico de funcionamento da linguagem permite a materialização de vozes em interação, que expressam sua visão de mundo e transitam entre “já ditos” e “ainda não ditos”, formulando enunciados – que são a unidade concreta da comunicação verbal.

Desse modo, de acordo com as premissas do Círculo, é a linguagem, constituída pela articulação entre a realidade concreta e a alteridade, que possibilita o ato de conhecer, compreender e interpretar a atividade produzida pelos seres humanos, suas subjetividades, suas identidades. Essa compreensão, de acordo com Bakhtin, deve sempre exercer-se de forma ativa e criativa, transbordando o material estudado.

No final do capítulo, a autora afirma que existem afinidades entre o pensamento do Círculo sobre o ato de conhecer e as práticas de pesquisa realizadas em LA. Para se empreender uma

pesquisa interessada e que contribua para a compreensão da vida social, partindo de uma perspectiva dialógica, Oliveira apresenta algumas recomendações, como: adotar um referencial teórico-metodológico que dê conta das singularidades do ato de conhecer; que o ponto de partida para a geração de dados seja o ato concreto realizado em interações verbais; assumir uma apreciação valorativa em relação ao sujeito de pesquisa, entre outras.

O terceiro capítulo, escrito por Maria Marta Furlanetto, chama-se *Texto, enunciado, ideologia – voltando no tempo pelo viés da crítica contemporânea* e traz apontamentos do autor Patrick Sériot sobre um possível “malentendu” nas traduções das obras do Círculo e como esse evento pode ter influenciado (ou não) a compreensão de seus conceitos. Ao se referir a essa situação, a autora concorda com críticos defensores do mal-entendido, no sentido de que é impossível separar um texto do contexto cultural e político da época em que foi produzido. Entretanto, fazendo uso de palavras de Ponzio e do próprio Bakhtin, argumenta que a compreensão traz consigo a possibilidade de transcendência e que ela pode e deve ser melhor, pois é ativa e criadora.

Disposta a “conversar novamente com Sériot”, através da perspectiva da Análise de Discurso, a autora se propõe a realizar um exercício de “concordância-discordância” com seus posicionamentos. Logo no início, as terminologias *discurso*, *sujeito* e *ideologia* são abordadas, posto que Sériot contesta suas traduções, afirmando que “o desconhecimento da historicidade dos conceitos e do contexto histórico, político e soviético da época e Bakhtin constitui um obstáculo para a compreensão de sua obra” (p. 72). Ao enaltecer Pêcheux e criticar Bakhtin, Sériot se refere à teoria deste como um conjunto de afirmações sem provas. Furlanetto, entretanto, rebate este comentário em uma nota de rodapé em que parafraseia Reboul (1998 *apud* FURLANETTO, 2019, p. 72) e diz: “se a ausência de demonstração significasse não-saber, não haveria ciências humanas”.

Seguindo no capítulo a autora explora o conceito de enunciado para Bakhtin e propõe que a teoria do Círculo é de certa forma antissubjetivista, pois não considera o personalismo atrelado ao sentido dos enunciados um fato psicológico e não atribui relevância ao inconsciente. Furlanetto menciona que outros autores já refletiram sobre semelhanças e diferenças entre Bakhtin e Pêcheux, como é o caso de Sargentini (2006), que propõe que o ponto de convergência entre os autores é a noção de discurso. Porém, destaca que o entendimento do que é o discurso pode ser bastante diferente entre eles.

A comparação entre os trabalhos de Bakhtin, Foucault e Pêcheux também pode ser vista no trabalho de Baronas (2006), ao propor três formas de explicar a aproximação entre os autores: a) a tentativa de pertencimento ao “sintagma-grife” Análise de Discurso e o próprio caráter transdisciplinar da AD; b) uma crise de identidade generalizada que afrouxa as fronteiras da AD; c) o

pluralismo teórico da área de AD. Essas três possibilidades retratariam pontos de aproximação entre os diferentes pensadores incluídos no rótulo “Análise do Discurso”.

Após apresentar essas aproximações, Furlanetto, a partir de ideias extraídas da tese de doutorado de Narzetti (2012), discorre sobre diferentes desencontros entre a AD de Pêcheux e os pensadores do Círculo. Pêcheux considerava o trabalho de Bakhtin e Voloshinov pré-teórico e discordava de sua orientação sociológica. Para Pêcheux, um filósofo das ciências, o trabalho desses autores não possuía resultados suficientemente científicos. Há discordâncias entre eles também no que concerne ao entendimento sobre ideologia, pois Bakhtin e Voloshinov não incluem a distinção entre ciência e ideologia em sua pauta, enquanto esse é um ponto central para Pêcheux. Outro ponto de divergência entre Pêcheux e o Círculo é a leitura que os autores fazem do materialismo histórico de Marx.

No texto de Furlanetto são debatidas semelhanças e divergências entre os pensadores da Análise de Discurso, mas o que interessa realmente à autora é propor que o discurso seja abordado através de um novo olhar, de uma maneira interdisciplinar. “Afinal, novas condições de produção sócio-históricas justificam uma perspectiva diferenciada” (p. 94). A ideia da autora é

[...] criar um espaço intertextual que continue aberto para o movimento, considerando sociedades que mudam socioculturalmente com rapidez. Assim, disciplinas diferentes podem compor um quadro dialógico para olhar um mesmo objeto complexo – o discurso (FURLANETTO, 2019, p. 95).

Aproximando-se do fim do capítulo, são mencionados o processo de “gramaticalização” do dialogismo e a hipótese de que existem “zonas monológicas”, ou seja, formas de discurso “sem outro”. De acordo com essas ideias, formuladas por Paveau (2010), os pressupostos dialógicos não se aplicariam a todos os enunciados, como no caso do monólogo interno inútil. Apesar das críticas recebidas por Bakhtin, “por ter insistido na relação dialógica como modalidade genuína da existência humana”, o ponto central da teoria bakhtiniana, enfatizado pela autora, está na “constitutividade da relação com a alteridade” (p. 103).

Ao incluir o outro, o diferente, o divergente, em suas ponderações ao longo de todo o capítulo, Furlanetto concluiu sua análise com a seguinte sugestão para autores e pesquisadores: “não devemos nos cercar apenas daqueles de nossa comunidade, que estão conosco e pensam (aproximadamente) como nós, sobretudo na vida intelectual. Os outros (ainda que sob riscos) podem trazer olhares e aproximações passíveis de articulação para nossos projetos” (p. 103). O exercício intelectual da autora, de escuta e assimilação dos enunciados alheios, bem como sua sugestão final,

demonstram claramente o ideal bakhtiniano, pois reconhecem o caráter constitutivo da alteridade, em uma perspectiva dialógica.

O capítulo quatro, escrito por Rita Maria Diniz Zozzoli, chama-se *Diálogo social: cruzamentos discursivos a partir de um enunciado-acontecimento-tema* e visa relacionar memória coletiva com a ideia de diálogo social, além de compreender a “hibridização” de discursos na contemporaneidade. De acordo com a autora, é preciso desenvolver uma perspectiva de estudo que considere os dados móveis, transitórios, híbridos, nas modalidades orais, escritas e visuais, presentes em contextos midiáticos, que se encontram em rápida circulação mundial, ultrapassando os limites de uma análise sincrônica.

A partir do referencial de Bakhtin (1978), Moirand (2007) e Courtine (1981), a autora discorre sobre os conceitos enunciado, acontecimento e tema, entrelaçando-os até chegar na noção “enunciado-acontecimento-tema”. Orientada pela visão dialógica, sustenta que o *enunciado* não pode ser analisado sem se considerar as condições em que ele se produziu e como ele é afetado pela memória, ou seja, pelos discursos que o antecederam em uma cadeia de “fios intertextuais”. Ademais, é preciso ampliar o leque do que se considera enunciado, incluindo outros fenômenos que não apenas os verbais, como uma imagem, uma fotografia, uma música, entre outros, desde que expressos em matéria sígnica.

Do mesmo modo, o *acontecimento* também faz parte do diálogo social e, assim como o enunciado, ultrapassa as classificações teóricas que buscam fixá-lo em um quadro sincrônico. Para a autora, se existisse um continuum que classificasse os fenômenos discursivos conforme sua importância (mundial, nacional, local) e duração, no nível mais alto da escala estaria o *momento discursivo* (como formulado por Moirand) e, na outra ponta, estariam os acontecimentos de curta duração, ou acontecimentos relâmpagos.

Após fornecer exemplos de acontecimentos relâmpagos em nível mundial, nacional e local, Zozzoli argumenta que os limites entre os acontecimentos não são estanques e que um acontecimento pode ganhar amplitude, dependendo do contexto histórico e social em que está inserido. Essa fluidez torna possível que um acontecimento relâmpago se torne um momento discursivo, caso “ele propicie uma abundante produção midiática e que deixe traços mais ou menos em longo prazo nos discursos produzidos posteriormente a respeito de outros acontecimentos” (MOIRAND, 2007 *apud* ZOZZOLI, 2019, p. 115).

Sobre o *tema*, a autora enfatiza que seu entendimento é baseado na noção de tema/motivo de Bakhtin e que o tema participa da articulação entre enunciado e acontecimento, fazendo parte do diálogo social. Nesta concepção, os temas

Não pertencem a um domínio preciso, a lugares, a culturas ou a épocas precisas, mas podem ser mais ou menos frequentes em determinadas circunstâncias, de acordo com as oscilações das tendências sócio-históricas, numa escala global (mundial) ou numa escala nacional ou local. [...] A circulação do discurso os retoma, os reinterpreta ou os deixa de lado (Zozzoli, 2019, p. 116).

Seguindo no capítulo, a autora aborda brevemente os gêneros discursivos, propõe a noção de *vetor* de circulação do discurso e retoma a noção de “entorno” do discurso, conforme proposta por François (1998). Articulando esses conceitos com as formulações abordadas anteriormente, Zozzoli (p. 119) sustenta que

No plano da memória coletiva, um enunciado suscita outros enunciados, mas igualmente um acontecimento e vice-versa; um tema articula-se com outro, com enunciados e com acontecimentos que se ligam entre si. Os vetores de circulação do discurso, bem como os gêneros, têm relações intrínsecas com os três níveis [entornos, nível semio-discursivo e nível formal semântico], pois, sem os vetores e gêneros, as palavras e os enunciados não fariam parte de um contexto discursivo concreto.

Para demonstrar os conceitos apresentados por ela ao longo do capítulo, a autora traz dois exemplos de “palavras de ordem” presentes no discurso da mídia tradicional e da mídia informatizada. O primeiro se refere ao enunciado “Casse-toi, pauvre con” proferido pelo então presidente da França Nicolas Sarkozy, dirigindo-se a um fazendeiro que não quis apertar sua mão em um evento de agricultura em Paris (SARKOZY, 2008). O enunciado oral sofreu um processo de “transcodagem linguística” e se tornou icônico ao ser reproduzido em outros formatos e contextos, também ganhando novos sentidos. O segundo exemplo se trata do enunciado “Feliciano não me representa”, amplamente divulgado na internet, dirigido ao então presidente da comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados Marco Feliciano. A frase, de autoria difícil de ser rastreada, se tornou o slogan de uma campanha contra o deputado e disparou respostas “linguísticas e não linguísticas” a discursos homofóbicos.

A autora conclui sua reflexão declarando que um enunciado-acontecimento-tema pode estar conectado a outros discursos, mesmo que a ligação pareça distante no tempo e no espaço. A internet tornou possível um diálogo social que aproxima enunciados-acontecimentos-temas de diferentes discursos a eles associados, produzindo uma “pluralidade de discursivizações” e abrindo um novo campo para a pesquisa. Para a autora, esse é um campo promissor para quem trabalha com ensino-aprendizagem, pois articula gêneros virtuais e não virtuais, oralidade e escrita, verbal e não verbal. Pensar em atividades que considerem essa articulação seria enriquecedor, pois “os muros das instituições separariam menos a sala de aula e os diálogos que se travam no cotidiano, ainda muito afastados das propostas de ensino nos quadros institucionais” (p. 126).

Dando sequência à obra, ingressamos no quinto capítulo, que se intitula: “*A escuta da palavra alheia*”. Nele é possível encontrar a reflexão feita por Maria Isabel de Moura e Valdemir Miotello sobre questões que foram trazidas por Bakhtin, Ponzio e Geraldini em seus estudos, citando-os e trazendo no texto vozes que refletem e refratam os achados teóricos de tão importantes colaboradores da linguística.

Iniciam reafirmando a íntima ligação estabelecida entre o humano e o social, trazendo que o nascimento biológico sucede o nascimento sociológico, onde o sujeito faz a sua entrada em um mundo de signos, já significado, e o faz através do outro. Segundo os escritos deste capítulo, o movimento é constante, intencional e linguageiro, o qual constitui a consciência, ao mesmo passo que provoca respostas. Assim, trazem que o início de cada eu singular acontece através das palavras dos outros, mas sem um início e um fim absoluto. Palavra esta, referenciada como signo por excelência, que funda a existência e estabelece a ligação entre os seres humanos, organizados em um grupo social.

Através deste pensamento, defendem que todo processo interativo, constitui o novo ser e sua identidade, em um processo de alteridade; mas também alertam que não há um controle total sobre essa relação, que mesmo sem intencionalidade, constitui uma nova realidade. Nesse viés de pensamento, abordam o termo *monologização*, que se refere ao ser completo quando está fechado em si mesmo. A sugestão de entendimento é que o ato do outro é incompleto, sendo esta incompletude necessária, pois dará oportunidade ao sujeito de encarar o sistema ideológico e social, para depois voltar-se a si para moldar os seus próprios limites, o seu psiquismo. Neste ponto, Bakhtin é citado, onde diz: “Eu mesmo estou todo *dentro* de minha vida” (BAKHTIN, 2003 *apud* RODRIGUES E PEREIRA, 2020, pg. 78).

Abordando a impossibilidade de dissolução entre o social e o biológico, o psiquismo e a ideologia, a vida interna e externa, os autores colocam o diálogo como uma exigência vital, sendo que este se apresentará de forma infinita e inacabável. Ainda, sobre esta interação dialógica referida, é possível observar a transformação da “palavra outra”, da “palavra alheia”, em palavras “alheias próprias” e, por fim, após assimiladas, em “palavras próprias”.

Além dos autores abordarem a reflexão sobre a palavra outra, também ajuízam sobre a escuta responsiva, instaurando o que eles denominam de “revolução bakhtiniana”, pois salientam que é a escuta que faz internalizar palavras alheias, garantindo a existência de dois centros de valores: o eu e o outro. É esta escuta também que proporciona a possibilidade de responder ao outro, pois nos exige posição, como citam os autores, na página 136: “[...] cabe ao eu responder, dar sua resposta, assumir seu ato responsivo, assinar com seu nome aquele evento único”.

Ainda, ao fim do capítulo, trazem uma consideração sobre o texto como lugar da resposta, no qual valores, olhares e relações são concretizados e repassados a outros, em passo responsável. Para os autores, produzir textos é entrar na corrente de enunciações, é escutar o outro através do ler, é fazer circular a palavra. Na prática, para incrementar a discussão sobre textos, citam Geraldini através de seu livro “O texto na sala de aula”, que afirma ter revolucionado o trabalho desenvolvido nas escolas, convidando-nos a revisar essa proposta como ato responsável, como possibilidade concreta.

No sexto capítulo, “*Elementos sobre as propostas de Voloshinov no âmbito da concepção dialógica de linguagem*”, encontramos os comentários de Adail Sobral e Karina Giacomelli, tendo como base a obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (MFL), utilizando para isso uma tradução argentina do livro “*El signo ideológico y la filosofía del lenguaje (1976)*”. Sobral e Giacomelli chegam a mencionar as polêmicas que envolvem a autoria do texto original, no entanto trazem uma afirmação da qual compartilhamos, de que a autoria empírica da obra não altera o valor científico ou histórico das propostas trazidas pelo Círculo de Bakhtin.

Os autores conferem à MFL o status de “grande contribuinte” aos estudos da Linguística Aplicada, salientando a importância da descrição feita sobre: “interação”. Além deste termo, apresentam a concepção de linguagem trazida pelo Círculo, enfatizando a questão da ideologia e o intercâmbio verbal. Para os autores, a interação é a base da comunicação, a qual acontece em forma de evento único.

Na obra MFL, Bakhtin é citado no prefácio, referindo-se à linguagem, onde descreve:

Segundo Bakhtin, na estrutura da linguagem, todas as noções substanciais formam um sistema inabalável, constituído de pares indissolúveis e solidários: o reconhecimento e a compreensão, a cognição e a troca, o diálogo e o monólogo, sejam eles enunciados ou internos, a interlocução entre o destinatário e o destinatário, todo signo provido de significação e toda significação associada ao signo, a identidade e a variabilidade, o universal e o particular, o social e o individual, a coesão e a divisibilidade, a enunciação e o enunciado (VOLOSHINOV, 2006, p. 11).

Também, na mencionada obra (MFL), Bakhtin é citado por Voloshinov e afirma que a natureza social da fala e da enunciação estão ligadas às condições da comunicação que, por sua vez, estão sempre unidas às estruturas sociais. Ainda, traz o signo como sendo ideológico e a ideologia como um reflexo das estruturas sociais. Para ele, a língua é determinada pela ideologia, e a consciência, a “atividade mental”, são condicionadas pela linguagem e modeladas pela ideologia. Assim, diz que todas estas relações são inter-relações recíprocas, orientadas, sem excluir uma contração, onde psiquismo e a ideologia estão em “interação dialética constante” (VOLOSHINOV, 2006).

Após trazer a descrição destes conceitos diretamente da obra aludida, retornamos a Sobral e Giacomelli. Os autores seguem abordando os três pilares da concepção dialógica, sendo eles: o papel

da ideologia (que possui ligação de constituição com a materialidade concreta da linguagem); a relação entre significação e sentido (as formas da língua contraem sentido a partir de sua significação socialmente organizada); e, a ligação entre as formas de comunicação e as situações de interação social, que sugerem a estreita relação entre ambas. O ponto que nos chama atenção é a abordagem sobre a dialética da linguagem, a qual consiste entre a significação e o sentido, que traz a ideia de a língua estar sempre em movimento, sendo moldada a partir da organização social em que está sendo utilizada.

Neste sentido, baseadas nas concepções bakhtinianas, Paula e Gonçalves (2020) descrevem que o enunciado é sempre genérico; nasce, circula e é recebido em esferas de atividades em interação, refletindo e refratando uma (ou mais) voz(es) social(is), que responde a outros enunciados e vozes, integra a corrente discursiva com sua singularidade, com acabamento, sem se tornar acabado, pois o ponto final de um texto não fecha/encerra a interação, sendo que as valorações que nele existem ecoam, ressoam e reverberam outras, anteriores e prospectivas.

Sobral e Giacomelli (p. 144) citam “O social e o individual se articulam e se estruturam mutuamente”, e a linguagem é tida como o *locus* que permite fundar e manifestar os sentidos sociais, a história e a ideologia. Assim, a linguagem é mencionada não dissociada dos contextos sociais, a qual se concretiza no seguinte fragmento do texto:

A linguagem é caracterizada como um sistema semiótico em constante fluxo constituído social e historicamente; ela transcende a função referencial-informativa, servindo primordialmente à manifestação de intencionalidades, regras e convenções e outros elementos pertinentes ao caráter social e histórico do intercâmbio social (SOBRAL; GIACOMELLI *apud* RODRIGUES; PEREIRA, 2019, p. 146).

Ao fim, os autores concluem com esta reflexão, que ideologia, linguagem e sociedade são materiais e simbólicas, com estreito ligamento, o que se aproxima de uma interdependência na complexidade de elementos, que são trazidos por indivíduos e para indivíduos, constituídos e definidos por eles.

No sétimo capítulo, escrito por Maria da Penha Casado Alves, que leva como título “*O enunciado concreto como utilidade da análise: a perspectiva metodológica bakhtiniana*”, nos deparamos com a possibilidade de refletir sobre o conceito de enunciado, trazida pelo Círculo de Bakhtin e construída através das obras: *Marxismo e filosofia da linguagem*; *O método formal na literatura*; e *O discurso na vida e o discurso na arte*.

Para se falar de enunciado, na perspectiva bakhtiniana, considera-se o sujeito como historicamente situado e inacabado, sendo que este se estabelece nos diferentes processos e vivenciamentos e a linguagem como histórica e situante, constituinte e constituída por sujeitos. A

concepção metodológica baseia-se na dialogia da linguagem, onde haverá os sujeitos e as interações subjetivas que produzem enunciados plenos e concretos.

A autora traz que Bakhtin não considera o enunciado como uma abstração linguística e sim como uma unidade real da comunicação discursiva. Na obra “*Estética da Criação Verbal*”, de Bakhtin (2011), podemos encontrar um reforço para tal ideia, onde o autor coloca que o pensamento de todos os campos da atividade humana está ligado à linguagem, o que vai sugerir um uso multiforme dos recursos linguísticos, e que o uso da língua vai acontecer através de enunciados. E, para falar sobre estes enunciados, ele usa o termo “*viskazivanie*” que significa: ato de transmitir pensamentos, sentimentos etc. em palavras (BAKHTIN, 2011).

Tanto em Bakhtin (2011), como no texto escrito por Maria da Penha Casado Alves, temos a composição que se pode tomar um enunciado, sendo ela formada pelo conteúdo temático, estilo e construção composicional, de acordo com cada contexto específico. Ainda, é importante salientar aqui, que a autora faz uma definição comparativa entre o que é enunciado e o que é oração, pois os conceitos se diferenciam e conferem ao termo enunciado especificidades que o singularizam, como: a alternância dos sujeitos, a conclusibilidade e o direcionamento. Assim, todo enunciado vai ter caráter social, conteúdo ideológico, vai ser direcionado a um interlocutor e será marcado por um posicionamento que se concretiza pela entonação expressiva/avaliação.

Para aproximar esta teorização da prática, Maria da Penha Casado Alves traz exemplos de enunciados concretos para sistematizar as ideias abordadas. Para tanto, utiliza-se de um *slogan*, um artigo jornalístico, uma postagem de blog e uma charge.

Através de Paula e Gonçalves (2020), podemos perceber que, através do estudo dos elementos internos, conseguimos pensar a arquitetura peculiar de cada texto, de cada discurso, do gênero e do autor-criador, o que enriquece a aposta de Alves em trazer diferentes enunciados concretos para refletirmos sobre sua proposta.

Passando ao oitavo capítulo, intitulado “*Dialogia: do discurso à estrutura sintática*”, escrito por João Wanderley Geraldi, encontramos a proposta de uma reflexão sobre as possibilidades de trabalho de mediação pedagógica na produção de textos que é realizada na esfera escolar. No entanto, também entendemos uma crítica à dependência que alimenta a educação como mercado e os conhecimentos e competências como mercadorias.

É possível apreender no texto que a discussão não é recente, mas que ainda necessita de incentivos para alcançar as rupturas necessárias, como o próprio autor refere “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, pois para que as mudanças ocorram, segundo Geraldi, é preciso que as pessoas construam um conjunto de novas concepções. Paula e Gonçalves (2020) reforçam o pensamento exposto, trazendo que o ensino-aprendizagem de língua e linguagens, focado nos

diferentes enunciados e gêneros, tem sido estudado, porém, ainda hoje, permanece pouco trabalhado como unidade integral.

Geraldi defende que as concepções da linguagem embasam o trabalho pedagógico, e que esta percepção deve ser assumida como própria. O alerta se dirige para que a rotina não se limite a meras repetições, sem revelar uma prática verdadeira, que dependa de fatores externos para ocorrer, conferindo a esta ação docente uma forma automática e não autônoma de conduzir os processos de ensino/aprendizagem. Para Paula e Gonçalves (2020), a desvinculação entre gênero, sociedade e as relações postas com a vida ainda impera, o que na prática sugere um ensino que se pauta apenas numa forma abstrata, num conteúdo separado da realidade social, trazendo um esvaziamento de sentido para os sujeitos envolvidos no processo.

Geraldi nos leva, através da narração de uma situação concreta, a repensar a forma limitante em que se conduzem certas passagens escolares, que deveriam focar no exercício da escrita e não no exercício do escrever. Com isso, cita uma prova escolar, que trouxe respostas inusitadas, mas que dialogavam seriamente com a ordem dada. Para tais, a avaliação feita foi negativa, pois entendeu-se um “não saber”, por desconsiderar a situação discursiva. A crítica reside exatamente no fato de que se busca aquilo que se quer ler, de forma automática, repetitiva e limitante, não abrindo espaço para se entender aquilo que o estudante escreve.

Outra alegação é que a análise apenas sintática, com base na gramática, esconde os processos enunciativos dirigidos por um sujeito e que há escolhas de expressões, o que confere efeitos discursivos distintos. Paula e Gonçalves (2020) acrescentam que o aluno vivencia o texto no mundo, em suas experiências. Para ilustrar tal pensamento, Geraldi traz também uma narrativa de sua infância e um trecho do romance “Náufragos”.

A partir das concretizações expostas e da linha de pensamento adotada, defende-se durante o texto que as análises precisam ser entendidas e efetivadas considerando sua profundidade, o que vai muito além da simples transmissão de informações, e isto seria permitir aos alunos proferir suas palavras e as escutar, pensar os textos, usar o exercício da escrita e construir autorias. Neste contexto, para Geraldi, o professor através da mediação pedagógica, seria o coautor, que mobiliza, orienta e auxilia, que trabalha com os textos e a partir deles, guiando as possibilidades do dizer e do expressar. Ademais, trabalhar os enunciados como processos-produtos de interações sociais é necessário para a plena formação do aluno (PAULA; GONÇALVES, 2020).

Esse capítulo particularmente, a nós graduadas em psicologia, traz-nos a uma nova compreensão sobre os textos, pois nos faz enxergá-los de forma instigante, criativa e curiosa. Ao mesmo passo, soa como um convite a [re]pensar o trabalho realizado nas escolas, tendo por base

nossas experiências prévias, a possibilidade de efetivar a presente proposta e o quanto a realidade escolar pode se tornar significativa a partir deste embasamento.

No último capítulo da primeira parte do livro, Aline Ferreira Lira discorre sobre “*Considerações sobre análise de gêneros do discurso a partir de seu cronotopo*”, no intento de elucidar como o cronotopo interfere nas relações de sentido e como ele está relacionado com o ato ético.

Como parâmetro introdutório, a autora aborda que a linguagem deve ser entendida como uma produção dos sujeitos que interagem em determinada realidade social, fundando assim um processo histórico contínuo, de construção paulatina e caráter provisório. Esse processo é percebido através dos gêneros do discurso, que refletem as finalidades de cada esfera discursiva, o que está diretamente atrelado à situação social de interação, aos participantes, ao tempo e ao espaço.

Assim, como já citamos no capítulo sete, Bakhtin (2011) se refere a enunciados quando fala sobre o uso multiforme dos recursos linguísticos, utilizando-se do termo “*viskazivanie*” para descrevê-los, que significa: ato de transmitir pensamentos, sentimentos etc. em palavras. Quanto aos gêneros do discurso, Lira nos traz que estes são considerados por Bakhtin como tipos relativamente estáveis de enunciados. O que se inova neste capítulo é o termo cronotopo. Segundo Lira, no livro “*Estética da criação verbal*” de Bakhtin, o autor esclarece o uso emprestado do termo *cronotopo* advindo teoria da relatividade de Einstein, utilizado em seus estudos *quase* como uma metáfora para indicar a indissociabilidade entre o tempo e o espaço. Para Bakhtin, o cronotopo pode ser considerado uma forma de analisar o enunciado, no sentido de avaliar a temporalidade representada na obra, considerando a influência tempo-espaço.

Lira, baseada nos estudos de Morson e Emerson (2008[1990]), nos traz em seu texto cinco motivos para salientar a importância do estudo do cronotopo e a comparação com o estudo da relatividade:

1. Cada cronotopo tem uma relação essencial entre tempo e espaço, a análise para sua separação apenas acontece de forma abstrata;
2. As percepções de tempo e espaço se diferem em ambas as teorias;
3. Diferentes aspectos ou ordens do universo atuam com cronotopos variados;
4. Entre os diferentes cronotopos existe uma competição;
5. Cada cronotopo constitui campos para atividade.

Com isso, assevera-se neste capítulo, que estudar os gêneros discursivos através de seu cronotopo permite melhor compreender o acabamento provisório destes, o que está intimamente ligado ao desenvolvimento histórico, que denota a íntima ligação tempo e espaço. Segundo Bakhtin, citado no texto, “a marca *essencial e viva* do passado presente” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 235,

grifos do autor), desponta a possibilidade de se olhar o que há por trás deste acabamento provisório. A relação com a história passa a ter vida e é considerada essencialmente. No cronotopo, tempo e espaço são considerados indissolúveis e revelam aspectos sócio-históricos específicos dos gêneros.

Além disso, citando novamente os estudos de Morson e Emerson (2008[1990]), Lira traz o conceito de ato ético (já mencionado no capítulo dois) para a discussão e através das concepções bakhtinianas mostra que o entendimento sobre o ato responsivo diz respeito ao lugar único que o sujeito ocupa no mundo, singular e irrepitível, tendo como responsabilidade se posicionar e responder, sem álibi, aos acontecimentos vitais.

Bakhtin (*apud* FARACO, 2009) traz que a linguagem é uma atividade e o enunciado um ato singular, irrepitível, situado concretamente, que emerge de uma atitude responsiva, que possui valoração em relação a um determinado estado de coisas. Para o autor, viver é assumir uma posição avaliativa a cada momento, é posicionar-se aos valores (FARACO, 2009). Ademais, Bakhtin (*apud* FARACO, 2009) alerta para o fato de que verbalizamos as experiências vividas a partir do nosso interior, mas que nunca as conseguiremos expressar de uma forma total. Em outras palavras, é possível materializar, dar sentido ao vivido verbalmente, mas sempre em aberto, sem ser em sua completude.

Para findar, Lira conclui que a partir do cronotopo pode-se analisar os gêneros do discurso, o que implica identificar as transformações sociais que acontecem gradativamente e perceber suas valorações imbricadas, que assumem papel essencial na tomada de consciência e compreensão da realidade.

Perpassando os nove capítulos da primeira parte do livro, nos deparamos com as respostas dos pesquisadores aos estudos trazidos pelo *Círculo de Bakhtin*, as quais servem de âncora para reflexões, críticas, pensamentos e reorientações necessárias no âmbito da Linguística Aplicada na contemporaneidade. Cada capítulo nos convida a pensar, reforçando o entendimento sobre a indissociabilidade entre organização social, ideologia e linguagem, e as repercussões destes como um movimento contínuo, inacabado, que se molda ao tempo e espaço que lhe é peculiar, num contínuo de interações. Como indicado no início desta resenha e na própria contracapa da obra, não há um esgotamento de sentidos possíveis, e sim a presença de uma palavra outra, de um outro caminho, outra voz, outra ciência, que buscam aprofundar as possibilidades dialógicas.

Concorda-se aqui, com a noção de o diálogo ser entendido como exigência de vida, pois fica claro que a interação dialógica está entre o social e o biológico, o psiquismo e a ideologia, a vida interna e externa, constituindo novas realidades de forma infinita e inacabável.

Com esta experiência, fomos oportunizadas a iniciar um novo molde ao nosso eu singular, pois através das palavras dos outros, dos autores, internalizamos “palavras alheias” com nossa

leitura, as transformando em “palavras próprias alheias”, as quais podem vir aparecer como “palavras próprias”, sem um fim absoluto.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

PAULA, L. de; GONÇALVES, J. de C. Gêneros Discursivos na escola: acontecimento emancipatório de leitura. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 9, n. 16, p. 16-52, jan./jun. 2020.

PEDRO & JOÃO EDITORES. **Site da editora Pedro & João Editores**. Página de divulgação do livro “Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada”. 2016. Disponível em: <http://www.pedrojoaoeditores.com.br/Estudos-dialogico-da-linguagem-e-pesquisas-em-linguistica-aplicada>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PEREIRA, R.A. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Florianópolis], 27 de jan. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3024560417685258>. Acesso em: 01 abr. 2022.

RODRIGUES, R. H. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Florianópolis], 18 de fev. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5769251496899093>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SARKOZY talks dirty. **The Guardian News Blog**, Londres, 25 Fev. 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/blog/2008/feb/25/sarkozytalksdirty>. Acesso em: 01 abr. 2022.

VOLÓSHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. HUCITEC (2006). Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

SOBRE OS AUTORES

ALINE ALMIRA MORBACH

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8537631195480947>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4414-5856>

Doutoranda em Inglês: Estudos Linguísticos - UFSC. Mestra em Estudos Linguísticos - UFFS; Especialista em Ensino da Língua Inglesa - IFSC; Especialista em Tecnologias para Educação Profissional - IFSC; Especialista em Psicopedagogia Institucional - FBMG; Graduada em Letras - Língua Portuguesa - UNYLEYA. Seus principais temas de estudo são: Neuroaprendizagem, Psicopedagogia, Transtornos de Aprendizagem, Aquisição da Linguagem, Cognição, Sistemas de Memória, Fonética e Fonologia, Percepção e Produção em L2 e Processamento Linguístico.

CAROLINA AITA FLORES

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9686437243566838>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9205-6869>

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS (em andamento). A partir da perspectiva da análise de discurso francesa pesquisa temas como violência obstétrica, parto e nascimento, discurso médico, guerra cultural, entre outros. É sócia-proprietária do Centro de Terapia Cognitiva (CTC). Trabalha com a abordagem Cognitivo-Comportamental e atua também como Psicóloga Perinatal. Possui especialização em Terapias Cognitivas pelo Instituto Catarinense de Terapia Cognitiva - ICTC (2011) e especialização em Psicologia e Reeducação do Comportamento Alimentar pelo Instituto de Pesquisa e Gestão em Saúde - IPGS (2014). Formação em Psicologia Perinatal pelo Instituto Pais e Bebês (2019). Treinada pelo Instituto Beck na Pensilvânia, em Ansiedade e Depressão (2012).

CAROLINE SIGNORI CARNEIRO

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5261417170705750>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1533-1366>

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (IFFS), campus Chapecó (2019); Graduada em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2013);

Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário Claretiano, campus Chapecó (2018); Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro Universitário Internacional, campus Passo Fundo (2015); e Pós Graduada em Educação Infantil pela Faculdade Dom Bosco, Campus Porto Alegre (2017). Proprietária da empresa Philautia, com sede em Ronda Alta e filial em Rondinha, na qual atua como Psicóloga e Psicopedagoga Clínica desde 2013, onde oferta atendimentos para crianças, adolescentes e adultos; e Grupos de terapia com enfoque no treinamento de memória operacional.

DARLISE VACCARIN FADANNI

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1927909595187958>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3495-4924>

Possui Graduação em Letras - Língua Portuguesa/Espanhol e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Especialização em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas e em Didática e Metodologia de Ensino pela Sociedade Educacional de Itapiranga, pela Faculdade de Itapiranga (FAI). Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Docente de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica - Lotada nas Secretarias de Estado de Educação (SC) e Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Palmitos (SC). Atualmente, exerce a função de presidente do Conselho Municipal de Educação de Palmitos (SC). Tem experiência com formação continuada de professores com ênfase na produção de textos. Atuou como Gestora de Escola e como Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Palmitos (SC).

ERIC DUARTE FERREIRA

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4047005943186032>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1324-6547>

Professor de Língua Portuguesa e Linguística da UFFS, campus de Chapecó-SC. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Estudos Linguísticos da UFFS. Tutor do Programa de Educação Tutorial Assessoria Linguística e Literária da UFFS (PET-ALL). Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Viçosa, MG. Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa Língua(gem), Discurso e Subjetividade (UFFS), desenvolve pesquisas na área de Análise de Discurso, com ênfase no discurso político e no tema da governamentalidade. Coordenador do Grupo

de Estudos em Análise de Discurso (GEAD/UFFS) e membro do Fronteiras: Laboratório de Estudos do Discurso (UFFS).

FRANCINE MENDES

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3686843488257406>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6311-9314>

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, graduada no curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol pela mesma instituição (2019). Pós-graduada em Língua Portuguesa pela Faculdade de Educação São Luis (2020). Atua como professora de Língua Portuguesa e Literatura na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Tem experiência na área da Análise de Discurso de viés francês.

GABRIELA SERENA FAGUNDES

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8904726910570565>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1799-9247>

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na área de concentração de Linguística Aplicada - Práticas discursivas e subjetividades - e Mestre pelo mesmo programa. Também é especialista e licenciada em Docência para a Educação Profissional no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e possui bacharelado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA. É membra do Grupo de Estudos em Análise de Discurso (GEAD) pela UFFS. Faz Formação Pedagógica em Letras - Português na UNYLEYA (2020-2022) e Licenciatura em Filosofia na UFFS. Dedicase a pesquisas no âmbito da Análise de Discurso, com ênfase na abordagem teórico-metodológica foucaultiana, com interesse em discursos sobre os modos de governo ocidentais, especialmente as tecnologias do governo pastoral e os modos de subjetivação das populações, concentrando estes estudos na região Oeste de Santa Catarina.

LUAN ALEX DE MATTOS

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6850438909497048>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1276-8781>

Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL - da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS -, na linha de pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades e é especialista em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Bacharel em psicologia graduado na Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina - UNOESC. Interessa-se por psicanálise, notadamente sua aplicação em meios sociais e culturais, bem como por análise de discurso a partir da psicanálise e desconstrução.

MARUANA KÁSSIA TISCHER SERAGLIO

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2642913975531223>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0751-3445>

Doutoranda e Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na linha de pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades. Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e em Docência em Ensino Superior pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Também tem especialização em Ensino de Língua Inglesa pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Inglesa e suas Respektivas Literaturas - pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Membro e integrante da Comissão Organizadora do Grupo de Estudos em Análise de Discurso (GEAD) da UFFS. Bolsista CAPES. Desenvolve pesquisas na área da Análise de Discurso, com ênfase em discursos políticos e educacionais.

ÍNDICE REMISSIVO

Análise de discurso.....	4, 6, 7, 25, 32, 33, 34, 35, 36, 41, 45, 46, 57, 61, 70, 82, 83, 94, 95, 96, 97
Círculo de Bakhtin.....	8, 77, 80, 87, 88, 92, 93
Dicotomias saussurianas.....	6, 11, 14, 21
Discurso.....	4, 5, 6, 7, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 70, 73, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97
Elemento extralinguístico.....	4, 6, 10, 11
Estudos linguísticos.....	6, 10, 11, 12, 18, 21, 22, 94, 95, 96, 97
Foucault.....	4, 7, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 82, 96
Imigração.....	4, 6, 24, 25, 28, 31, 66
Ler.....	5, 7, 13, 22, 26, 34, 48, 72, 73, 74, 75, 79, 86, 87, 90, 92
Línguas adicionais.....	5, 7, 62, 63, 65, 70
Memória.....	5, 7, 17, 27, 46, 58, 59, 60, 61, 64, 67, 84, 85, 94, 95
Pêcheux	4, 7, 20, 25, 27, 30, 32, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 56, 57, 59, 61, 82, 83
Psicolinguística.....	6, 18
Psicologia.....	4, 7, 12, 18, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 59, 76, 90, 94, 96, 97
Roland Barthes.....	7, 72, 76
Subjetividade	4, 7, 12, 24, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 67, 81, 95, 96, 9

Handwritten text in cursive script, including words like "Kriegs", "Jahre", "Gefahren", "Mutter", "in", "Affen", "ins", "Zug", "weiß", "reger", "auf", "uns".

ISBN 978-655376047-9



9 786553 760479